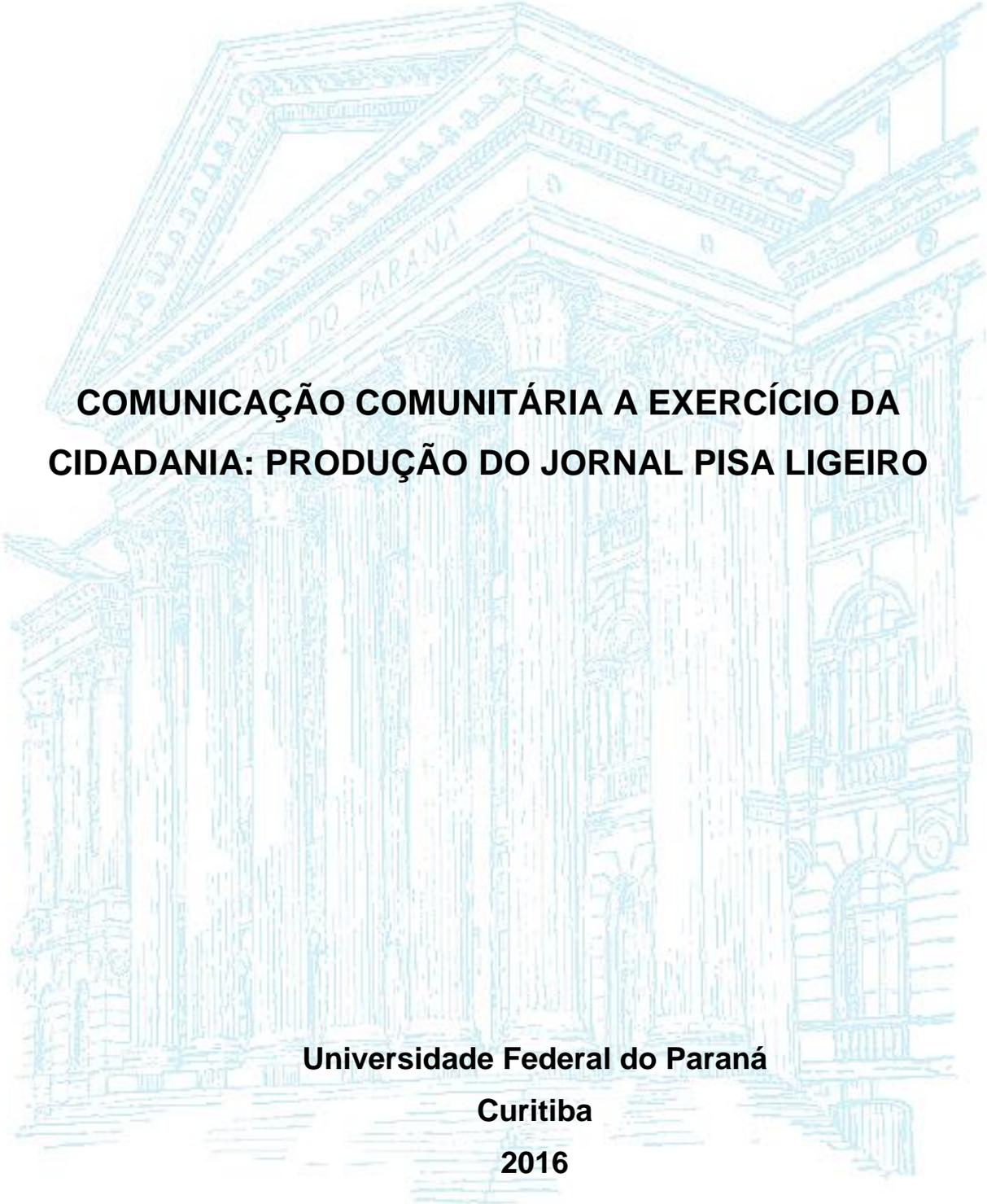


Maiara Garcia Orlandini



**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA A EXERCÍCIO DA
CIDADANIA: PRODUÇÃO DO JORNAL PISA LIGEIRO**

Universidade Federal do Paraná

Curitiba

2016

MAIARA GARCIA ORLANDINI

COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA A EXERCÍCIO DA CIDADANIA:
PRODUÇÃO DO JORNAL PISA LIGEIRO

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social, no Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social, Setor de Artes, Comunicação e Design.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Dalla Costa

CURITIBA

2016

Catálogo na Publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Karolayne Costa Rodrigues de Lima - CRB 9/1638

Orlandini, Maiara Garcia

Comunicação comunitária a exercício da cidadania: produção do Jornal
Pisa Ligeiro / Maiara Garcia Orlandini – Curitiba, 2016.

142 f.

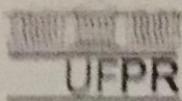
Orientadora: Profª. Drª. Rosa Maria Dalla Costa

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação
e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade
Federal do Paraná.

1. Jornalismo popular - Gestão participativa - Curitiba (PR) 2. Comunicação
de massa - Aspectos sociais - Estudo de caso 4. Mídia e educação 5. Educação
popular 6. Jornal Pisa Ligeiro - Curitiba (PR) - Estudo de caso I. Título.

CDD

070.981

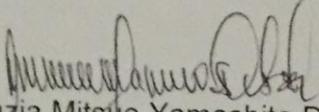


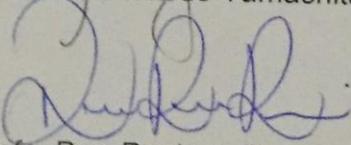
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

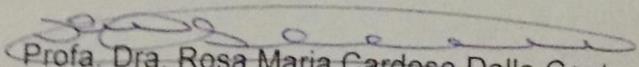
MAIARA GARCIA ORLANDINI

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **MAIARA GARCIA ORLANDINI**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “**COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA A EXERCÍCIO DA CIDADANIA: PRODUÇÃO DO JORNAL PISA LIGEIRO**”, é de parecer favorável à APROVAÇÃO da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Educação e Formações Socioculturais” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 31 de março de 2016.


Prof. Dra. Luzia Mitsue Yamashita Deliberador


Prof. Dra. Regiane Regina Ribeiro


Prof. Dra. Rosa Maria Cardoso Dalla Costa
Orientadora e presidente da banca examinadora

Dedico este trabalho a incansável luta dos movimentos por moradia e especialmente aos assentados e acampados que sentem verdadeiro amor pelo chão que habitam e cotidianamente enfrentam as dificuldades de uma vida repleta de injustiças e também de esperança num futuro menos sofrido

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram e incentivaram a seguir nesta jornada, que serviu para reforçar minha confiança nos trabalhos de base em prol da transformação da sociedade, ainda que o momento histórico o torne difícil.

A minha família que sempre incentivou os estudos e confiou que eu seria capaz. Principalmente minha mãe, Tânia Orlandini, que me apoiou incondicionalmente e fez o possível para que eu conquistasse essa vitória. Aos meus avôs, que contribuíram para que eu me tornasse a mulher que hoje sou. Aos que já se foram e não podem partilhar dessa vitória comigo, saibam que vocês nunca sairão do meu coração.

Aos amigos de Maringá que me apoiaram a seguir e acreditar nos meus sonhos: Renata Oliveira, André Dallálio, Debora Lemes, Isadora Capelini e Carlos Peloi. Aos amigos de Curitiba que me acolheram e contribuíram para que essa jornada fosse a mais bela possível: Vila e todos agregados.

Aos amigos que acreditaram, dedicaram momentos de suas vidas, me aturaram e partilharam desse sonho comigo: Iasmyn Calegari, Vinícius Torresan e Tiago Calve. Obrigada por estarem presentes nas horas mais difíceis, mas também nos momentos mais alegres.

Aos professores da Faculdade Maringá que contribuíram infinitamente para a minha formação profissional e pessoal, além de me inspirarem: Anderson Rocha, Mariana Lopes, Ronaldo Nezo e principalmente, Luzia Deliberador.

Ao PPGCOM da UFPR e a todos os professores e amigos do curso de pós-graduação. A minha professora orientadora Rosa Maria Dalla Costa pela confiança, paciência, contribuições e também pelas refeições maravilhosas.

RESUMO

A ideia central para realização deste trabalho é a análise da produção de um jornal comunitário na ocupação Nova Primavera, em Curitiba. A ocupação, em questão, faz parte do Movimento Popular por Moradia (MPM) e há três anos está localizada em um terreno público abandonado no bairro Cidade Industrial, em Curitiba – Paraná. Questiona-se de que forma que a prática comunicacional, no âmbito comunitário, pode ser um vetor no fortalecimento da cidadania. Dessa forma, a comunicação comunitária poderia incitar a formação crítica do indivíduo, já que se apresenta como um canal que proporciona a discussão e participação da população. Esse comprometimento proporciona ao indivíduo interação direta com o seu meio, levantando possíveis problemas e propondo soluções, o transformando em um cidadão ativo. Antes de iniciar a etapa empírica, o trabalho teórico contou com explicações e problematizações teóricas sobre os principais conceitos acerca do tema, que são: movimentos sociais, comunicação comunitária, cidadania, educação popular e mídia-educação. O embasamento teórico, foi necessário para apresentar os meios de comunicação como instrumento e ferramenta no processo de fortalecimento da cidadania. Dentro desse contexto, a comunicação passa a servir aos interesses da comunidade, resultando em um processo horizontal, que aborda e busca soluções para os interesses locais, transformando o membro da comunidade em agente ativo e disseminador de informação. Para a realização da pesquisa aplicada, foram ministradas dinâmicas em grupos no âmbito da mídia-educação e educação popular, que abordaram assuntos como identidade, cidadania e leitura crítica da mídia. Foram ministradas, também, encontros destinadas à produção do jornal, trazendo os conceitos de comunicação comunitária à tona. Esse processo resultou na elaboração do jornal impresso Pisa Ligeiro, que foi composto com matérias que apresentou a história de luta dos moradores da ocupação e informes sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.

Palavras-chaves: Comunicação Comunitária. Mídia-educação. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The central idea for this work is the analysis of the production of a community newspaper occupation New Spring in Curitiba. The occupation in question is part of the Popular Movement for Housing (MPM) and three years ago is located on public land abandoned in the Industrial City neighborhood, in Curitiba - Paraná. Questions that form the communicational practice at the community level, can be a vector in strengthening citizenship. Thus, community communication could incite the critical formation of the individual, as it is presented as a channel that provides discussion and participation. This commitment is the individual able to directly interact with their environment, raising potential problems and proposing solutions, transforming it into an active citizen. Before starting the empirical stage, the theoretical work was theoretical explanations and problematizations of the key concepts on the subject, which are: social movements, community communication, citizenship, popular education and media education. The theoretical basis, it was necessary to present the media as a tool and tool in the strengthening of citizenship. In this context, the communication begins to serve the interests of the community, resulting in a horizontal process that addresses and seeks solutions to local interests, transforming the community member in active agent and disseminator of information. For the realization of applied research, they were given dynamics in groups within the media education and popular education, which addressed issues such as identity, citizenship and critical media. They were held also meetings intended for newspaper production, bringing the concepts of community communication up. This process resulted in the preparation of the printed newspaper Pisa Light, which was made with materials that presented the history of struggle of the residents of the occupation and reports on the program My Home My Life Entities

Key-Words: Community Communication. Media education. Social Movements.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 - CAPA DO JORNAL PISA LIGEIRO.....	112
FIGURA 2 - PÁGINA 2 DO JORNAL PISA LIGEIRO	113
FIGURA 3 - PÁGINA 3 DO JORNAL PISA LIGEIRO	114
FIGURA 4 - PÁGINA 4 DO JORNAL PISA LIGEIRO	115

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - INICIO DA OCUPAÇÃO.....	40
FOTOGRAFIA 2 – ASSEMBLÉIA NA OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA.....	42
FOTOGRAFIA 3 - MAPA DAS OCUPAÇÕES.....	43
FOTOGRAFIA 4 - OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA	45
FOTOGRAFIA 5 - MOBILIZAÇÃO CONTRA DESPEJO DA OCUPAÇÃO TIRADENTES	48
FOTOGRAFIA 6 - – MANIFESTAÇÃO DO DIA 09 DE JUNHO	49
FOTOGRAFIA 7 - QUEIMA DE PNEUS NA BR-376	50
FOTOGRAFIA 8 - PROTESTO NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CIC.....	51
FOTOGRAFIA 9 - BEATRIZ MARTINS DE LIMA	54
FOTOGRAFIA 10 - EMERSON EDUARDO DE LIMA.....	55
FOTOGRAFIA 11 - EMERSON LEANDRO DE PAULA.....	56
FOTOGRAFIA 12 - TACIANE RODRIGUES DA SILVA.....	57
FOTOGRAFIA 13 - VIVIAM HILDEBRANT E LUCIANO HILDEBRANT	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES NA CIDADE DE CURITIBA.....	38
---	----

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AI5	Ato Inconstitucional Número Cinco
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CNB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CPC	Centros Populares de Cultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCP	Movimentos de Cultura Popular
MLP	Movimento de Luta Popular
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPM	Movimento Popular por Moradia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUST	Movimento Urbano dos Sem Teto
ONGS	Organizações não Governamentais
URBS	Urbanização de Curitiba S/A

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
2	A COMUNIDADE NOVA PRIMAVERA.....	31
2.1	COMUNIDADE COMO UM MOVIMENTO SOCIAL	31
2.2	Movimentos por direito à moradia	33
2.2.1	Movimentos por moradia em Curitiba	35
2.3	A OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA.....	39
3	COMUNIDADE EM AÇÃO	47
3.1	ATUAÇÃO POLÍTICA.....	47
3.1.1	Terreno em disputa.....	47
3.1.2	Aluguel Social	49
3.1.3	Estrutura	50
3.1.4	Envolvimento na luta.....	51
3.2	PERFIL DOS MORADORES DA NOVA PRIMAVERA.....	52
3.2.1	Beatriz Martins de Lima	54
3.2.2	Emerson Eduardo de Lima	55
3.2.3	Emerson Leandro de Paula	56
3.2.4	Taciane Rodrigues da Silva	57
3.2.5	Viviam do Rossil Brito Hildebrant.....	58
3.3	BUSCA PELA CIDADANIA.....	59
4	CIDADANIA	61
4.1	CONCEPÇÃO LIBERAL DE CIDADANIA	61
4.2	RECORTE HISTÓRICO DA CIDADANIA NO BRASIL.....	63
4.2.1	A nova cidadania	65
4.3	A CIDADANIA COMUNICACIONAL	68
5	COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA	73
5.1	COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMIONICA.....	73
5.2	COMUNICAÇÃO POPULAR OU COMUNITÁRIA?	76
5.2.1	Comunicação popular.....	77
5.2.2	Comunicação comunitária	81

5.2.2.1 Comunidade	82
5.2.2.2 Participação	83
5.3 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS	86
6 MÍDIA-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR	89
6.1 MÍDIA-EDUCAÇÃO	90
6.2 EDUCAÇÃO POPULAR	92
6.3 MÍDIA-EDUCAÇÃO NO CONTEXTO POPULAR	97
7 JORNAL PISA LIGEIRO	99
7.1 PRIMEIRA TENTATIVA.....	100
7.2 PRODUÇÃO DO JORNAL	103
7.2.1 Pensando o comunicar – 1º encontro	103
7.2.2 Ressaltando os conceitos de Identidade e Comunidade – 2º encontro	104
7.2.3 Reunião de pauta – 3º encontro	107
7.2.4 Entrevistas – 4º encontro	109
7.2.5 Patrocínio – 5º encontro	110
7.2.6 Nasce o Jornal Pisa Ligeiro – 6º encontro	110
7.2.7 Jornal Pisa Ligeiro continua.....	116
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
9 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	123
APÊNDICES	131

1 INTRODUÇÃO

“Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”.

(FREIRE, 1983, p.44)

Os processos comunicativos podem se apresentar como um espaço de intervenção cultural e confronto ideológico se utilizados para a emancipação dos sujeitos. O acesso democrático aos meios de comunicação é uma das condições básicas para o exercício da cidadania e se consolida como um direito político no mundo contemporâneo. A comunicação, assim, pode se instalar como uma instância mediadora entre movimentos de libertação e produção de conhecimento.

Calcada na capacidade crítica que pode ser estimulada em todos os sujeitos, a interface entre Comunicação e Educação toma espaço no que se refere à leitura do mundo representado pelas mídias. Por isso, se torna imprescindível pensar em uma educação através dos meios de comunicação, que prepare receptores críticos, conscientes e capazes de estabelecer uma relação dialógica com a mídia. É nesse processo de leitura crítica da mídia que o exercício da cidadania se configura, já que para ser ativa, a cidadania pressupõe uma compreensão clara do mundo (CALDAS, 2002, p.134).

Nesse sentido, a proposta deste trabalho é analisar uma proposta teórico-prática acerca da mídia-educação e da comunicação comunitária, focando o contexto produtivo que ambos conceitos propõem, em que as mídias são utilizadas como linguagem expressiva através da qual se produz uma resposta social, bem como a formação de um sujeito comprometido com sua realidade, tendo em vista a construção de sua cidadania. Portanto, o objetivo desta pesquisa consiste em propor e analisar um projeto em que a comunicação comunitária incorpore em sua prática a mídia-educação e, conseqüentemente, incite a promoção de um sujeito atuante, crítico e comprometido com a sua realidade.

Isso se torna possível, já que a comunicação comunitária e a mídia-educação são áreas distintas em seus métodos, mas convergentes em seus conceitos. A mídia-

educação busca educar através das mídias, na qual se torna necessário produzir o conteúdo para os meios, utilizando as mídias como linguagem e forma de expressão. Dessa forma, a mídia-educação tem o papel fundamental de promover a formação crítica e criativa do receptor em relação aos meios de comunicação, além de experimentar possibilidades expressivas através da produção midiática. Na mídia-educação pode-se trabalhar com a apropriação dos meios, a qual é desenvolvida por meio da produção de vídeos, jornais ou programas de rádio, por exemplo, e com a leitura crítica da mídia, que se dá através da desconstrução do material midiático, estudando separadamente os diversos elementos que o formam - conteúdo, edição, fontes, imagens (FANTIN, 2006). A partir disso, é possível despertar não somente um processo de leitura crítica da mídia, mas também proporcionar o uso destes meios para desenvolver a comunicação comunitária, que compreende o canal de uma comunidade, por meio do qual os sujeitos manifestam seus interesses e suas necessidades (DELIBERADOR, 2005).

Teoricamente, ambas podem auxiliar na conquista de direitos e na liberdade de expressão, resultando assim, em um agente multiplicador e contribuindo para transformar o ambiente em que estão inseridos. Dessa forma, perguntamos: de que forma uma prática comunicacional, num âmbito comunitário, aliada a práxis da mídia-educação, pode ser um vetor no fortalecimento do exercício da cidadania?

Para responder à questão norteadora, propusemos a produção de um jornal impresso na comunidade Nova Primavera e formulamos três etapas metodológicas que envolvem os moradores da ocupação: a primeira compreende um estudo etnográfico dos acampados, para apresentarmos um perfil e histórico de luta destes; a segunda engloba oficinas na perspectiva da mídia-educação, para estimular a discussão de assuntos como identidade, cidadania e leitura crítica da mídia; e a terceira se realiza na produção do jornal impresso na comunidade em questão.

A primeira etapa metodológica constitui na inserção da pesquisadora em campo. A comunidade Nova Primavera, é uma ocupação do Movimento Popular por Moradia (MPM), no qual os integrantes ocupam terrenos vazios na cidade de Curitiba, pois entendem que o direito à moradia, expresso na Constituição brasileira, está acima da propriedade privada que mantêm terrenos vazios com a expectativa de aumentar seu valor de mercado. Essa etapa tem base nos conceitos etnográficos de entrevista e tem por objetivo conversar com os moradores da ocupação Nova Primavera de forma a compreender qualitativamente suas motivações e expectativas e consiste em

observar as formações socioculturais dos sujeitos e combiná-las com entrevistas não estruturadas, afim de traçar uma reflexão de como esse movimento social se organiza além de compreender seu local de pertencimento e como se organizam política e culturalmente.

A segunda fase, engloba oficinas na perspectiva da mídia-educação, as quais tratará de assuntos como identidade, leitura crítica da mídia e sentimento de pertença com a comunidade. Os conceitos de mídia-educação serão apresentados como uma proposta educacional libertadora, dialógica e de intervenção social. Assim, esse campo pode formar os sujeitos para que analisem e reflitam sobre suas interações com as mídias e com o mundo, com o objetivo de se tornarem cidadãos críticos e autônomos em relação aos meios. A última etapa compreende a produção do jornal impresso, e é quando os conceitos da mídia-educação e comunicação comunitária convergem, já que ambos estimulam a produção de mensagens e, conseqüentemente, tendem a incitar a cidadania nos sujeitos.

Para fundamentar a etapa empírica, o trabalho teórico se baseou nos principais conceitos acerca do tema, que são: movimentos sociais, mídia-educação, comunicação comunitária e cidadania. Dessa forma, tem-se embasamento teórico para apresentar os meios de comunicação como instrumento e ferramenta no processo de fortalecimento da cidadania.

O primeiro capítulo pontua as questões teóricas atreladas ao nosso objeto de pesquisa. Desse modo, apresentamos um conceito de movimento social que contemple nosso objeto, bem como os movimentos populares por moradia em Curitiba, para posteriormente, no segundo capítulo, apresentarmos a ocupação Nova Primavera e pontuar como ela se apresenta, com descrição sobre atuação política e os sujeitos que à constroem.

O terceiro capítulo relata a evolução do conceito de cidadania, e também apresenta a luta pelo exercício da cidadania, que poderá se consolidar através da interface entre comunicação e educação. O quarto, apresenta a mídia contra-hegemônica, em especial a comunitária, e pontua que suas especificidades entram em contradição com os valores e princípios predominantes na mídia hegemônica. Na qual esse processo comunicativo se posiciona como uma comunicação ligado aos movimentos de bases em busca de transformação política e social. Temos por objetivo, neste capítulo, construir um raciocínio que leve o processo comunicativo comunitário a serviço da cidadania, no qual os jornais, revistas, rádios, tvs

comunitárias, se tornem instrumentos para o envolvimento da comunidade, além de desempenhar um papel importante na democratização da informação e da cidadania (PERUZZO,2009, p.36).

“Mídia-educação e educação popular” é o título do quinto capítulo. O objetivo é ressaltar a prática da mídia-educação aplicada em um contexto popular. Para isso destacamos a competência educativa do campo comunicativo, já que quando bem utilizado, podem fortalecer o imaginário, além de estimular um interesse para a aprendizagem (FANTIN,2006).

O último capítulo apresenta a metodologia para a realização da práxis envolvendo a comunicação comunitária e a mídia-educação na ocupação Nova Primavera. Assim, cabe nesse capítulo, pontuar todas as etapas necessárias para a produção do jornal impresso e também apresentar o resultado final do Jornal Pisa Ligeiro, que é composto por quatro páginas e conta com uma matéria que resgata o histórico de luta de alguns moradores da ocupação e também uma matéria informativa sobre o programa federal Minha Casa Minha Vida.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a articular todos os capítulos com o conceito cidadania, que serve como eixo balizador, já que o exercício desta, se resume em diálogo, sentimento de coletividade e luta, o que necessariamente passa pelo ato de comunicar. Como a citação de Freire (1983) que abre a introdução, a comunicação aqui é compreendida como um elemento de humanização do homem, por permitir o diálogo desse indivíduo com o mundo e com os outros homens. Assim, o mundo humano é um mundo da comunicação, e comunicação se dá através de sujeitos que exercem sua cidadania.

2 A COMUNIDADE NOVA PRIMAVERA

Temos por objetivo, neste capítulo, pontuar as questões teóricas atreladas ao nosso objeto de pesquisa. Desse modo, propomos aqui uma abordagem que contemple o Movimento Popular por Moradia (MPM) e o conceito de movimentos sociais. Esta abordagem se torna necessária por partimos da premissa que ela nos ajudará a refletir sobre a ocupação Nova Primavera, que é coordenada pelo MPM, e compreendê-lo como um movimento social que reivindica direitos que lhes foram negados.

Na sociedade contemporânea os movimentos sociais tenderam a se diversificar devido à emergência das novas formas de organização, porém, por estar no campo da sociologia, a intenção aqui não é apontar as distintas formas de conceituação dentro da concepção dos movimentos sociais, e sim, trilharmos um caminho para compreendermos o tema e identificarmos nosso objeto como um movimento social, já que o próprio se identifica como tal.

Como veremos a seguir, nossa primeira intenção é apresentar um conceito de movimento social que contemple nosso objeto, para posteriormente construirmos uma discussão entre a ocupação Nova Primavera e a luta pelo exercício da cidadania, que poderá se consolidar através da comunicação e da educação.

2.1 COMUNIDADE COMO UM MOVIMENTO SOCIAL

A noção de movimentos sociais não é consensual e concordamos com Merlucci quando o autor afirma que eles “são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens de difícil comparação” (MERLUCCI, 1989, p.54). Na obra *Teoria dos Movimentos Sociais* de Maria da Glória Gohn (1997), a autora resgata as utilizações históricas do conceito movimento social, bem como a evolução do seu uso ao longo das décadas, e conclui que os movimentos sociais compreendem o que “refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto” (GOHN, 1997, p.247). Ou seja, é a demanda ou reivindicação

concreta que é absorvida por um grupo e se torna um eixo norteador e estruturador da luta social. Ou, ainda,

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (Gohn, 1997, p. 251)

Gohn (1997) aponta que os trabalhos que tratam desta temática podem ser interpretados por uma visão norte-americana - trazendo conceitos da Escola de Chicago – ou construídas com base nas teorias clássicas europeias – abordando Karl Marx, Max Weber, Michel Foucault e Jurgen Habermas, na qual os movimentos sociais são caracterizados por grupos excluídos economicamente e que reivindicam acesso ao sistema. Entretanto, novas versões teóricas foram desenvolvidas na América Latina com abordagens que destacam identidades, culturas e a cidadania. Esse novo esquema faz parte das características gerais das *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (GOHN, 2012). A ênfase nessa nova abordagem é explicada “pela nova conjuntura política, onde forças sociopolíticas, que antes eram oposição, ascenderam ao poder e implementaram políticas públicas na área social de recorte participativo e, às vezes, deliberativo” (GOHN, 2012, p.25). O que criou um campo fértil para análises que enfatizam o exercício da cidadania e incitou a construção de um novo modelo teórico, mais condizente com a realidade atual da América Latina, já que muito dos movimentos sociais atuais reivindica mais que poder econômico, como é o caso do Movimento Popular por Moradia (MPM), que luta por acesso à moradia, mas também por uma cidadania plena, para que todos tenham direito à comunicação e acesso às políticas públicas, por exemplo. Assim o conceito de movimento social neste trabalho, sempre terá um caráter de luta e se apresenta como um movimento sócio-politizado almejando a modificação da realidade encontrada, ligando os indivíduos por laços de igualdade e exercício da cidadania.

2.2 MOVIMENTOS POR DIREITO À MORADIA

Como vimos no tópico anterior, os movimentos sociais são formas de organização de determinados grupos que constroem estratégias coletivas para conquistarem seus interesses. Os movimentos em busca de moradia marcam a história dos movimentos sociais no Brasil, mas não cabe neste estudo aprofundar a análise sobre o processo de disputa de terras no país, e sim pontuar alguns fatores institucionais relevantes para os movimentos sociais que reivindicam moradia, para melhor compreendermos nosso objeto.

Os primeiros movimentos sociais com essa pauta se organizaram durante a década de 70, ainda no período da ditadura militar, compartilhando a luta pela moradia, regularização fundiária e saneamento básico, tendo a Igreja Católica um forte papel neste processo.

Com a redemocratização do país e a incisão das políticas neoliberais, em 1980, a crise habitacional agravou, decorrente da redução das políticas sociais e do aumento do índice de desemprego. Alguns grupos da sociedade civil colocaram em pauta a chamada “reforma urbana” e os movimentos de moradia se articularam com outras organizações da sociedade (sindicatos, universidades, organizações não governamentais) e ampliaram a luta do direito à moradia. Logo, a população desprovida de recursos para a compra da casa própria, ocupou áreas desocupadas para tornar possível o sonho de um ‘teto’. Assim, a ocupação tornou-se a principal ação coletiva dos movimentos de moradia, sendo um instrumento de grande impacto para as reivindicações.

Dessa forma, as manifestações em prol de serviços, mas, sobretudo as ocupações que os movimentos de moradia promoveram, deram destaque as suas ações, por criarem um fato político ao qual o Estado se vê obrigado a enfrentar, mesmo que na forma de repressão. (POLLI;GUSSO, 2013, p.3)

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), também na década de oitenta, apresentou uma proposta ao Estado, na qual expunha as questões urbanas de moradia, para além de sua função mercantil. O texto, depois de aprovado, colocou os municípios como gestores das questões urbanas e descentralizou o poder Federal. Isso representou um salto no processo de

democratização do país, porém na prática, os municípios estavam despreparados e sofriam com disputas de interesses locais (ROLNIK, 2006, p.202).

No final da década de noventa os movimentos incluíram imóveis vazios como objetos passíveis de ocupação e também ampliaram seus espaços participativos, como conselhos e conferências. Nesse sentido, os movimentos em prol de moradias utilizam-se, historicamente, de várias ações, que vão desde ocupação até ações participativas no campo institucional.

É nesse sentido que os movimentos sociais de moradia contemporizam as possibilidades de ação, criando um campo flexível para a utilização de seus repertórios, que inclui tanto a ocupação de terrenos e imóveis vazios ou escritórios da administração pública. De igual modo, fazem abaixo-assinados, redigem cartas direcionadas ao presidente, ministros, secretários estaduais e municipais, denunciam abusos ou a omissão do poder público à ONGs e a organismos internacionais, participam de encontros e fóruns, fazem palestras, publicam textos em blogues ou vídeos no youtube, como também militam em campanhas eleivas que vão do legislativo municipal à presidência da república. (POLLI; GUSSO, 2013, p.4)

Na década de noventa, ainda existia a necessidade de uma regulamentação mais específica que estabelecesse um mecanismo jurídico e político para as questões fundiárias. Com a pressão dos movimentos sociais ligados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, foi constituído o Estatuto das Cidades, que tramitou por onze anos no legislativo e em 10 de julho de 2001 teve sua promulgação assinada (ROLNIK, 2006, p.204). O estatuto coibi e puni a especulação imobiliária, que segundos os movimentos sociais, é a grande responsável pelos problemas urbanos brasileiro.

A partir desse marco, os movimentos sociais ligados às questões de moradia colheram outros frutos de suas lutas, como o direito constitucional à moradia, em 2001; a criação do Ministério das Cidades que impulsionou uma política nacional de habitação, em 2003; o Programa Crédito Solidário, em 2004; e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades em 2009.

Essas conquistas legais não representaram uma mudança substancial na realidade desses movimentos, que continuam em situação precária e vivem à

margem da sociedade. Os últimos dados do IBGE¹, 2010², mostram que a faixa dos 10% mais ricos da população ganham o equivalente a 44,5% do rendimento total do Brasil, enquanto os 10% mais pobres ganham apenas 1,1%. Os dados demonstram o grave problema de desigualdade no Brasil e que reflete na questão da moradia, já que o número de domicílios vagos no país é maior que o déficit habitacional brasileiro.

2.2.1 Movimentos por moradia em Curitiba

No artigo científico “*Movimentos de moradia em Curitiba: histórias, repertórios e desafios*” os autores Simone Polli e Ramon Gusso traçam dois períodos desses movimentos na capital no Paraná. O primeiro, de 1977 a 1992, traz o surgimento destes na cidade, bem como o desenvolvimento e ampliação destes (POLLI; GUSSO, 2013, p.5-8). O segundo momento (1995-2011) aponta que os movimentos por moradia em Curitiba alinham suas reivindicações a nível nacional, e assim começaram a questionar a lógica capitalista desigual de acesso aos bens de consumo. “Esse diagnóstico serviu como instrumento de luta desse movimento, dando suporte as suas reivindicações e justificando para a escolha de determinados repertórios como a reforma urbana, o direito à cidade e a luta pela garantia de direitos constitucionais” (POLLI; GUSSO, 2013, p.8).

Segundo os autores, o movimento em Curitiba surge na década de setenta, que é o período que o Paraná tem o seu primeiro grande êxodo rural, passando de 4,4 milhões de habitantes rurais em 1970 para 3,1 milhões em 1980. Esses movimentos surgem em duas vertentes: o grupo vinculado ao Conselho dos Representantes das Associações de Moradores de Bairro e os que eram associados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

O movimento ligado à CEBs foi o responsável pelas primeiras ocupações na cidade, na região do Xaxim, com o apoio da pastoral operária e da pastoral da terra. Esse momento foi marcado pela gestão de Jaime Lerner (1971-1974) e de Saul Raiz (1975-1979), que em repressão às ocupações, lançavam ações de despejos.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

² Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/> . Acessado em: 23 ago 2015.

A política habitacional estruturava-se em ações de remoção de favelas. Em 1976 foi publicado o documento 'Política Habitacional de Interesse Social – Plano de Desfavelamento', tendo como principais objetivos: (i) erradicação das favelas; (ii) adaptação das famílias ao seu novo meio ambiente. (POLLI;GUSSO, 2013, p.6)

Posteriormente, no segundo mandato de Jaime Lerner (1979-1983) houve uma mudança política no enfrentamento dos movimentos de moradia. As novas medidas previam impedir o crescimento de novas ocupações e também urbanizar e lotear as ocupações já existentes. Essa política gerou maior mobilização dos movimentos que promoveram novas ocupações e incitou-lhes a assumir posições político-partidárias, levando a sua partidização. “Todas essas mudanças influenciaram a ação dos movimentos e colaboraram para uma fragmentação interna nas lutas. As associações de moradores foram divididas entre os pró-PMDB e os pró-PT” (POLLI;GUSSO, 2013, p.7).

Em 1983 assume Maurício Fruet (1983-1985) e na sequência Roberto Requião (1986-1988). Esses prefeitos representavam um projeto político diferente para os movimentos de moradia, já que existia uma aproximação entre o PMDB e as entidades, o que resultou em abertura de diálogos possibilitando uma relação mais democrática. Nessa época se formaram as principais ocupação de terra em Curitiba: o Xapinhal (1986) e Ferrovila (1991), todas na região sul de Curitiba.

A ocupação do Xapinhal, foi organizada por dezesseis entidades dos bairros Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão e levou dois anos para se organizar. A região era repleta de lotes vazios, “citam-se a cifra de 400 alqueires ou 1.000 hectares” (TONELLA, 2010, p.245). Em outubro de 1988, dois anos depois das primeiras articulações, cerca de 400 famílias ocuparam a região. Dez dias depois, o acampamento contava com mais de 10 mil pessoas (TONELLA, 2010, p245-246).

Ocupações posteriores ocorreram próximas à ocupação do Xapinhal: Jardim Natal, em dezembro de 1990, envolvendo 540 famílias; Jardim Cristo Rei, em 25 de novembro de 1990, envolvendo um número aproximado de 490 famílias. Em 23 de agosto de 1991, ocorreu a ocupação da Vila Osternak por cerca de 400 famílias. O episódio ficou conhecido como o da II Ocupação do Xapinhal, pois foi organizada pela Associação do Xapinhal. (TONELLA, 2010, p.245)

Já a ocupação da Ferrovia, em setembro de 1991, foi outro fenômeno importante na história dos movimentos por moradia em Curitiba. A ocupação, que contou com a invasão de 3.500 famílias, foi resultado de promessas eleitorais não efetivadas. O terreno pertencia à Rede Ferroviária Federal, que o repassou a Prefeitura na gestão de Roberto Requião. O espaço já tinha sido destinado ao IPPUC para planejamento habitacional, mas ainda estava abandonado quando ocorreu a ocupação.

Em 1989, Jaime Lerner (1989-1992) assume o terceiro mandato, o que resultou na quebra das políticas sociais implantadas anteriormente. Na sequência, Rafael Greca (1993-1996) e Cássio Taniguchi (1997-2004), deram continuidade à política de Lerner que não demonstrava preocupação com a crise habitacional da cidade e os movimentos eram beneficiados apenas pela Companhia de Habitação Popular (COHAB). Esse período é marcado pela desarticulação dos movimentos locais, que em contraponto, começaram a se organizar a nível nacional, mas com pouca representatividade. “Esse fato denota os desafios de uma organização local, da dificuldade de mobilização de base e de articulação com demais entidades ou movimentos sociais, mesmo os que possuem uma mesma bandeira de luta” (POLLI;GUSSO, 2013, p.10).

A partir de 2008 é criado alguns programas que contemplam os movimentos que resistiram ao longo da história e também incita a criação de novos grupos reivindicatórios, como o Programa de Habitação de Interesse Social e o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que permite que associações cadastradas no Ministério das Cidades solicitem recursos para experiências autogestionárias habitacionais. Esses programas incitam a criação de novos movimentos, uma vez que burocratizam as ações e exigem a organização dos sujeitos em forma de associação.

O trabalho de cadastramento da demanda local, a escolha das áreas, o desenvolvimento dos projetos, a contratação e acompanhamento da execução, o acompanhamento dos pagamentos e a prestação de contas recaiu sobre os movimentos sociais sob novo desígnio de ‘entidades’, que procuram se organizar para que possam ser contempladas pelo programa e assim produzir moradias para famílias que militam nesses movimentos. (POLLI;GUSSO, 2013, p.10)

Em contrapartida, a partir do século XX, ações de reintegração violentas aconteceram na cidade, como o da Vila Osternack, em 2007. O terreno localizado no bairro Sítio Cercado com 220m², foi ocupado para a construção da sede da Associação dos Moradores do Sambaqui e foi desocupado pela Guarda Municipal de forma violenta. Em outubro de 2008, outra ação de reintegração ocorreu, dessa vez no bairro Campo Comprido. Foram desalojadas 1.500 famílias que estavam acampadas há um mês. O terreno era de propriedade particular e pertencia a Varuna Empreendimentos Imobiliários. A força policial mobilizada para a situação se mostrou extremamente desproporcional, cerca de mil militares fizeram parte da ação que utilizou também de bombas de efeito moral e balas de borracha (TONELLA, 2010, p.249).

O último levante feito pela COAHB, em 2005, aponta que existia 62.267³ domicílios em ocupações irregulares, somente na cidade de Curitiba, sem considerar a região metropolitana.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOMICÍLIOS EM OCUPAÇÕES IRREGULARES NA CIDADE DE CURITIBA

ANO	NÚMERO DE OCUPAÇÕES	NUMERO DE DOMICÍLIOS
1979	46	6.067
1987	87	11.929
1996	167	33.778
2000	301	57.333
2005	341	62.267

FONTE: COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CURITIBA

O último censo habitacional do IPPUC é de 2010⁴ e completa os dados apontados pela Cohab. Nele há uma diminuição das áreas ocupadas, já que aponta para 147 áreas subnormais⁵, contra as 341 em 2005. Entretanto, os domicílios em ocupações apontam para um total de 7,8%, cerca de 49.709, enquanto 7,4% dos domicílios particulares na cidade estão vagos. Isso significa que o número que casas vagas é praticamente o mesmo do déficit habitacional em Curitiba. O número de habitações em ocupações irregulares e a quantidade de domicílios vazios são resultados da especulação imobiliária e o preço exorbitante dos aluguéis.

³ Disponível em: <http://www.cohabct.com.br/userfiles/file/PRFAPP%20rev%20jan%202008.pdf> . Acessado em 20 fev 2016.

⁴ Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/default.php> . Acessado em: 22 fev 2016.

⁵ Área de ocupação irregular com mais de 51 domicílios.

Os dados contribuem para compreender o quadro de extrema urgência na implementação de políticas habitacionais. Até o trabalho efetuado pela Cohab, que é o maior programa habitacional realizado na região, não atende a todos. A lista de inscritos na Cohab é de 66.925⁶ famílias à espera de moradia. Até o direito de se inscrever nesse programa é negado às classes mais baixas, já que que a Companhia atende somente famílias com rendas entre três e seis salários mínimos, o que exclui a participação de quem não atinge a renda mínima.

As famílias com renda entre três e seis salários mínimos são atendidas mais rapidamente porque há programas habitacionais existentes para esse perfil de renda, o custo da moradia seria em torno de 40 mil reais, o que tornaria inviável o pagamento, sem subsídios, para a população na faixa de zero a três salários mínimos. (TONELLA, 2010, p.251)

Percebe-se, assim, que a cidade se desenvolve nos moldes do modo de produção capitalista, prevalecendo os interesses econômicos, onde quem não consegue se manter dentro dessa dinâmica acaba ficando a margens deste, restando a uma camada significativa da população buscar alternativas de sobrevivência através, por exemplo, das ocupações irregulares.

2.3 A OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA

A ocupação Nova Primavera é organizada pelo Movimento Popular por Moradia (MPM) que está incorporado junto a Frente Nacional de Movimentos de Resistência Urbana, junto com outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Luta Popular (MLP), o Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), entre outros.

Na espera por ações públicas, os participantes do movimento ocupam imóveis vazios por entenderem que o direito constitucional à moradia está acima da propriedade privada de especuladores que as mantêm vazias com o intuito de elevar o preço do aluguel por retenção da oferta, e declaram que “ocupar imóveis vazios é ampliar o acesso à moradia digna”⁷.

⁶ Disponível em: www.cohabct.com.br/fila/Paginas/Alfabetica.aspx

⁷ Disponível em: <https://mpmcuritiba.wordpress.com/> Acessado em: 10 mar 2015.

Diante desse quadro, em 2012, o MPM deu início a sua primeira ocupação no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Entretanto, o processo de articulação para ocupar o terreno que pertencia à prefeitura da cidade começou um ano antes. Para viabilizá-lo houve reuniões periódicas nas comunidades do CIC e Uberaba, na qual o MPM convidava os moradores à saírem do aluguel para reivindicarem o direito à casa própria. Assim, optaram pela ocupação numa sexta-feira, 28 de setembro de 2012, e cerca de 10 famílias de baixa renda ocuparam o terreno. A estratégia de ação adotada pelo movimento, de ocupar a área numa sexta-feira e sem prévia divulgação da localização terreno, impediu que medidas policiais fossem tomadas no sentido de expulsar os ocupantes com base no flagrante que se justifica até 24 horas após o fato ocorrido.

FOTOGRAFIA 1 - INICIO DA OCUPAÇÃO



FONTE: MPM

Em um primeiro momento, os acampados construíram barracos de lona e uma estrutura com cozinha e banheiro comunitários foram implantados. Seis meses depois, o número de famílias aumentou e extrapolou a expectativas daqueles que organizavam a ocupação, chegando a 300 famílias, que começaram a construir barracos de madeira compensada e já contavam com água e luz – através de ligações clandestinas que permanecem até hoje. Os fios e mangueiras foram comprados pelos moradores que se reuniam e dividiam os gastos. Segundo relatos dos ocupantes, os responsáveis, sempre que tinham conhecimento das

ligações clandestinas, iam ao local e desligavam o fornecimento, levando fios e mangueiras e deixando os moradores à mercê, até que os mesmos se organizavam e novamente refaziam as ligações. Esse ciclo durou até o momento em que os órgãos responsáveis desistiram de desativar as ligações clandestinas.

Os moradores em poucos meses, moldaram o local, construindo seus barracos, carpindo o terreno, delimitando seu território e imprimindo nesse espaço suas características próprias ao mesmo tempo em que ia se formando como espaço coletivo. Dessa forma, a ocupação foi revelando a tentativa ou estratégia de luta pela conquista do direito a um terreno, a uma moradia, expressando-se, em sentido mais amplo, como um direito à moradia, à cidade e de (re)existir dignamente nela. Assim, esses sujeitos criam laços com o local de sua nova moradia.

O espaço se reproduz enquanto lugar onde se desenrola a vida em todas as suas dimensões o habitar e tudo o que ele implica ou revela. O viver em um lugar se revela enquanto constitui o de uma multiplicidade de relações sociais como prática espacial que está na base do processo de constituição da identidade com o lugar e com o outro e que foge a racionalidade homogeneizante e hegemônica (imposta pela sociedade de consumo), que define um tempo e um modo de uso. (CARLOS, 1999, p. 182)

O processo de negociação do terreno sofreu tentativa de retirada dos ocupantes da área, mas como se tratava de um terreno de propriedade da Prefeitura a negociação ocorreu de forma amigável com intermédio da Cohab, que foi pressionada através de manifestações dos ocupantes na sede da Companhia. Vale ressaltar que o MPM tem advogada própria que acompanhou todo o processo de negociação do terreno.

Com a ocupação já estruturada com barracos de madeira, começou o processo interno de organização. O terreno não foi loteado por estratégia do MPM, que acredita que a ocupação enquanto favela - com um barraco em cima do outro - pressiona mais ações políticas e aumenta os laços comunitários, uma vez que os próprios moradores escolham o espaço que construirão suas casas e dessa forma se articulam entre eles. O acampamento é dividido em oito grupos, no qual cada um tem seu próprio coordenador. Eles coordenam os problemas comunitários e também controlam a 'planilha de chamada', que é um modelo de

lista também utilizada por outras ocupações para a organização interna. Nessa planilha constam todos os barracos, numerados, na qual os moradores respondem a lista de presença – já que é necessário ter no mínimo um morador diariamente em cada barraco, e também a chamada nas assembleias – que tem a participação obrigatória. Caso o morador não tenha presença em no mínimo 50% dos eventos ele fica na repescagem. Esse modelo de lista organiza para que, caso o benefício da casa própria ocorra, os moradores com mais engajamento junto à ocupação sejam os primeiros beneficiados.

A prática da democracia interna foi outro fator importante para a coesão dos acampados. Todos coordenadores participam das decisões mais importantes junto com o MPM e assembleias gerais ocorrem todos os sábados com a presença obrigatória de todos moradores. As assembleias discutem as diretrizes políticas, organiza passeatas e reivindicações.

FOTOGRAFIA 2 – ASSEMBLÉIA NA OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA



FONTE: MPM

Em 2013 foi firmado o compromisso da construção de um condomínio pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades, o primeiro na região de Curitiba. O projeto, que já está nos trâmites finais, sofre com a burocracia e prevê que em 2016 o terreno seja desocupado para dar início às obras. O programa da Caixa Federal objetiva tornar acessível a moradia para a população cuja renda familiar

mensal bruta não ultrapasse a R\$ 1.600,00 e que sejam organizadas em cooperativas habitacionais, como é o caso do MPM. A modalidade Entidades, do Minha Casa Minha Vida, atende às pessoas físicas por meio de concessão de crédito com desconto variável de acordo com a sua capacidade de pagamento, sujeitos ao pagamento de prestações mensais, pelo prazo de 10 anos, correspondentes a 10% da renda familiar mensal bruta do beneficiário, ou R\$ 50,00, o que for maior⁸.

As dificuldades na ocupação são muitas, como falta de estrutura de saneamento básico e a chuva, que destrói barracos constantemente. Esses fatos fazem que ocupação sofra com a mudança de acampados, já que muitos não resistem muito tempo nas condições da ocupação. As famílias abandonam os barracos e voltam para o aluguel ou casa de familiares e durante esse processo de ocupa e desocupação, alguns moradores acabam ‘vendendo’ o direito do barraco à terceiros, garantindo que o terreno será beneficiado pelo governo. Essa ‘mini especulação imobiliária’ é proibida pelo MPM, entretanto, a organização do movimento não consegue controlar as negociações.

FOTOGRAFIA 3 - MAPA DAS OCUPAÇÕES



FONTE: GOGLE MAPS⁹

⁸ Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf Acessado em 02 fev 2016

⁹ Com edição da autora

Atualmente a ocupação possui quadra de futebol e cozinha comunitária, ambos frutos da articulação da própria ocupação, além de promover visitas à assentamentos do MST, festas comemorativas, mostra de filmes, bazares e cultos religiosos. A alta procura dos sujeitos em participar da ocupação, decorrente da crise econômica, fez com que o MPM ocupasse mais dois terrenos em 2015. O primeiro, a ocupação 29 de Março, que leva a data da ocupação no nome, conta com 300 barracos e está localizada ao lado da Nova Primavera; A segunda, a ocupação Tiradentes, ocupada no dia 17 de abril, tem aproximadamente 600 barracos e está ao lado do aterro sanitário da empresa Essencis e a 500m das outras duas ocupações.

FOTOGRAFIA 4 - OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA



FONTE: AUTORA

A cidadania se apresenta como motor das práticas sociais desse grupo que lutam pela garantia de uma existência digna para crianças, mulheres, homens e idosos sem teto. É possível identificar, assim, que o movimento não tem ideários ligados apenas à moradia, mas sim, que contemple todos seus direitos como cidadãos. Vale ressaltar que não procuramos generalizar os ideários de luta do MPM e tampouco restringi-los dentro do conceito de cidadania. Utilizamos a cidadania como eixo norteador deste trabalho, por esse contemplar as reivindicações da ocupação Nova Primavera e também por estar alinhado a todos conceitos apresentados nesta pesquisa. Isso é possível, porque como

veremos no tópico a seguir, o conceito de cidadania incorpora os direitos das minorias ao reivindicar que as políticas públicas sejam exercidas por todos. É aqui, portanto, que entra a necessidade da discussão sobre cidadania como um eixo balizador das ações dos movimentos sociais, visando estabelecer esse conceito com o caráter de justiça social.

3 COMUNIDADE EM AÇÃO

A primeira etapa metodológica dessa pesquisa tem base nos conceitos etnográficos de entrevista contextual e tem por objetivo conversar com os moradores da ocupação Nova Primavera de forma a compreender qualitativamente suas motivações e expectativas. Essa etapa consiste em observar as formações socioculturais dos sujeitos e combiná-las com entrevistas não estruturadas, afim de traçar um levantamento de como esse movimento social se organiza além de compreender seu local de pertencimento e como se organizam política e culturalmente.

As visitas da autora na ocupação Nova Primavera começaram em março de 2015. As atividades se iniciaram com a participação em assembleias gerais, que ocorrem todos os sábados na ocupação. A autora buscou inserir-se na comunidade, assumir as reivindicações e interagir diretamente na organização. Essa inserção foi importante, para criar laços de confiança e mostrar que não se tratava apenas de um interesse acadêmico, mas também pessoal. O que proporcionou traçar um breve relato das lutas e diretrizes políticas que cercam a ocupação.

3.1 ATUAÇÃO POLÍTICA

Durante os meses de março a outubro, a ocupação Nova Primavera estava mobilizada contra a ação de despejo da ocupação Tiradentes, que também compõe o Movimento Popular por Moradia. A ocupação Nova Primavera é a mais antiga, de todas que compõe o MPM, e prestam um serviço de assessoria para outras comunidades e se envolvem politicamente na luta dos outros acampados. Ressaltando, assim, um sentimento de comunidade que extrapola as barreiras geográficas de sua ocupação. Para melhor compreender, vamos relatar a luta vivida pela ocupação Tiradentes que foi diretriz da ocupação Nova Primavera.

3.1.1 Terreno em disputa

O terreno escolhido para servir a comunidade Tiradentes pertence ao grupo empresarial Stirps Empreendimentos e Participações Ltda., que também controla a

empresa de coleta de resíduos Essencis Ltda. que possui um aterro sanitário ao lado do terreno ocupado.

No dia 17 de abril de 2015, cerca de 200 famílias ocuparam o terreno, em seguida, a empresa Essencis solicitou uma ordem de despejo com o interesse em transformar o lugar em aterro sanitário. Após esses fatos, as ocupações Nova Primavera e 29 de Março, ambos pertencentes ao Movimento Popular por Moradia, entraram com ação de reintegração de posse e começaram a organizar manifestações contra a ordem de despejo.

FOTOGRAFIA 5 - MOBILIZAÇÃO CONTRA DESPEJO DA OCUPAÇÃO TIRADENTES



FONTE: MPM

A primeira manifestação ocorreu no dia 20 de maio, em frente à Câmara Municipal de Curitiba. Durante o mês de junho, a pauta contra a desocupação da comunidade Tiradentes continuou. No dia 03 de agosto ocorreu uma reunião com a Assessoria de Assuntos Fundiários do Estado do Paraná, na qual a comunidade denunciou a empresa de resíduos Essencis por despejo. Já no dia 09, do mesmo mês, uma manifestação com cerca de 700 pessoas marcou presença em frente à Prefeitura de Curitiba e também na Assembleia Legislativa do Paraná. Após essa série de reivindicações, e resistindo à ameaça de despejo, a comunidade Tiradentes consegue acordar com o Poder Legislativo e fundam a ocupação sem a iminência de despejo.

FOTOGRAFIA 6 - – MANIFESTAÇÃO DO DIA 09 DE JUNHO



FONTE: MPM

Depois das seguidas manifestações e a garantia dos acampados de não serem expulsos do terreno, iniciou a os processos jurídicos de negociação do terreno. Os processos ainda estão em andamento e o MPM está reivindicando posse deste. Caso a negociação não se concretize, a Secretaria Especial para Assuntos Fundiários prometeu um outro terreno para a ocupação.

3.1.2 Aluguel Social

Além da reintegração de pose do terreno da ocupação Tiradentes, a comunidade Nova Primavera reivindicava a votação do Projeto de Lei do Aluguel Social, que prevê concessão de um benefício, com valor de até um salário mínimo, destinado a famílias de baixa renda, que não têm imóvel próprio e que estão em situação habitacional de emergência. Durante o dia 23 de julho, ocorreram duas manifestações com essa pauta: uma bloqueando a BR-376, que liga Curitiba à Ponta-Grossa, e outra em frente à Prefeitura de Curitiba. No mesmo dia, devido as seguidas manifestações, a Prefeitura acorda em votar o Projeto de Lei do Aluguel Social, e logo em seguida, o prefeito Gustavo Fruet (Partido Democrático Trabalhista) sanciona o projeto.

A aprovação do Aluguel Social foi uma importante vitória para a ocupação, que há três anos lutava por essa pauta. A Lei é destinada a famílias de baixa renda, que não possuem imóvel próprio e que se encontram em situação habitacional de

emergência. Para serem contempladas com a concessão de benefício de até um salário-mínimo regional (R\$ 1.032,02) e por até 24 meses, as pessoas devem residir na cidade há pelo menos um ano. Esse projeto é importante para a ocupação Nova Primavera, já que, como as obras do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades pretende ser iniciadas esse ano e para isso o terreno deverá ser desocupado, as famílias acampadas poderão contar com esse o benefício para custear o aluguel, enquanto as obras não são finalizadas e o sonho da casa própria não se concretize.

FOTOGRAFIA 7 - QUEIMA DE PNEUS NA BR-376



FONTE: AUTORA

3.1.3 Estrutura

Durante o mês de dezembro de 2015 e fevereiro de 2016, as manifestações foram em prol de estrutura para a região das ocupações. O eixo mobilizador eram reivindicações para conseguir: asfaltamento na estrada Velha do Barigui que liga as ocupações; linhas de ônibus mais acessíveis para as crianças e outros estudantes; retirada do fio de alta tensão que existe em cima das ocupações.

A primeira passeata ocorreu no dia 2 de dezembro e contou com a participação de 400 acampados que se reuniram no terminal da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), de onde partiram para uma caminhada em direção à Administração Regional do bairro. Todos foram recebidos no salão da sede, onde lideranças do movimento cobraram as promessas de asfaltamento e de linhas de ônibus que passem pelas ocupações Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes.

O asfaltamento é uma exigência da Caixa Econômica para iniciar a execução dos projetos habitacionais das ocupações 29 de Março e Nova Primavera, concluídos

no Ministério das Cidades. Outra exigência da instituição para a segurança das obras é a retirada de um fio alta tensão que passa pelas duas ocupações.

A manifestação terminou com a promessa da Administração Regional do CIC em negociar diretamente com a prefeitura o asfaltamento na região, e também garantir a canalização do terreno para que possam usufruir de água potável. Em relação à demanda da linha de ônibus, a regional irá entrar em contato diretamente com a URBS (Urbanização de Curitiba S/A) para avaliar a possibilidade de desviar o trajeto até o local das ocupações.

Sobre a linha de alta tensão, a subprefeitura do CIC, informou que deveria ser negociado diretamente com a Copel, o que resultou em manifestações em frente à sede da companhia no mês de fevereiro de 2016. As reivindicações não surtaram efeito, o que força o movimento a continuar a luta. Pontuando que a passagem de fio de alta tensão é proibida em regiões habitacionais e a retirada é imprescindível para a realização das obras.

FOTOGRAFIA 8 - PROTESTO NA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CIC



FONTE: AUTORA

3.1.4 Envolvimento na luta

O alto índice de participação dos sujeitos nos processos de discussão e de mobilização relacionados com as questões da ocupação, só se torna concreta, porque

é obrigatória. A organização do Movimento Popular por Moradia contabiliza, em forma de chamada, toda as presenças nas manifestações, sendo que cada barraco deve ter ao menos um representante durante as passeatas. É essa participação que irá garantir os benefícios alcançados, já que o é o movimento que controla os cadastros dos moradores que serão beneficiados pela casa própria através do programa Minha Casa Minha Vida Entidades. Logo, os moradores que possuem maior participação, serão os primeiros beneficiados. Essa obrigatoriedade parte da premissa de que 'quem não luta, não conquista'. O MPM para obter os benefícios reivindicados, precisa da participação do povo que, no fim, será o grande favorecido.

Essa participação, em um primeiro momento obrigatória, se torna educativa, já que humaniza as pessoas, no sentido de que devolve à vida social para sujeitos que estavam excluídos, e também, no sentido de que a luta educa para uma determinada postura diante da vida, já que nada é impossível de mudar.

É também a participação no movimento que politiza os sujeitos da ocupação, no sentido de que passam a compreender o seu problema específico num contexto mais amplo. Muitos quando decidem participar de uma ocupação, o fazem movidos pela necessidade, mas também por uma visão ainda ingênua de mundo, sem se questionarem sobre a situação de excluídos. Pouco adianta as lideranças do MPM fazerem longos discursos para explicar que a realidade é passível de mudança ou se articularem politicamente em busca de benefícios, somente experimentando pessoalmente os embates da luta que, aos poucos, os moradores das ocupações entenderão a realidade vivida.

Assim, tornar consciente este processo é um dos grandes desafios do MPM. Sem isto, os acampados não conseguirão se tornar sujeitos capazes de fazer diferença na luta de classes, entretanto esse é um trabalho lento e que aos poucos vem sendo incorporado pelos acampados. Assim as manifestações se consolidam como principal arma política de reivindicação desse movimento, que extrapola o bem-estar individual e luta para assegurar o bem coletivo e incitar um processo crítico.

3.2 PERFIL DOS MORADORES DA NOVA PRIMAVERA

Durante as assembleias e manifestações¹⁰ a autora estava atenta a recolher histórias de vidas dos moradores, afim de traçar um perfil e contribuir para a descrição do objeto. Cabe ressaltar que atualmente todas as casas da ocupação Nova Primavera têm banheiro, água e luz elétrica, esse fator serve de motivação para as ocupações mais novas, como a Tiradentes e a 29 de Março que não contam com a mesma estrutura.

Os moradores do local têm acesso aos serviços públicos, como posto de saúde e creche municipal. Essa conquista também demorou. O comprovante de endereço veio somente em 2014, quando o MPM realizou um ato em frente à unidade básica de saúde da região. A partir disso, a entidade ficou responsável por manter atualizado um cadastro de moradores, por setor e número de casa, garantindo o atendimento e a educação.

As mulheres também exercem uma função cativa na comunidade, como auxiliar na limpeza da comunidade e cuidar das crianças que não conseguiram se cadastrar em creches, seja por falta de vagas ou por falha na regularização do endereço. Muitas mulheres também trabalham informalmente, vendendo pães, bolos, toalhas bordadas, entre outras coisas, dentro da comunidade.

A ocupação Nova Primavera conta com comércio local, as chamadas bancas. As bancas comercializam desde produtos alimentícios industrializados até frutas e verduras. Além de bares e bancas que vendem produtos produzidos pelos próprios moradores, como cachorro quente, pães e doces.

As entrevistas se deram em contexto informal de conversas e um aporte de dados quantitativos se tornou inviável, já que a comunidade possui muitos moradores, estima-se mais 1.200 atualmente, sendo que a grande parte tem uma rotatividade significativa na ocupação. Muitos permanecem por meses e acabam retomando à vida de aluguel. Dessa forma, a autora buscou informações com os membros mais antigos, e que de certa forma, se apresentam como membros mais consolidados e que contribuem na organização da comunidade na forma de coordenadores. A ocupação Nova Primavera ao todo, possui 8 coordenadores, mas somente cinco se disponibilizaram a tornar o projeto de comunicação comunitária viável e são eles:

¹⁰ As visitas à ocupação começaram em novembro de 2014 e foram totalizadas nove manifestações com a presença da autora.

3.2.1 Beatriz Martins de Lima

FOTOGRAFIA 9 - BEATRIZ MARTINS DE LIMA



FONTE: AUTORA

Beatriz, tem 53 anos, nasceu em Curitiba e há dois anos mora na comunidade Nova Primavera. Bia, como é chamada, já morou em muitas cidades no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Seus pais se mudavam muito, já que trabalhavam em fazendas. Em função do difícil acesso e da dificuldade econômica, Bia nunca teve oportunidades de estudar, mas diz ter aprendido a ler e a fazer contas matemáticas com seus filhos.

Mãe de duas filhas, está no segundo casamento e já participou de outras invasões. Contou que ficou dez anos na invasão do Sabará (comunidade no bairro Industrial de Curitiba), por cinco anos, mas perdeu a casa para o ex marido. Solteira e com duas filhas, ela viu na ocupação Nova Primavera uma alternativa aos altos gastos com aluguel. Bia diz gostar de morar na comunidade e atualmente, seus dois irmãos se mudaram para ocupação, entretanto, ela ressalta o pior problema da comunidade: higiene. Muitas fossas à céu aberto, o que atrai insetos e animais.

Atualmente, Bia tem uma banca (que vende de produtos alimentícios) na ocupação 29 de Março e é dali que sua família tira o sustento. Ela contou que para abrir seu negócio, se apropriou da pensão de uma das filhas, cerca de 40 reais, e

comprou doces para revender. Hoje, a banca da Bia funciona como um mini mercado e vende para todas ocupações do MPM.

3.2.2 Emerson Eduardo de Lima

FOTOGRAFIA 10 - EMERSON EDUARDO DE LIMA



FONTE: AUTORA

Emerson é conhecido como Du na comunidade, tem 23 anos e é natural de Curitiba. Atualmente está desempregado, como muitos outros moradores da comunidade e utiliza o tempo livre em prol da ocupação, com o cargo de coordenador. Ele conta que o fato de não ter residência fixa atrapalha na busca por emprego, já que as empresas exigem comprovante de residência. Mesmo não conseguindo emprego pelo fato de viver em uma invasão, Du relata que a amizade e a solidariedade que encontrou ali é uma das melhores qualidades da Nova Primavera. Ao ser questionado sobre o que aprendeu vivendo na ocupação, ele logo ressalta a 'paciência', e completa dizendo que antes era muito estressado e na ocupação aprendeu a viver em comunhão e a respeitar o tempo dos outros.

Para ele, o maior problema da comunidade é a falta e insalubridade da água. A ocupação depende de ligações clandestinas e a qualidade dos canos fica a desejar. As manilhas vivem vazando e os moradores dependem da comunidade para

arrecadar dinheiro e melhorar a tubulação, entretanto, como todos estão em situação de vulnerabilidade, arrecadar dinheiro se torna inviável.

Du, terminou o ensino fundamental e diz não ter vontade de voltar a estudar. Ele explicou que a vida é muito difícil e que agora só pensa em conseguir emprego para poder ampliar o barraco em que vive. Quando chegou a ocupação, cerca de dois anos atrás, Du viveu em um barraco de lona, com cerca de um metro de altura por 8 meses, até conseguir doações de madeira e construir o primeiro barraco, com apenas um cômodo. Hoje, a cada de Emerson tem dois cômodos e ele sonha em ampliá-la e construir um banheiro de alvenaria.

3.2.3 Emerson Leandro de Paula

FOTOGRAFIA 11 - EMERSON LEANDRO DE PAULA



FONTE: AUTORA

Emerson tem 35 anos e mora na ocupação com sua esposa e dois filhos. Já morou em outras invasões, que sofreram ação de despejo, e ressalta que a Nova Primavera é mais tranquila por já terem posse do terreno. Emerson está há um ano na ocupação, é desempregado e não terminou o ensino fundamental. Para garantir o sustento da família, depende de empregos temporários em obras.

Emerson foi o único coordenador participante do projeto que relatou de forma aberta o entrave da comunidade com o tráfico de drogas. Ele explicou que o período entre agosto e outubro de 2015, foi agitado, com muitas mortes e expulsões de famílias na Nova Primavera. Entretanto, depois que essa fase passou, com a morte e prisão de muitos envolvido no tráfico, a comunidade voltou a ser um espaço tranquilo. Atualmente, Emerson diz que o tráfico ainda existe, mas de forma silenciosa e garante que isso é benéfico para comunidade, porque impede que outras facções, mais violentas, adentrem à ocupação.

3.2.4 Taciane Rodrigues da Silva

FOTOGRAFIA 12 - TACIANE RODRIGUES DA SILVA



FONTE: AUTORA

Taciane, estudou até 7^o série, tem 27 anos e está na ocupação há três anos e meio. Desemprega e com dois filhos, atualmente vive dos benefícios do Estado e da pensão que o pai fornece às filhas. Taci, como chamada, ressaltou que depois que foi morar na ocupação começou a valorizar as coisas. Ela, que sempre viveu de aluguel, se viu nessas condições após a morte da mãe. Sem perspectiva e dinheiro, ela se mudou para a ocupação.

A moradora foi a única, dos entrevistados, que alertou que nem todos gostariam do projeto. Problematicando essa alegação, ela afirmou que isso poderia

causar visibilidade e que alguns moradores não iriam ser beneficiados com isso. A cultura do silêncio ronda alguns moradores da ocupação, e ao falar da minoria que não se agradaria com a visibilidade da ocupação, a moradora, na verdade, tratava dos moradores envolvidos no tráfico.

3.2.5 Viviam do Rossil Brito Hildebrant

FOTOGRAFIA 13 - VIVIAM HILDEBRANT E LUCIANO HILDEBRANT



FONTE: AUTORA

Viviam mora há três anos na ocupação Nova Primavera, com seus três filhos e seu marido Luciano. Com 35 anos, a moradora já viveu em outra ocupação em que sofreu ação de despejo de forma violenta. Ela conta que morou por quatro meses na ocupação do Mansur (no bairro Cidade Industrial de Curitiba) e o despejo aconteceu através da polícia militar e cavalaria, o que traumatizou a todos.

Após cinco anos, seu marido, em busca de se livrar do aluguel, construiu um barraco na Nova Primavera. Ela disse que durante 6 meses, seu marido dormia na ocupação todas as noites para garantir o espaço, mas ela e os filhos continuaram no aluguel. Após esse período, com a garantia de não serem mais despejados da ocupação, é que Viviam e os filhos se mudaram.

Viviam, como muitos, está desempregada e o tempo livre ela se dedica à comunidade. Está criando uma horta comunitária no fundo da ocupação e também

coordena mutirões para a limpeza da área, que tem alto índice de dengue. Ela ressaltou que o lixo presente na ocupação, nem sempre é resultado da falta de higiene dos moradores. Ela conta que inúmeras vezes presenciou caminhões que descarregavam entulhos nos arredores da ocupação.

3.3 BUSCA PELA CIDADANIA

Todos os coordenadores entrevistados limitam sua atuação a condição de desempregados e pobres, e conectam isso ao fato de serem privados de sua cidadania e do poder de atuar como sujeitos de sua história. Os moradores têm um conhecimento limitado sobre as práticas políticas do Estado e do tecnicismo do mesmo no tratamento destas questões, alimentando assim uma dependência em relação as doações de lideranças locais e ongs (Organizações Não Governamentais), visto como único aparato capaz de garantir os meios de solução de suas demandas. Eles não compreendem que os movimentos de mobilização popular que compõe, junto com a ocupação de espaços abandonados, pressiona o Poder Público por mudanças e que esse movimento é considerado a busca pela cidadania.

A cidadania tornou-se, nas últimas décadas, uma palavra ícone, que resume, a missão dos movimentos sociais, já que proporciona uma nova dimensão política de luta para os grupos populares. Mas ainda cabe nesta pesquisa pontuar em torno de qual cidadania estamos falando, já que esse conceito atualmente possui nuances que o torna diferente do conceito de cidadania de algumas décadas atrás, já que o corpo social tem uma dinâmica mutável e gera novos direitos e novas necessidades com o passar das décadas. Nesse sentido, discute-se, no próximo subcapítulo, como a aquisição da cidadania tem, ao longo da história brasileira, corrigido distorções e desigualdades no país, e os desafios a serem enfrentados para que ela seja alcançada de forma igual por todos os grupos sociais..

4 CIDADANIA

No século XXI, a noção de cidadania já não é mais a mesma de décadas atrás. Ela vem sofrendo transformações e tendo uma definição mais ampla. O percurso do conceito perpassa transformações sociais, sobretudo dos contextos liberal, no período de redemocratização do país, e atualmente, do neoliberalismo. A ressignificação do conceito desloca o entendimento feito pela sociedade, e logo, interfere na atuação política do cidadão.

Conforme Efendy Maldonado (2011), ainda não temos uma sociedade completamente madura e esclarecida nas questões políticas e sociais. Contudo, “há pessoas que começaram a distinguir e defender seus direitos de classe, etnia, gênero, faixa etária, condições biológicas, opções religiosas e diversidade de pensamento” (MALDONADO, 2011, p. 1). Isso é uma indicativa que os significados de cidadania estão sendo revistos constantemente, assim, pretende-se neste capítulo problematizar esse conceito a partir da prática social vinculada aos ideais da comunicação.

4.1 CONCEPÇÃO LIBERAL DE CIDADANIA

Alguns estudos sobre a cidadania remetem a origem do conceito ao desenvolvimento das polis gregas (cidades-estados) na Grécia antiga, entretanto a noção que chega mais próxima à atualidade tem como base o Estado moderno e não pode ser pensada como originária dos conceitos atrelados ao que foram as cidades-estados no período greco-romano. Isso porque os conceitos e significados que remetem a democracia, participação coletiva no meio político e social têm sentidos distintos dos atuais. (GUARINELLO, 2003, p.30).

O conceito, conforme a concepção liberal, tem como base a formação do Estado-nação burguês, ou seja, a passagem do trabalho servil para o assalariado. Na qual a burguesia defende o ideário do liberalismo, reivindicando a liberdade individual como um direito do homem. Assim o significado predominante cabe ao pensamento liberal, na qual prevalece a busca de uma estratégia para combinar o civil – direitos individuais – e o cívico – deveres para com o Estado. (BARBALHO, 2005, p.27-28).

A respeito do conceito de cidadania moderno cabe destacar a reflexão do liberal T. H. Marshall (1967) em seu ensaio *Cidadania, Classe Social e Status*, que

cunhou o termo ligando-o ao desenvolvimento dos direitos na sociedade capitalista inglesa da época. Para o autor, o conceito de cidadania se constituiu a partir da participação integral do indivíduo na sociedade e essa participação materializou diferentes tipos de benefícios reconhecidos pelo o Estado, os chamados direitos. Consequentemente, os indivíduos também assumiram compromissos para com o Estado, os chamados deveres. A partir disso, Marshall criou uma tipologia baseada nos direitos nas dimensões civis, políticas, mas também sociais (SAES, 2000, p.2), que engloba uma nova categorização e que leva o conceito de cidadania para além do significado de direitos e deveres.

Os direitos civis constituem a liberdade individual, como o direito de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, da propriedade, etc. Essa dimensão está ligada ao direito que concebe os contratos sociais e o direito à justiça pública, eles são caracterizados sendo da primeira geração, conquistados no século XVIII (MARSHALL, 1967, p. 63). A dimensão dos direitos políticos, também de primeira geração, garante a participação na vida política, seja como membro de um organismo ou como eleitor de tais organismos e foram concebidos no século XIX. (MARSHALL, 1967, p.64). Os direitos sociais correspondem à segunda geração, concebidos na segunda metade do século XX, e apresenta garantias ao bem-estar econômico, segurança e participação na herança social. Para Marshall (1967, p.65) o sistema educacional e de serviço social são os responsáveis pela garantia desses direitos.

A partir dessa classificação, Marshall mostra de forma evolutiva a tipologia dos direitos, mas salienta sua central preocupação: “Meu objetivo primordial é a cidadania e meu interesse especial consiste em seu impacto sobre a desigualdade social” (MARSHALL, 1967, p.75). Por isso, interessa aqui a proposta de Marshall em entender a evolução conceitual atrelada ao período histórico da igualdade dos sujeitos e da desigualdade de classes. O autor, com o objetivo de compreender o impacto da cidadania sobre a exclusão dos sujeitos, apresenta a classe social como um sistema de desigualdade que se desenvolve junto ao capitalismo (MARSHALL, 1967, p.76), cabendo a cidadania neutralizar essa disparidade no sistema de classes (MARSHALL, 1967, p.77).

Cabe frisar que a cidadania descrita por Marshall abarcava somente homens, adultos e brancos, assim não estava em conflito com todas as disparidades da sociedade. Mesmo não interferindo na estrutura desigual da sociedade capitalista, o conceito de igualdade presente na cidadania existia perante lei, mas não era aplicada

na prática devido aos preconceitos de classes e distribuição desigual de renda (MARSHAL, 1967, p.77). O autor conclui que a cidadania em prol da igualdade social limita-se aos princípios do capitalismo (MARSHAL, 1967, p.85). Sendo assim:

Há limites inerentes ao movimento em favor da igualdade. Mas o movimento possui um duplo aspecto. Opera, em parte, através da cidadania e, em parte, através do sistema econômico. Em ambos os casos, o objetivo consiste em remover desigualdades que não podem ser consideradas como legítimas, mas o padrão de legitimidade é diferente. No primeiro, é o padrão da justiça social; neste último, é o padrão da justiça social combinada com a necessidade econômica. (MARSHAL, 1967, p.109)

Portanto, segundo Marshall, a cidadania pode suavizar os aspectos mais negativos da desigualdade econômica e fazer com que o sistema capitalista seja mais justo, aliviando as tensões do sistema de classes e evitando a ação revolucionária. Pode, assim, servir como instrumento para manutenção do status quo quando se limita ao capitalismo, não agindo em prol das transformações sociais capazes de conceber a expansão da igualdade social. (HELD, 1999, p.203).

4.2 RECORTE HISTÓRICO DA CIDADANIA NO BRASIL

Para compreender a realidade brasileira, o historiador José Murilo de Carvalho (2003) assume a tipologia evolutiva de Marshall (1967) apenas para comparação, já que existiriam duas diferenças importantes. A primeira refere-se a uma maior ênfase dos direitos sociais em detrimento dos direitos políticos e civis. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: o social precedeu os outros (CARVALHO, 2003, p.9).

Observa-se, na curta trajetória histórica brasileira, que a população foi afastada das decisões políticas, sendo o povo apenas espectador. A Independência do Brasil (1822) foi negociada entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra de modo pacífico. A proclamação da República (1889) também ocorreu de modo brando, sem a interferência da população, perpetuando as decisões de cima para baixo. Na avaliação de Carvalho (2003, p.83) o sentimento de pertencer à nação não foi consolidado e a população não obteve experiências políticas que os preparavam para exercer suas obrigações cívicas.

No que se refere aos direitos sociais, que garantem “o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2003, p.10). Estes direitos são colocados na dianteira da história brasileira, por terem se destacado anteriormente aos demais, a partir dos anos 30. Após o Golpe de Vargas e a instalação do Estado Novo (1937-1945), o sistema político alternou-se entre regimes ditatoriais e democráticos. Nesse período, entretanto, os direitos sociais foram ampliados, e os primeiros a serem conquistados, através da criação do Ministério do Trabalho, maior assistência social e com a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Essas medidas tiveram como base o governo populista de Getúlio Vargas, em um contexto de baixa participação política e de precária vigência dos direitos civis, na qual manifestações políticas eram proibidas, haviam presos políticos, a imprensa era censurada e as organizações sindicais atreladas ao Estado. “O período de 1930 a 1945 foi o grande momento da legislação social. Mas foi uma legislação introduzida em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis” (CARVALHO, 2003, p.110).

Após 1945, iniciou-se um período democrático no país que é apresentado como período emergente dos direitos políticos brasileiros, que durou até o golpe 1964. O autor descreve que entre 1945 e 1964 houveram tentativas de golpes militares, mas a democracia reinou e eleições regulares ocorreram para eleger presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores o que garantiu os direitos políticos para a população brasileira durante esse período (CARVALHO, 2003, p.126).

Após quase vinte anos de direitos políticos efetivados, o Golpe Militar (1964) interrompeu os avanços na área. Em contraponto, o fim desse período foi marcado pela reivindicação dos direitos perdidos, com a mobilização *Diretas Já*¹¹ e fez com que uma decisão fosse tomada a partir da luta do povo, ou seja, de baixo para cima.

Já no que tange os direitos civis, que exprimem o direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei, foram contemplados apenas na Constituição de 1988 e assim sendo os últimos a serem consolidados na trajetória brasileira e que atualmente ainda sofrem com sua fragilidade. Carvalho (2003) ressalta que os direitos civis são restritos a somente parcela da população:

¹¹ Movimento reivindicatório de eleições diretas no Brasil entre os anos de 1983 e 1984.

A parcela da população que pode contar com a proteção da lei é pequena, mesmo nos grandes centros. Do ponto de vista da garantia dos direitos civis, os cidadãos brasileiros podem ser divididos em classes. Há os de primeira classe, os privilegiados, os "doutores", que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social. (CARVALHO, 2003, p.215)

Enquanto a elite se beneficia, já que para eles “as leis ou não existem ou podem ser dobradas” (CARVALHO, 2003, p.216), as classes mais baixas ficam à mercê dos agentes da lei que definem quais direitos serão, ou não, aplicados. As classes mais baixas, compostas por trabalhadores, “nem sempre têm noção exata de seus direitos, e quando a têm carecem dos meios necessários para os fazer valer, como o acesso aos órgãos e autoridades competentes, e os recursos para custear demandas judiciais” (CARVALHO, 2003, p.216).

Assim, é possível perceber uma lógica inversa no Brasil, do que ocorreu, via de regra, na Inglaterra como descreve Marshal (1967), aparecendo aqui, primeiro os direitos sociais, depois os políticos e por fim, os civis.

O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria ideia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania. Quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa. Isto quer dizer que a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas se tornavam cidadãos à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um estado. (CARVALHO, 2003, p.12)

Dessa forma, torna-se inviável utilizar a conceituação de cidadania feita por Marshall (1967), na realidade brasileira. Para definir o conceito, o autor inglês, parte de uma filosofia do desenvolvimento vivenciado pela Inglaterra, e na qual a cidadania plena é atingida quando todos os direitos (políticos, civis e sociais) são alcançados. Entretanto, como pontua Carvalho (2003, p.12), o país ainda sofre com a perpetuação de alguns direitos e por isso o conceito foi ressignificado para atender melhor a conjuntura da realidade brasileira.

4.2.1 A nova cidadania

A partir desse processo histórico de privação de direitos que o Brasil passou até meados da década de 80, um novo conceito de cidadania passa a orientar as

ações políticas no país. A nova cidadania ou cidadania ampliada, como explica Evelina Dagnino (2004), assume o conceito cujo ponto de partida é a concepção de um direito a ter direitos e que as demandas, categorizadas como políticas, civis e sociais, estão sempre em construção e que jamais estarão estagnadas. Esta noção resinificada demonstra que podem surgir na sociedade novos direitos e que a cidadania não é um conceito fixo ou imutável, isso permite a abertura para o surgimento de novos direitos oriundos de lutas específicas, ou seja:

A própria determinação do significado de 'direito' e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas, objetos de luta política. O direito à autonomia sobre o próprio corpo, o direito à proteção do meio ambiente, o direito à moradia, são exemplos (intencionalmente muito diferentes) dessa criação de direitos novos. (DAGNINO, 2004, p.104)

Nesse contexto, o conceito de cidadania estaria ligado ao cenário neoliberal, e não mais liberal como apresentado no tópico anterior. Contudo, devemos ressaltar que um regime liberal não se apresenta como democrático. Um regime liberal é caracterizado como aquele que intervém o mínimo na vida privada e pública, e como democrático aquele que concebe todos sujeitos como cidadãos. Esse cenário só muda a partir de 1980, quando a noção de cidadania passa a ocupar espaços mais democráticos, e conseqüentemente, passa a ser alvo das concepções neoliberais. Com os movimentos sociais da época, as reivindicações das minorias sexuais, religiosas, étnicas, etc., dividem o espaço das pautas político-econômicas. Com isso, o Estado não é apenas cobrado por assistência financeira, mas também pelo reconhecimento dessas minorias que vivenciam a exclusão cultural e social, além da econômica. (BARBALHO, 2005, p.29). Resgata-se, assim, a noção liberal tradicional da cidadania e a complementa com as novas demandas sociais e políticas. Dagnino (2004) completa que essa nova noção rompe com as estratégias das classes dominantes e do Estado que visam a manutenção do capitalismo:

A nova cidadania, ao contrário das concepções tradicionalmente vigentes no Brasil, não está vinculada a uma estratégia das classes dominantes e do Estado de incorporação política gradual dos setores excluídos, com o objetivo de uma maior integração social ou como uma condição legal e política necessária para a instalação do capitalismo (DAGNINO, 2004, p.104)

Assim, ultrapassa o conceito anterior que defendia o acesso a participação e pertencimento a um sistema político, encaminhando-se para o direito de participar da sociedade definida pelos próprios sujeitos. A nova cidadania, nesse sentido, pressupõe “novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social, etc)” (DAGNINO, 2004, p.105). Trata-se de uma concepção que parte da sociedade, e não mais do Estado, e é ocupada pelos excluídos ou pelos sujeitos que não se sentem parte do sistema imposto.

Um outro aspecto que diferencia a cidadania liberal do conceito neoliberal é que enquanto a primeira é entendida apenas em termos de direitos individuais a segunda engloba os direitos coletivos. Maria da Glória Gohn (1995), reforça que o conceito predominante nos discursos contemporâneos, não é mais o individual, impostas nos direitos de dimensão civil e política, e sim, o do pensamento coletivo, que tem base o conceito de civilidade. Gohn (1995) exprimi que enquanto as características da cidadania individual, se limita aos direitos e deveres dos cidadãos perante ao Estado (GOHN, 1995, p. 196), a cidadania coletiva está ligada à dimensão dos direitos sociais cunhado por Marshall. Esse direito é descrito coletivo pois é um direito que não se constrói sozinho. Direitos, que sempre foram, ou ainda são ignorados, como os problemas de cultura, minorias étnicas, mulheres etc., que são consideradas parte de uma sociedade multicultural. Nessa perspectiva, a cidadania coletiva não reivindica direitos apenas sob forma de leis, mas sim “espaços sociopolíticos sem que para isso tenha de se homogeneizar e perder sua identidade cultural” (GOHN, 1995, p.196), assim, a cidadania pressupõe uma conquista popular, não se configurando como uma dádiva ou uma concessão, mas sim algo que advém da luta pelos direitos sociais e emerge, principalmente, a partir da experiência de reivindicação dos movimentos sociais a partir de 1980, no Brasil.

Essa relação dos movimentos sociais com o novo conceito de cidadania está atrelada, uma vez que, deixando de considerar o termo como imutável, apontamos para uma noção mais dinâmica e mais de acordo com um mundo que sofre transformações num ritmo veloz. Assim, não há como significar o termo a priori, sendo que a cidadania sempre será definida pela luta política.

Evelina Dagnino (2000) aponta que “um instrumento fundamental dos movimentos sociais em sua luta recente pela democratização foi a apropriação da noção da cidadania, que torna operacional sua visão ampliada de democracia”

(DAGNINO, 2000, p.83). Dentro dessa nova concepção fica visível que a cidadania não está mais restrita às relações com o Estado, mas sim definida pelos próprios membros da sociedade, o que provoca, “um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que requer, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos” (DAGNINO, 2000, p.89).

4.3 A CIDADANIA COMUNICACIONAL

Como pontuamos, os movimentos sociais contemporâneos são movidos pela procura de um modelo de sociedade mais democrática, horizontal e cidadã, e não apenas por lutas individuais. Nessa perspectiva, extrapola a esfera de cumprimento de deveres e exigência dos direitos, mas sim, reflete aquele que toma para si as ações de modificação do seu meio através da criação de uma consciência transformadora. Logo, o termo tornou-se uma diretriz central em muitos movimentos sociais, já que serve como “porta de entrada dos sujeitos no espaço público [...] convocando a sociedade a examinar suas questões, abrindo a discussão em busca do entendimento e da legitimidade de suas reivindicações de direitos” (SOARES, 2009, p. 134).

Entendemos, portanto, que para alcançá-la é necessária uma prática de reivindicação, onde a cidadania é posicionada como estratégia para a construção de uma sociedade melhor. É preciso incitar uma consciência para a luta por uma sociedade econômica e culturalmente igualitária e trabalhar de forma que, além do indivíduo, o coletivo tenha prioridade.

Cidadania, além de ser sentimento de pertencimento a uma nação, a uma comunidade, a um projeto da sociedade moderna, vai sendo também relacionada à capacidade desses atores articularem demandas e apresentarem soluções [...] os cidadãos podem, em princípio, apresentar seus problemas, interesses, valores e eventuais soluções, a partir de suas próprias visões de mundo. Esse conflito permanente força a linha dos limites dos direitos, tornando-a expansiva. (SOARES, 2009, p.135)

Assim, o conceito de cidadania atrelado aos movimentos sociais está ligada também ao sentir-se cidadão, que implica no papel de agente transformador, que tem anseio em mudar sua realidade. Dentro desse processo de mobilização, os movimentos sociais incorporam a comunicação, para fortalecerem suas pautas e a si mesmos. Assumimos o posicionamento de Peruzzo (2009, p.37), que afirma que a

comunicação deve estar presente nos movimentos sociais já que, mesmo não sendo uma força predominante, se consolida como importante canal para se comunicarem entre si e com seu público. Entretanto o uso de canais comunicativos pelos movimentos sociais não é novo, mas atualmente ele consolida como ferramenta para o exercício da cidadania.

Para além do direito civil e político de liberdade de opinião expresso na Constituição brasileira, o ato de comunicar se estabelece como um direito social, já que no âmbito dos movimentos sociais, se desloca da noção do individual para o coletivo, garantindo o direito à participação e mobilização. Compreender a comunicação como um direito de cunho social, civil e político é um avanço na concepção de cidadania, o que pode extrapolar a categorização de Marshall (1967), e conforme afirma Peruzzo (2009, p.38), incitar a criação de uma dimensão comunicacional para a cidadania. Por essa expansão na função da comunicação e pela ligação com o conceito de cidadania, Peruzzo pontua que a comunicação:

é colocado como um direito de terceira geração, pois se desloca da noção de direito do indivíduo para o coletivo; direito de grupos humanos, dos movimentos coletivos e das diversas formas de organização social de interesse público, respeitadas as diferenças em todos os sentidos, sejam elas de gênero, raça, idade, fé, cultura e assim por diante. Ao mesmo tempo, não perde de vista o direito de acesso à informação e à partilha do uso dos canais de expressão como direitos de cidadania, os quais remetem à dimensão civil (liberdade de opinião, de crença etc.) – também direitos de primeira geração – e à dimensão social (acesso a bens como legado do patrimônio histórico e cultural), que remetem a direito de segunda geração, de acordo com os conceitos já explicitados. (PERUZZO, 2009, p.38)

Com base das reflexões dos tópicos anteriores que fundamentaram a cidadania enquanto processo de lutas e de práticas que possibilitam o sujeito a se tornar cidadão (CARVALHO, 2003) e a dimensão comunicacional da cidadania apresentado (PERUZZO,2009), mostrar-se o conceito de cidadania comunicativa elaborado por María Cristina Mata (2006, p.13), que deve ser compreendida como o reconhecimento da capacidade de serem sujeitos de direito e deveres no campo da comunicação. Trata-se de uma noção que constitui o desafio para garantir aos sujeitos o direito à voz, o direito de pronunciar sua palavra, o direito de auto expressão e expressão do mundo, ou seja, o direito de participar do processo comunicação da sociedade. Logo os sujeitos não se caracterizam apenas como público ou audiência dos meios, mas como cidadãos que necessitam de participação popular e

problematizam o campo da comunicação e informação como espaço importante de intercâmbios simbólicos para a consolidação da cultura democrática (MATA, 2006, p.13).

A dimensão comunicação para a cidadania não rompe com os antigos direitos, como a liberdade de expressão (direitos civis), formas de participação política (direitos políticos) ou como o direito à informação e acesso ao conhecimento (direitos sociais). No entanto, aponta para que esses direitos, já conquistados, sejam ampliados com adesão de novos sujeitos, implicando no desenvolvimento de práticas que garanta os direitos no espaço específico da comunicação assim, “la noción excede la dimensión jurídica y alude a consciencia práctica, posibilidad de acción” (MATA, 2006, p.13).

A compreensão da cidadania comunicacional requer uma abordagem que contempla a ação, que consiste na participação do fazer comunicar, assim a participação é a condição de partida para o entendimento dessa prática da cidadania comunicativa. A autora alerta que a compreensão desse termo requer uma abordagem complexa, pois existem diversas formas de participação e de intervenção cidadã no espaço comunicacional. Sendo assim, Mata (2006) cria uma tipologia, classificando cidadania comunicativa e a sua prática em níveis diferenciados como: formal, reconhecida, exercida e ideal.

A cidadania comunicativa formal diz respeito à dimensão jurídica, como os direitos consagrados juridicamente no campo informativo. Já a cidadania comunicativa reconhecida é a condição dos sujeitos conscientes de seus direitos. A cidadania comunicativa exercida, é reconhecida naqueles que desenvolvem práticas sociais reivindicatórias desses direitos em prol de sua ampliação. Por último a cidadania comunicativa ideal, que caracteriza as postulações teórico-políticas e de expectativas de transformação social, de uma cultura democrática (MATA, 2005, p.14).

Logo, o desenvolvimento da cidadania comunicativa solicita a relação entre consciência e prática, em suas distintas manifestações. Essa nova noção de cidadania é pertinente neste trabalho, porque o Movimento Popular por Moradia, não reivindica apenas moradia - que estaria no plano político-econômico – mas também luta contra a desigualdade social, já que é composto por negros, imigrantes, idosos, mulheres, etc., compondo também uma pauta político-cultural sem discriminação de raça ou credo. Nesse sentido, o presente estudo pretende trazer a realidade vivida por essa população, possibilitando uma reflexão crítica e também uma prática social

comunicacional, na qual estimule o exercício da cidadania. Uma das ferramentas para que isso ocorra é a comunicação comunitária e a mídia-educação, que como veremos nos capítulos a seguir, mesmo não tendo a intenção de se tornar um eixo mobilizador, trata de assegurar alguns dos direitos dos indivíduos, já que ambas estimulam a criticidade e garantem o direito à comunicação, contribuindo para o exercício da cidadania. Assim, lança-se ao Movimento Popular por Moradia um convite para que revejam suas práticas no enfrentamento dos desafios, e passem a entender a interface entre educação e comunicação como um importante componente na construção de sua história.

5 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Um dos conceitos que circulam a práxis existente entre comunicação e cidadania é a de Mário Kaplún (1987), que concebe os meios de comunicação como instrumentos de educação popular e fomentadores de um processo educativo transformador e emancipatório. Em seu livro *“El Comunicador Popular”* (1987, p.67) o autor, ao referir-se ao fenômeno comunicacional, afirma que definir com qual conceito de comunicação se trabalha equivale a externar em que tipo de sociedade se vive. Assim, teorias tradicionais - que entendem comunicação como transmissão de informações - equivalem a uma sociedade concebida a partir do poder, que idealiza seus atores apenas como receptor da informação. Ao passo que no processo entendido como dialógico, tem-se uma comunidade democrática e que serve de berço para a comunicação popular, onde os receptores passam, também, a usufruir do papel de emissores. “Los sectores populares no quieren seguir siendo meros oyentes; quieren hablar ellos también y ser escuchados [...] comenza a abrirse passo uma comunicación de base; uma comunicación popular, comunitária y democrática. ” (KAPLÚN, 1987, p.67).

Tendo como base a afirmação de Kaplún, a comunicação que se pretende trabalhar neste capítulo tem como característica, estar ligada à questão da cidadania comunicacional apresentada anteriormente e a serviço da construção de comunidades. Trata-se de uma comunicação comprometida com as transformações sociais e com questões ligadas à desigualdade. Mas o objetivo final dessa comunicação é a criação de uma nova cultura, que desenvolva os laços comunitários que se constroem a partir do comprometimento se seus atores. Para isso, a comunicação deve ser vista para além dos meios, como elemento que permeia e constrói as relações sociais (PERUZZO, 1998, p.277).

5.1 COMUNICAÇÃO CONTRA-HEGEMIONICA

Atualmente os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, atuam a favor da construção e da manutenção da hegemônica da classe dominante. Em contra partida, como pontuamos brevemente nos capítulos anteriores, a classe subalterna, organizada como movimentos sociais, utilizam a comunicação como instrumento de reivindicação para “tornar orgânica a visão de mundo das camadas

subalternas, criando e difundindo uma consciência crítica capaz de exprimir os anseios das massas” (PAIVA, 2007, p.6).

Dessa forma, as mídias como estratégia dos movimentos sociais têm o poder de desencadear um processo de comunicação contra-hegemônica. Mas antes de adentrar sobre esse conceito, temos que pontuar, mesmo que de forma breve, o conceito de hegemonia cunhado por Gramsci. Esse conceito é entendido como referência teórica básica para a compreensão das relações sociais e a comunicação no mundo. A hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural, política e ideológica de uma classe sobre as outras. A hegemonia é disputada não apenas no âmbito econômico, mas envolve também o plano ético-cultural, portanto, a expressão de saberes, a cultura hereditária, modos de representação e a comunicação podem ser diretrizes da hegemonia presente.

Tanto a concepção de cidadania, quanto a de hegemonia, colaboram na leitura da sociedade capitalista e geram reflexões de como a comunicação se vincula às relações de poder e, ao mesmo tempo, de como a informação influencia para a emancipação do sujeito e exercício da cidadania, por isso, esse tópico se faz imprescindível.

Antes de discorrer sobre os conceitos propostos por Gramsci, cabe destacar que, já na obra de Karl Marx (1818-1893), encontram-se discussões importantes acerca da dialética existente entre a base econômica e a cultura. Em uma análise sobre a sociedade capitalista, Marx, estabelece dois conceitos: infraestrutura e superestrutura. Enquanto a infraestrutura faz referência à base econômica, a superestrutura comporta a esfera política, ideológica e cultural. A teoria marxista (MARX; ENGELS, 2009) pontua que a infraestrutura determina a superestrutura, ou seja, “a produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada a atividade material e ao comércio material dos homens” (MARX; ENGELS, 2009, p.9).

Considerando a contribuição teórica de Marx, Gramsci propõe uma visão mais abrangente à sociedade e considera que as duas esferas – infraestrutura e superestrutura – dialogam. Superando a concepção de que as relações econômicas determinam o campo das ideias, o autor acredita que a infraestrutura não é o único mantenedor da burguesia no poder. Ao contrário de Marx, Gramsci pontua que superestrutura também atua na conquista do poder, já que a cultura e a ideologia também correspondem para a alienação das classes populares. Como o controle dos

meios de produção traz vantagens apenas para a burguesia, outras forças atuam para que as classes populares não despertem para a revolução, ou seja, Gramsci acredita que a superestrutura também é fator de submissão das massas (SIMIONATTO, 1998, p.41).

A partir dessa ideia, o autor desenvolve o conceito de hegemonia, que faz referência à supremacia de uma classe sobre a outra. Essa liderança de um bloco sobre outro se constrói através de mecanismos de coerção e concessão. A hegemonia é entendida pelo comando de uma classe sobre a outra, que utiliza de estratégias e mecanismos ideológicos, como a “ direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta” (MORAES, 2010, p.55). Podemos compreender por hegemonia, portanto, uma forma de poder que se dá com o consentimento dos demais, ou seja, uma dominação ideológica (PAIVA, 2008, p.164).

Gramsci pontua que a hegemonia ocorre na superestrutura e a divide em: sociedade civil e sociedade política. Segundo Gramsci, a sociedade política é referente às instituições políticas e o controle legal e constitucional que exercem. Já a sociedade civil é vista como um organismo não-estatal ou privado, que pode incluir a economia, por exemplo. A sociedade política é conotada com a força e a sociedade civil com o consentimento. O autor esclarece que o exercício da dominação se dá na sociedade política. Enquanto na sociedade civil se constroem as relações de poder e o pensamento ideológico, através de instituições como a escola, igreja, partidos políticos e os meios de comunicação (COUTINHO, 1992, p.76-77). Essas instituições, são chamadas por Gramsci, de aparelhos privados de hegemonia e são responsáveis pela disseminação do pensamento dominante (COUTINHO, 1992, pg.79).

Os meios de comunicação se configuram como tais aparelhos, por terem força na disseminação do pensamento hegemônico. Eles são considerados ‘portadores materiais da ideologia’, ou seja, contribuem para a divulgação dos embates ideológicos e culturais, pois “atuam como difusores e sustentáculos de concepções particulares de mundo, que almejam legitimar-se na sociedade civil” (MORAES, 2010, p. 59).

Refletindo sobre a imprensa, principal meio de comunicação de sua época, Gramsci salienta que, apesar das críticas às estruturas capitalistas jornalísticas, os jornais são a parte mais dinâmica da superestrutura e a caracteriza como instrumentos que devem “fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, de acordo com

um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático” (GRAMSCI, 2001, p. 201).

O pesquisador italiano ressalta que os meios de comunicações são responsáveis por divulgar e unificar as concepções do mundo. Nesta disputa pela construção de consensos na sociedade, os meios de comunicação podem ser instrumentos para a consolidação hegemônica ou se apresentarem como ferramentas contra-hegemônicas para a luta de classes, como veremos no decorrer do texto com a comunicação comunitária.

É importante frisar que as noções de contra-hegemonia nunca foram utilizadas por Gramsci, mas foi influenciado pelos pensamentos dele. O termo contra-hegemônico é uma forma de categorizar alguns processos comunicacionais que contestam as estruturas ideológicas dominantes (DOWNING, 2002, p.48). Assim, a perspectiva de hegemonia em Gramsci possibilita entender o papel da mídia contra-hegemônica que é vista como uma fonte de informação alternativa (DOWNING, 2002, p.49).

A mídia contra-hegemônica, sendo popular ou comunitária, entra em contradição com os valores e princípios predominantes e lutam para obter um novo consenso. Para isso, utilizam rádios comunitárias, jornais populares, revistas de entidades de classe, etc. É a comunicação desenvolvida por movimentos sociais, sindicatos ou pela classe subalterna organizada, que atuam como um instrumento contra-hegemônico, em busca de transformação política e social, como veremos a seguir.

5.2 COMUNICAÇÃO POPULAR OU COMUNITÁRIA?

O campo da comunicação no âmbito da contra-hegemonia tem sido trabalhado de diversas maneiras e nem mesmo um termo próprio tem sido definido para tal ação. Muitos adjetivos são atribuídos à essa comunicação, tais como comunitária, participativa, dialógica, horizontal, radical, popular, entre outros (PERUZZO, 2008, p. 368). Esses termos são usados como sinônimos, ou acabam sendo empregados para identificar distintos processos comunicacionais, desde comunicações oriundas do povo, até produtos originários da mídia massiva comercial com apelo sensacionalista, como o jornalismo popular (PERUZZO, 2008, p.369).

A esse respeito, antes de iniciar uma reflexão, será necessário demarcar, que entendemos comunicação popular e comunitária como conceitos distintos, embora dialeticamente interseccionados (MIANI, 2011, p. 222). Essa escolha se justifica, porque trabalhar os conceitos de comunicação popular e comunitária como sinônimos se apresenta como uma reflexão “simplificadora que tem levado a uma despolitização da comunicação popular e a uma desconfiguração das reais contribuições que as práticas de comunicação comunitária podem oferecer no contexto das lutas sociopolíticas e da disputa pela hegemonia no campo da comunicação” (MIANI, 2011, P. 223).

Cabe neste subtítulo, então, a necessidade de resgatar os conceitos históricos inerente a comunicação popular no Brasil, para posteriormente pontuar as diferenças entre a comunicação popular e comunitária. Entretanto, vale ressaltar que o objetivo é pontuar as diversas formas terminológica que visam suprir as necessidades distintas, principalmente com relação à conteúdos, público-alvo e participação/envolvimento no processo comunicacional. (DELIBERADOR; VIEIRA, 2005, p.346)

5.2.1 Comunicação popular

Diversos significados foram elaborados para o conceito por pesquisadores da América Latina, como Mário Kaplún (1987), Gilberto Gimenez (1979), Jesús Martín-Barbero (1997), etc. Contudo, vale destacar que no Brasil o adjetivo popular atrelado à comunicação, trata-se de uma comunicação feita pelo povo e destinada ao povo, sempre com caráter reivindicatório, visando à transformação das estruturas opressivas.

Historicamente, a comunicação popular no Brasil está ligada à atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)¹², que discutiam problemas religiosos, sociais, políticos ou relacionados à vida em comunidade. Dentro das CEBs nasce o movimento de comunicação popular identificada por Frei Betto como uma “multiplicidade de boletins diocesanos, folhetos litúrgicos, literatura de cordel,

¹² “As CEBs são pequenos grupos integrados por leigos cristãos, organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa em geral, dos próprios padres e bispos católicos. No Brasil, as primeiras surgiram por volta de 1960, em Nísia Floresta, arquidiocese de Natal, e na diocese de Volta Redonda” (BETTO, 1986, p.99-100).

cadernos de formação, elaborados pelos próprios militantes do meio popular” (BETTO, 1986, p.110).

A proposta comunicacional elaborada pela CEBs, logo serviu como incentivadora de alguns movimentos que reuniram integrantes das classes subalternas em torno de algumas reivindicações de cunho social, o que resultou em um processo comunicacional partindo dos movimentos sociais, mas sobretudo pelo movimento operário e sindical, nos anos de 1970 a 1990. A comunicação popular ganhou força durante as repressões políticas, tornando-se uma arma intelectual com o objetivo de mobilizar a sociedade. Assim, assumiu um importante papel durante a ditadura militar e foi caracterizada por admitir uma atitude reivindicatória e que visava suprir as necessidades de participação política, que eram negadas aos atores sociais da época (FESTA, 1986, p.19).

Regina Festa (1986), em seu livro “*Comunicação popular e alternativa no Brasil*” também defende a ligação histórica da comunicação popular com a Igreja Católica:

Era preciso conscientizar as classes trabalhadoras brasileiras, um trabalho lento, de formiga, que ampliava os ensinamentos da etapa anterior e assimilava, com outras características, a proposta de Paulo Freire aliada aos ensinamentos de Gramsci. Muitos desses antigos militantes que puderam permanecer no país passaram a trabalhar junto com a Igreja. (FESTA, 1986, p.18)

Festa (1986, p.10), identificou três distintas fases dessa comunicação no Brasil. A primeira corresponde ao período 1968 a 1978 e caracteriza-se por uma comunicação de resistência e denúncia. A repressão direta e a censura aos meios de comunicação – através do AI5¹³ (1968-1978) – incitaram a sociedade a realizar manifestações e reivindicações, construindo polos de conflitos e de resistência ao regime ditatorial brasileiro. Em razão disso “a verdadeira tarefa de comunicar e relacionar os acontecimentos ocorridos nos círculos de poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares coube, efetivamente, à imprensa alternativa e popular” (FESTA, 1986, p.16). A segunda fase, de 1978 a 1982, emergiu no momento que os atores entenderam que não bastava realizar trabalho de massa, mas também, conscientizar as classes trabalhadoras de base. Nessa fase, o jornalismo sindical,

¹³ Ato Inconstitucional Número Cinco

atrelado à comunicação popular, tomou forma e foi responsável pela interação entre educação, cultura e comunicação já que levava informação aos trabalhadores sindicalizados com objetivo de incitar a criticidades destes (FESTA, 1986, p.19). O terceiro período, 1982 e 1983, caracterizou-se por uma paralização do processo de comunicação popular. Contudo, vale ressaltar que nessa fase originou-se a luta exigindo a democratização dos meios de comunicação e o direito de acesso aos meios para amplos setores dos movimentos sociais. (FESTA, 1986, p.21)

Essa primeira experiência brasileira com a comunicação popular mostra que esse processo comunicacional, se desenvolveu conforme as articulações reivindicatórias dos movimentos sociais, já que “a comunicação popular se refere ao modo de expressão das classes populares de acordo com a sua capacidade de atuar sobre o contexto social na qual ela se reproduz” (FESTA, 1986, p.30). Para Festa, esse contexto é o de enfrentamento ao projeto hegemônico capitalista, no qual a comunicação popular assume o papel de agente mobilizador:

A experiência brasileira mostra claramente que não há comunicação alternativa e popular sem proposta de projeto alternativo de sociedade; que são os espaços democráticos e políticos os que definem a viabilidade deste tipo de comunicação; que a origem desta comunicação se apresenta na mesma medida em que surgem novas condições, e onde se articula uma nova temática social; que ela aparece pelas exigências do processo político, e não como instrumento capaz de transformar por si próprio a realidade social; que a adoção de novos instrumentos se dá na medida do avanço do capitalismo, numa mão, e das forças sociais, na outra, as que, como diz Paulo Freire, apreendem com a realidade que as determina; que todo esse processo foge dos marcos da comunicação como tal para se localizar no projeto político que o cria como instrumento e expressão de seu desenvolvimento (FESTA, 1986, p.29)

Do ponto de vista conceitual, a comunicação popular é compreendida como aquela :

[...] inserida na conjuntura sócio-econômica, política e cultural, ou seja, àquela comunicação de ‘resistência’ às condições concretas de existência, ligada aos movimentos e organizações populares de setores das classes subalternas, vinculadas a lutas pela melhoria das condições de existência, numa palavra, em defesa da vida (PERUZZO, 1995, p. 30).

Logo, essa comunicação se caracteriza por ser de resistência e reivindicação, tendo um público alvo bem definido: as camadas populares mais

carentes ligadas à movimentos sociais e à luta de classes (DELIBERADOR;VIEIRA, 2005, p.347). Nessa perspectiva, Pedro Gilberto Gomes (1990) enfatiza que “[...] a comunicação popular é aquela que se insere num contexto alternativo que é o do enfrentamento com o projeto de dominação capitalista e nele se define como agente de definição do projeto” (GOMES, 1990, p. 47). Dessa forma, compreende-se que a comunicação popular assume um caráter político e ideológico de resistência à classe hegemônica, ou seja, da comunicação ligada à luta por melhores condições de vida mediante movimentos de base organizados. Em outras palavras, essa comunicação garante a abertura de novos canais para segmentos sociais que não têm acesso aos meios massivos para expor seus posicionamentos, exprimindo nuances democráticas por transmitir informação a partir das bases (GOMES, 1990, p.39)

Na prática, ela trabalha com “conteúdos crítico-emancipatórios a fim de possibilitar uma real conscientização e transformação da comunidade em questão ante as desigualdades sociais, com base em sua organização e educação” (DELIBERADOR;VIEIRA, 2005, p. 347). Faz-se necessário pontuar que a comunicação popular não tem como característica a participação ativa e exclusiva dos sujeitos, ela pode ser realizada por uma equipe comunicacional que serve aos interesses da classe em questão.

Ademais essa comunicação está ligada à cultura popular, que a utiliza para difusão de suas particularidades. Neste sentido, as manifestações culturais de determinado grupo, tais como danças, festas, literatura, entre outras expressões culturais, expressam valores políticos e ideológicos contra-hegemônicos, ou seja, são manifestações comunicativas que representam uma vertente nos estudos da comunicação popular (MIANI, 2007, p.72). Entretanto, nem todos meios de comunicação inseridos em manifestações culturais populares podem ser considerados comunicação popular. Esse processo comunicativo tem a obrigação de estar envolvidos com a real dinâmica daquele grupo, representando suas demandas e distantes da intervenção do Estado ou interesses individuais. Por conseguinte, a compreensão da comunicação popular passa necessariamente por uma imersão no universo das culturas populares, à vista que ela é pensada a partir da subjetividade dos grupos populares, o que colabora para incorporá-la no cotidiano dos sujeitos e para que agregue valores populares em sua produção. Assumimos, assim, que a Comunicação Popular é

um instrumento democrático, de conscientização, de mobilização, de educação política e manifestação cultural de um povo ou um grupo. As análises assim compreendidas devem estar sempre vinculadas à luta por esta conscientização e integrada num processo de resistência e expectativa por uma nova sociedade. (PEREIRA, 2004, p.3)

O que se nota é que desde a década de sessenta até os dias atuais, existem manifestações de comunicação não massivas que se tangenciam em alguns aspectos, mas que apresentam distinções conceituais no que envolve a sua prática, como é o caso da comunicação popular e, mais recente, a comunicação comunitária. Assim, faz-se necessário esclarecer as subjetividades da comunicação comunitária, tendo em vista que essa comunicação, derivou da comunicação popular, mas contém suas próprias especificidades.

5.2.2 Comunicação comunitária

Para a pesquisadora Denise Cogo (2004 p.47), o termo comunicação comunitária surge em um cenário de comunicação plural, derivada do contexto neoliberal que o país e o mundo passavam. A ligação da comunicação com o contexto sócio-político resultou em processos comunicacionais comunitários que nasceram das necessidades enfrentadas pela população.

O fim das ditaduras nos anos 80 na maioria dos países latino-americanos, a perda de espaço da chamada Igreja progressista ligada à Teologia da Libertação, as lutas sociais que culminaram com a institucionalização de projetos como o das rádios comunitárias no Brasil no final dos anos 90, a aceleração dos processos de segmentação das mídias que pluralizou o cenário midiático e favoreceu uma apropriação crescente do termo comunitário pelos sistemas massivos de comunicação, contribuíram não apenas para o alargamento da polissemia e dos usos do termo comunitário em diferentes setores sociais, mas também para a redefinição do caráter político atribuído a muitas experiências e projetos que se desenvolveram pautados pela oposição às mídias massivas. (COGO, 2004, p.47)

Assim como a comunicação popular, a comunicação comunitária é oposta à comunicação de massa e também se constitui como um processo de comunicação horizontal e contra-hegemônica, que confere um sentido político de defesa aos interesses dos cidadãos e na luta pela ampliação da cidadania e podem ser vistos como um “despertar de pessoas, de camadas sociais e de povos inteiros para a busca de condições de vida mais dignas, pautadas pelo desejo de interferir no processo

histórico, sua vontade de posicionar-se como sujeitos e seu anseio de realizar-se como espécie humana” (PERUZZO, 2004, p.25). Todavia, para estabelecermos uma conceituação sobre comunicação comunitária é imprescindível ressaltar o conceito de comunidade – um dos pilares dessa comunicação - já que este está diretamente ligado ao entendimento do comunitário.

5.2.2.1 Comunidade

Se na década de oitenta, pós-ditatorial, os processos comunicativos associado às demandas do povo eram chamados populares, no século XXI, com a chegada do neoliberalismo, outros conceitos vieram à tona, como a revalorização do conceito de comunidade. Assim, traça-se um conceito histórico-cultural da evolução do termo.

O conceito de comunidade atravessa diversas vertentes sócio-culturais. Ferdinand Tönnies (1973), um dos principais pensadores acerca do tema, tentou traçar um conceito de comunidade a partir de sua distinção com sociedade. Dessa forma, comunidade não poder ser vista como uma alternativa à sociedade, mas sim fazendo parte dela. “Tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como a vida em comunidade (assim pensamos). A sociedade é o que é público, é o mundo” (TONNIES, 1973, p.97). Enquanto a sociedade pode ter amplitude ilimitada e baixo grau de integração entre os sujeitos, a comunidade se desenvolve a partir de três diferentes instâncias: o parentesco, a vizinhança e a amizade. A primeira emerge no contexto familiar, a segunda da vida em comum e do território compartilhado, a terceira da semelhança de interesses. Em resumo, para Tönnies, “a comunidade é a vida comum, verdadeira e durável; a sociedade é somente passageira e aparente. E, numa certa medida, pode-se compreender a comunidade como um organismo vivo, e a sociedade como um agregado mecânico e artificial” (TONNIES, 1973, p. 98).

Aspectos de localização são definidores para alguns conceitos de comunidade, onde a noção do termo considera a proximidade entre as pessoas, como vimos nos estudos de Tönnies. Contudo, é interessante para esta pesquisa, considerar o panorama da globalização, onde as noções de territorialidade são revistas. Assim, recorreremos aos estudos de Raquel Paiva (1998) que trabalha o conceito de comunidade atrelado aos laços de união e de ajuda entre os sujeitos

comunitários e “como investida de um poder de resgate da solidariedade humana ou da organicidade social perdida” (PAIVA, 1998, p.11). Nesse sentido a ideia de comunidade une os indivíduos, formando um sujeito coletivo com poder reivindicatório, com um propósito de melhoria de condição de vida, e que pela pluralidade tem força frente às classes hegemônicas (PAIVA, 1998, p.20).

Os conceitos de comunidade, portanto, vão além de entendimentos simples, como proximidade geográfica ou pertencimento comum. O pesquisador Ciro Marcondes Filho (1986) assume como sentido mais apropriado a comunidade como um locus de emponderamento e sociabilidade. “Uma comunidade aparece aí como aquela forma de organização que reúne as pessoas e resgata a sociabilidade perdida” (MARCONDES, 1986, p.158). Sociabilidade perdida, no sentido de recuperar a sociabilidade e valorizar as subjetividades do sujeito, porque a comunidade é “o espaço de realização da individualidade que a sociedade niveladora e generalizadora nega” (MARCONDES, 1986, p.160).

A noção de comunidade opera na prática das relações sociais, também, como um espaço de pertencimento. Segundo Paiva (1998), a comunidade possibilita aos sujeitos um resgate do que há em si mesmo. “Para o indivíduo, a necessidade de pertencimento à comunidade significa também o seu enraizamento no cotidiano do outro, bem como o reconhecimento de sua própria existência” (PAIVA, 1998, p.74). Disso deriva o que Paiva nomeia como ‘sentimento de pertencimento’ do indivíduo ao grupo. Para Marcos Palacios (1996) o sentimento de pertença do indivíduo no grupo é o que os une: “O sentimento de pertencimento levaria, então, a um caráter cooperativo no interior da comunidade. E mais, levaria (ou poderia levar) à ação organizada e ao delineamento de um projeto comum”, (PALACIOS, 1996, p.13)

O fato de sentir-se pertencente à uma comunidade pode motivar os indivíduos a trabalhar por esta, já que “es imposible motivar la adhesión sin contar con el sentimiento de pertinencia” (CORTINA, 1999, p.51). Isso nos leva a outra importante demarcação teórica: a participação efetiva da população em sua comunidade.

5.2.2.2 Participação

Bordenave (1983, p.22) pontua que a participação remete à ‘parte’. “Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 1983, p.22). Essa citação nos leva a reflexão de que a participação estimula o sujeito a interferir nas

decisões de forma crítica e consciente, pois o sujeito que faz parte tem responsabilidade e é atuante em sua comunidade, o que significa, em partes, exercer sua cidadania.

A participação, dessa forma, é entendida como vetor na constituição de uma comunidade e, conseqüentemente, da comunicação comunitária, já que “a participação efetiva da comunidade na elaboração das produções é exatamente o que vai distinguir um veículo comunitário” (PAIVA, 1998, p.126). Ou seja, ao atrelar o conceito de participação à comunicação, concebemos um processo comunicacional democrático. A comunicação comunitária, então, é aquela elaborada “pela e para a comunidade com o compromisso de melhorar o seu desenvolvimento social mediante a busca constante de autonomia” (DELIBERADOR;VIEIRA, 2005, p. 346).

Portanto, a participação é um dos nortes da comunicação comunitárias e o principal elemento que a diferencia dos outros processos comunicativos, como por exemplo a comunicação popular. Com o objetivo de transformar os sujeitos, que antes eram vistos como consumidores midiáticos, em participantes em todas as etapas da produção comunicacional. Em suma, a participação significa estar inserido no processo, não apenas como receptor, mas como emissor.

A participação da comunidade nos veículos comunicacionais comunitários pode acontecer em diferentes níveis, como pontua Merino Urteras (1998) “la participación implica el involucramiento del pueblo em los procesos de producción, toma de decisiones; así como em la gestión y planificación de los sistemas de comunicación” (URTERAS, 1998, p.29 apud DELIBERADOR; LOPES, 2011, p.6). O pesquisador categoriza os níveis de participação da seguinte forma: produção, planejamento e gestão. O nível de produção remete ao envolvimento da comunidade na produção das mensagens, como exemplo, ao lidar com recursos técnicos do veículo; o planejamento está ligado à formulação de objetivos e projeto do veículo comunitário; o nível da gestão contempla as políticas institucionais, assim como questões relacionadas à administração e ao financiamento.

Baseada nessa perspectiva e considerando as experiências comunicacionais na América Latina, Peruzzo (1998, p.144) acrescenta um quarto nível de participação: a mensagem, que constitui no envolvimento apenas “a participação pura e simples nas mensagens” (PERUZZO, 1998, p.144). A partir desse nivelamento, temos graus de participação que atuam de forma crescente. Partindo das fases iniciais, onde o

sujeito colabora com opinião ou sugestão de pauta, até a etapa de gestão, na qual efetivamente faz parte da tomada de decisão.

Por meio da participação completa do indivíduo – nos quatro níveis - que garante o envolvimento do cidadão nos processos de produção e difusão, ocorre o aprendizado pelo fazer-comunicação. Assim, quanto maiores forem os níveis de participação, maior será a promoção da cidadania.

A discussão em torno de comunidade, sentimento de pertencimento e participação serve como terreno para o processo de comunicação comunitária, já que todos conceitos se baseiam em uma sociedade democrática e igualitária e que incitam a cidadania. Dentro de todos os aspectos mencionados e dentro de suas próprias particularidades, dá-se aos sujeitos o empoderamento de se comunicar. A comunicação comunitária, assim, “é o canal de expressão de uma comunidade (independentemente de seu nível socioeconômico e território), por meio do qual os próprios indivíduos podem manifestar seus interesses comuns e suas necessidades mais urgentes (DELIBERADOR;VIEIRA, 2005, p. 346).

Esse processo comunicativo toma para si a função de servir aos interesses da comunidade, resultando em um processo horizontal, que aborda e busca soluções para os interesses locais, transformando o membro da comunidade em agente ativo e disseminador de informação. Diante disso, é possível constatar que o indivíduo passa para o papel de protagonista, daquele que faz parte do processo. Ele não é apenas mais um receptor, não é analisado como fim do processo. Ou seja, o uso dos meios de comunicação impulsiona o exercício do direito de expressar sua opinião.

Em alguns aspectos, a comunicação popular e comunitária apresentam semelhanças, já que ambas servem de canal de expressão de movimentos populares, entretanto, como observa Peruzzo (2008), a comunicação popular, pelo contexto da época, tinha características maiores de reivindicação política.

Com o passar do tempo, o caráter mais combativo das comunicações populares – no sentido político-ideológico, de contestação e projeto de sociedade- foi cedendo espaço a discursos e experiências mais realistas e plurais (no nível do tratamento de informação, abertura à negociação) e incorporando o lúdico, a cultura e o divertimento com mais desenvoltura, o que não significa dizer que a combatividade tenha desaparecido. (PERUZZO, 2008, p.373)

Logo esse processo comunitário, diferente da comunicação popular, não tem caráter político de luta e reivindicação, no entanto, isso não elimina a possibilidade de um veículo comunitário assumir também o papel de popular, já que “comunicação comunitária recorre a princípios da comunicação popular, podendo haver certa distinção entre uma experiência e outra, segundo as características de cada situação” (PERUZZO, 2008, p.375)

Nesse sentido, a comunicação comunitária assume o papel de melhorar os laços comunitários e disseminar conteúdos emancipatórios, educativos, culturais e geradores do processo de transformação do sujeito passivo e acrítico para o de protagonista social, portador de senso crítico e conhecedor dos seus direitos e deveres (DELIBERADOR; VIEIRA, 2005, p. 346), sendo um importante vetor na luta pelo exercício da cidadania. Apesar da comunicação comunitária ter seus princípios nas experiências de comunicação popular, ela se renova constantemente e estimula a difusão de conteúdos criados pela própria população, dando visibilidade à pluralidade cultural.

5.3 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS

Considerando a comunicação comunitária como um processo de produção de experiências comunicativas, desenvolvido em uma comunidade através de práticas participativas, questionamos se esse processo incita de maneira significativa à conquista da cidadania e se pode ser caracterizada dentro da dimensão comunicacional da cidadania. María Cristina Mata (2009, p.32) é enfática ao dizer que a cidadania plena é impossível sem a prática comunicativa. Não se pode exercer a cidadania, se não há comunicação. O processo comunicativo oferece voz àquela população, para que passem a discutir suas necessidades, encontrar soluções, disseminar conteúdos culturais e educativos, criando uma perspectiva de acesso à cidadania e ajudando na formação do discurso próprio de cada indivíduo. Mata pontua que o conceito se relaciona com o ‘direito a ter direitos’ (MATA, 2009, p.32). A cidadania, como vimos no capítulo anterior, deve ser compreendida como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito, de demanda e de decisões, bem como a prática desses direitos.

A comunicação se estabelece como um direito, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Art. 19: “[...] todo o indivíduo tem o direito à

liberdade de opinião e de expressão [...] e de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por quais meios de expressão”. Assim, concordamos com Tiene (2005) que aponta que “ quanto mais comunicação, mais cidadania e quanto maior e mais qualificada a cidadania for em uma sociedade, mais comunicacional ela será” (TIENE, 2005, p.70).

Uma das ferramentas para a prática, para o exercício e o desenvolvimento da cidadania, é o processo comunicativo comunitário. Os jornais, revistas, rádios, tevês e a internet se tornam instrumentos para o envolvimento da comunidade. Assim a comunicação comunitária, embora não seja uma força predominante, faz parte do processo de mobilização dos movimentos sociais e desempenha um papel importante na democratização da informação e da cidadania, uma vez que o exercício concreto do direito à comunicação exerce o papel de “mecanismo facilitador das lutas pela conquista de direitos de cidadania” (PERUZZO,2009, p.36).

Os meios de comunicação são percebidos como uma necessidade de empoderamento cidadão. A comunicação comunitária toma para si a função de servir aos interesses da comunidade, resultando em um processo horizontal, que aborda e busca soluções para os interesses locais, transformando o membro da comunidade em agente ativo e disseminador de informação. Isso é possível, porque “a pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele” (PERUZZO,2002, p.661).

No contexto dos movimentos sociais, é possível desenvolver experiências comunicacionais comunitárias que trabalham ampliando a cidadania, como vimos no capítulo anterior, já que essa comunicação parte de um processo de organização popular que pode se configurar posteriormente como um vetor de mobilização. O direito à expressão e à comunicação são fundamentais para a participação plena e sentimento de pertença à comunidade, já que ao utilizarem os meios de comunicação comunitários, os grupos conseguem legitimar seus costumes e culturas, lutas e reivindicações, além de expressar seu posicionamento diante à vida. Assumir uma postura crítica diante dos meios, e conseqüentemente do mundo, é um dos passos para a construção de uma cidadania plena.

6 MÍDIA-EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR

Como vimos no capítulo anterior, os meios de comunicação de massa constituem um importante veículo na disseminação de informações diversas, uma vez que atingem públicos amplos e diversificados. Alguns processos comunicativos, como a comunicação comunitária, permitem a participação da audiência, e também podem convergir para a educação. A competência educativa do campo comunicativo, quando bem utilizado, podem fortalecer o imaginário, além de estimular um interesse para a aprendizagem. “Trata-se portanto de uma aprendizagem que tem muito de disposição geral (na medida do acesso, por muitos, a um mesmo material simbólico) e muito de experiência singular, vivida (na especificidade das interações e das interpretações ativadas pelos usuários)” (BRAGA e CALAZANS, 2001, p. 62).

As convergências e interação entre o campo da Comunicação e Educação são muitas. Todas as vertentes que trabalham a interface entre comunicação e educação reconhecem o legado de Mário Kaplún. O autor defende que a relação entre os dois campos não deve ser reduzida a uma visão instrumentalista, ou seja, a comunicação apenas como ferramenta pedagógica e recurso didático, mas sim, se responsabilizar com a formação das “competências comunicativas” dos sujeitos no processo educativo (KAPLÚN, 1999, p.68-75). Aprender e comunicar fazem parte do mesmo processo cognitivo, já que, sem expressão não há comunicação. Os dois componentes se completam de forma dialética e são fundamentais para incitar a cidadania, que é o eixo norteador desta pesquisa.

Guareschi (2005), em seu livro *Mídia, Educação e Cidadania*, pontua que os meios podem gerar alguns efeitos sociais por meio da influência que exerce sob o indivíduo. O autor ressalta que algo somente passa existir se é exibido pela mídia, pois essa tem “na contemporaneidade, o poder de instituir o que é, ou não, real, existente” (GUARESCHI, 2005, p. 42). O autor pontua que a “mídia nós constrói, constrói nossa subjetividade” (GUARESCHI, 2005, p.44). Isso porque os sujeitos são o resultado de relações que estabelecem ao longo de sua vivência cotidiana, no qual os meios de comunicação estão incluídos.

É necessário reverter esse quadro de midiatização, para ser possível a construção de ideários não hegemônicos. Para isso, um recurso usado para despertar a cidadania é comunicação comunitária e a mídia-educação. Os conceitos inerentes às duas áreas – mídia-educação e comunicação comunitária - se complementam no

sentido de que o uso dos meios de comunicação são fatores estimulantes para a mudança de atitude dos envolvidos. Ambas fazem com que os envolvidos exercitem a cidadania, com o intuito de cobrar ações de melhorias para sua comunidade, dando voz e oportunidade à todos, além de estimular o senso crítico. Contribuindo, assim, para despertar um sentimento de pertença, incitando para que o sujeito se sinta membro de sua comunidade.

Adotaremos nesta pesquisa a expressão definida por Rivoltela e Fantin (2012), a mídia-educação, por entender que a mídia-educação prioriza, não o produto final, mas o processo de participação e envolvimento dos participantes, analisando o desenvolvimento e a manutenção da cidadania. A mídia-educação é uma área de estudo que não envolve apenas a educação formal, mas pensa e repensa todos os processos que propiciam a educação, por isso se apresenta como a melhor opção conceitual para ser percorrida nesta pesquisa.

Como se trata de uma pesquisa que envolve à educação no âmbito popular, ou seja, uma prática social na ocupação Nova Primavera. A pesquisadora, por vezes, poderá assumir o papel de educadora popular ao aplicar a práxis da comunicação comunitária na perspectiva da mídia-educação. Por isso, cabe nesse capítulo definir os conceitos das duas áreas – mídia-educação e educação popular- e ainda articular como educador popular pode trabalhar na perspectiva da mídia-educação para a construção de um processo comunicativo dentro de um movimento social.

6.1 MÍDIA-EDUCAÇÃO

O campo da Educação e Comunicação tem se preocupado com as mediações entre escola e mídia. E no contexto da discussão sobre esta interface é que aparece a mídia-educação. Para a pesquisadora Monica Fantin, esse campo teórico-prático pode ser entendido como:

adoção de uma postura “crítica e criadora” de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias, para interagir significativamente com suas produções e para produzir mídias também. Neste sentido, esta discussão também envolve os direitos das crianças, pois mais que prover e/ou proteger as crianças dos meios há que se pensar em formas de prepará-las mais eficazmente para as responsabilidades do ser criança hoje. Capacitá-las a partir de suas especificidades, analisar e refletir sobre suas interações com

as mídias e criar condições para a participação (na medida do possível) em decisões que dizem respeito a este contexto. (FANTIN, 2006, p.31).

Assim, a mídia-educação torna-se uma instância mediadora entre os meios de comunicação e os sujeitos, enquanto receptores dessas mídias. A autora (2006) sustenta também que esse campo configura-se com finalidade teórica e prática. Para Rivoltela (apud FANTIN, 2006, p.51), o campo de interação entre comunicação e educação, chamado por ele de mídia-educação é visto:

Como prática social e disciplina curricular na formação de crianças, jovens e adultos trabalhando os conteúdos e as linguagens da alfabetização midiática. Capacitando os sujeitos a “ler e escrever” criticamente com as mídias e discutindo temas como igualdade, direitos de acesso, participação e cidadania – temas do campo da mídia-educação. (RIVOLTELA, 2006 apud FANTIN, 2006, p.51).

É nessa perspectiva que a mídia-educação tem como base uma proposta libertadora, dialógica e de intervenção social, atingindo isso com base no uso dos meios de comunicação como suporte pedagógico. Assim, esse campo constrói sujeitos capazes de refletirem sobre suas interações com as mídias, e conseqüentemente, os tornarem em cidadãos críticos e autônomos em relação aos meios. A mídia-educação, portanto, é uma área de estudo que não envolve apenas a educação formal, mas pensa e repensa todos os processos que propiciam a educação, podendo tratar da educação informal, como é o caso da presente pesquisa.

Fantin (2006) defende que na prática a mídia-educação acontece em três contextos: o metodológico, o crítico e o produtivo. O entendimento no contexto metodológico compreende que a mídia-educação é pensada no sentido de fazer educação com o auxílio dos meios. Assim, podendo recriar a didática ensinando com as mídias, possibilitando superar o esquema tradicional da escola formal, trocando o suporte do livro através do uso dos meios, como filmes, programas televisivos, etc.

No contexto crítico, essa intervenção social atua no sentido de educar para as mídias, sempre estimulando a criticidade, que busca conscientizar os jovens. A educação para os meios quer fazer uma leitura aprofundada dos símbolos, ícones e mensagens. Outra expressão usada a esse estudo é leitura crítica da mídia, que tem por objetivo investigar as formas de abordagens e os interesses do conteúdo

apresentado pelos meios de comunicação, impedindo, dessa forma, que a mídia influencie no modo de agir e pensar.

Já o contexto produtivo busca estimular a criatividade, promovendo a esfera expressiva e produtiva. Tem por objetivo educar através das mídias, já que não se faz mídia-educação apenas com leitura crítica e nem como recurso pedagógico, como explica Fantin (2006). Assim, é necessário produzir o conteúdo para os meios, utilizando as mídias como linguagem e forma de expressão, e é nesta etapa que ocorre a comunicação comunitária.

Dessa forma, a mídia-educação tem o papel fundamental de promover a formação crítica e criativa do receptor em relação aos meios de comunicação, além de experimentar possibilidades expressivas através da produção midiática. Na mídia-educação pode-se trabalhar com a apropriação dos meios, a qual é desenvolvida por meio da produção de vídeos, jornais, programas de rádio, por exemplo, e com a leitura crítica da mídia, que se dá através da desconstrução do material midiático, estudando separadamente os diversos elementos que o formam (conteúdo, edição, fontes, imagens). A partir disso, é possível despertar não somente um processo de leitura crítica da mídia, mas também proporcionar o uso destes meios para desenvolver a comunicação comunitária e incitar a cidadania.

Como a pesquisa se trata de uma intervenção social, na qual a pesquisadora realiza a mediação na construção da comunicação comunitária na perspectiva da mídia-educação, o termo de educação popular se torna imprescindível para compreender a práxis proposta, já que mesmo se tratando de um processo comunicativo dentro dos movimentos sociais, este não abandona seu caráter educativo.

6.2 EDUCAÇÃO POPULAR

Refletir sobre educação popular requer uma revisão do sentido da própria educação, já que ela não só existe dentro da escola como também à margem desta. Para Brandão (1986) a educação normalmente é pensada em âmbito restrito: universidade, ensino fundamental, alfabetização, educação para adultos. A educação deve atender às necessidades culturais e não em domínios restritos determinados socialmente. Esse capítulo se propõe a pensar a educação em um panorama amplo. Na igreja, na escola, na família, na sociedade, na internet e etc., a educação existe

em todas relações sociais e “sua missão é transformar sujeitos e mundos em alguma coisa melhor” (BRANDÃO, 1986, p.12).

Como Brandão afirma não é somente na escola que a educação acontece e também não há uma forma ou modelo único de educação. “A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais” (BRANDÃO, 1986, p.12) e o que se espera é a transformação de sujeitos. A educação está presente em tudo que proporciona transferências de saber de uma geração a outra, inclusive onde ainda não foi sequer criado um modelo de ensino formal e centralizado. Na espécie humana a educação se instala dentro de um domínio de trocas de símbolos, intenções, padrões de cultura e de relações de poder, ou seja, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes.

Entretanto, Brandão pontua que não há apenas ideias distintas acerca do conceito de educação, há também, interesses econômicos e políticos projetados (BRANDÃO, 1988, p. 60). O ensino reproduz um projeto de desenvolvimento que não se interessa pela qualidade de vida das classes subalternas, conservando-as disciplinadas e mal informadas. Porém, este projeto encontra resistências em instituições e grupos sociais que sofrem as consequências produzidas por esse modelo educacional excludente (BRANDÃO, 1988, p. 102-103). A partir destas resistências emergem concepções de política e de educação que contemplam os interesses das classes populares. É neste contexto que nasce a educação popular, que é um tipo de educação que se propõe a reconhecer o saber das classes populares.

A educação popular é uma educação participativa que tem como maior característica utilizar o saber da comunidade como matéria prima para o ensino, ou seja, aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de temas geradores do conhecimento dele. Essa proposta educativa se diferencia da educação tradicional, quando não é imposta e incentiva o diálogo; e é diferente da educação informal porque possui relação horizontal entre educador e educando.

Segundo Paludo (2001), em seu livro “Educação Popular em Busca de Alternativas”, a educação popular deve ser “comprometida com os segmentos populares da sociedade, cujo objetivo maior deve ser de contribuir para a elevação de sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição” (PALUDO, 2001, p.57). Assim, a educação popular avança como uma concepção alternativa à lógica

capitalista, se propondo à ter uma diretriz transformadora de educação que conscientiza através do estudo da realidade, e não, reproduzindo modelos das classes hegemônicas. Ou seja, uma educação do povo, com o povo e para o povo, no qual a educação assume um papel transformador e emancipador, se tornando necessário para o exercício da cidadania.

A educação popular passou por vários momentos conceituais e organizativos, por isso cabe nessa pesquisa pontuar os principais marcos da trajetória histórica desta no Brasil, no intuito de elucidar como ocorreu o processo de educação envolvendo as classes populares. Paludo descreve três momentos da educação popular. O primeiro, entre a década de 1950 e 1960, onde se buscou a conscientização; o segundo, nas décadas de 1970 e 1980, onde a defesa era pela escola pública popular e comunitária, até chegar a proposta da escola cidadã, dos últimos anos. Entretanto, Paludo elucida que a educação popular teve início antes da Proclamação da República com o objetivo de auxiliar na libertação dos escravos em 1888, como forma de conscientizar os escravos dos seus direitos (PALUDO, 2001, p.82). Todavia, somente na década de 50/60 que ela começou a ganhar força e se consolidar como ferramenta pedagógica.

Após a Segunda Guerra Mundial o país entrou em forte processo de industrialização e começou a se preocupar com os altos índices de analfabetismo da classe trabalhadora em função da necessidade de mão de obra qualificada para o trabalho. A educação passa a ser repensada pelo Estado com a perspectiva de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961 pelo Congresso Nacional. Nessa fase, o domínio da escrita e leitura representava uma maneira de participação da sociedade, a escola, portanto, representava a possibilidade de emancipação do sujeito. Por consequência, a história da educação popular no Brasil na década de 60 está relacionada aos movimentos de resistência e ao sistema opressivo no período da ditadura. Um dos objetivos era promover a participação dos sujeitos na construção de um projeto político de sociedade, nas quais se almejava superar as desigualdades sociais, principalmente no que se refere às desigualdades existentes no campo educacional (PALUDO, 2001, p.89)

Acompanhando a isso, os movimentos populares iam crescendo, como por exemplo, as Ligas Camponesas, no Nordeste e do Movimento Agrário, no Rio Grande do Sul. Essas organizações e movimentos rurais foram constituídos em contradição ao cenário emergente na década de 1960, que privilegiava as forças políticas e o desenvolvimentismo industrial. Concomitante a isso surgem os primeiros Movimentos

de Cultura Popular (MCP). O primeiro, em 1960, estava ligado à Prefeitura de Recife. Em seguida surge o Movimento de Educação de Base (MEB), idealizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em março de 1961. Em 1963 são criados os Centros Populares de Cultura (CPC) e também o Plano Nacional de Alfabetização (PALUDO, 2001, p.89).

Na década de 70, destacam-se os trabalhos realizados pelas comunidades eclesiais de base (CEBs), os grupos de oposição sindical, sindicatos e associações educacionais e culturais. Embora não pudessem realizar atividades políticas em consequência da repressão da ditadura, o trabalho educativo dessas entidades passou a ser compreendido como resistência e contestação da ordem (MANFREDI, 2009, p.140).

A partir desse movimento reivindicatório é que a concepção de educação popular começa a se consolidar. O grande responsável por tornar termo abrangente foi Paulo Freire. O pesquisador propunha a Pedagogia Libertadora, que emergiu do pensamento progressista da Igreja Católica e também da Pedagogia Nova, entretanto, foi através das experiências com alfabetização de adultos que esse processo educativo começa a ser visto como um processo político. As primeiras obras do autor foram publicadas durante o período de exílio, em 1964. Os livros de Paulo Freire foram censurados no país, mas em 1974 a obra mais relevante do autor, a “Pedagogia do Oprimido” é lançada no país. A pedagogia proposta pelo autor incita a ação reflexiva e foi alicerçadora dos conceitos de educação popular, que é definida por ele como “Educação Libertadora”.

A pedagogia freireana é resultado da teorização da prática de Educação Popular. Seus livros são fruto das experiências com alfabetização de adultos e com o povo excluído, chamado pelo autor de “oprimidos”, assim Freire trabalha o conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais. Defende as necessidades de emancipação social através de ações pedagógicas com as classes populares, no qual tivesse um processo pedagógico que fosse propício para que os excluídos passassem a compreender sua realidade e adquirissem uma postura crítica e consciente, ou seja, uma educação transformadora e emancipadora feita “com ele e não para ele” (FREIRE, 1974, p.43). Em poucas palavras, uma “pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 1974, p.43).

Entretanto, sair da condição de oprimido não é assumir o papel de opressor, mas sim sugerir uma nova cultura social que haja igualdade. (FREIRE, 1974, p.61). Assim, a educação popular de Freire é pautada na dialogicidade (FREIRE, 1974, p.107), na qual educador e educando estabeleçam uma comunicação vertical e ambos “se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensa, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros” (FREIRE, 1974, p.166).

Resumindo, Paulo Freire militou para que a educação popular tivesse o objetivo final de transformação, e se fez popular pelo potencial de mobilização das classes subalternas e em contestar o sistema e a ordem vigente. Nessa ótica, a educação popular tende a transformar o sujeito em ator político, na qual se estabeleça um vínculo entre educação e luta de classes, isto é, educação como formação humana. A teoria freiriana foi incorporada por grupos de educadores, militantes e movimentos sociais para embasar as diretrizes educacionais destes.

Durante o período que seguiu o golpe militar, até a década de 80, a educação popular continuou associada aos movimentos sociais. Esse movimentos atuaram como “pedagogos no aprendizado dos direitos sociais” (ARROYO, 2003, p.31). O processo educativo estava ligado às reivindicações das classes populares e “seu papel fundamental era contribuir para a formação da consciência e da organização de classe dos setores populares oprimidos e marginalizados” (PALUDO, 2001, p.99). Até a década de 80 a orientação política desse processo educativo era evidente, no qual a educação popular caminhava lado a lado om a organização popular.

Pode-se dizer, ainda, que as práticas da Educação Popular eram orientadas por um conjunto de valores éticos/políticos, dentre os quais destacam-se a construção de sujeitos populares (bases, lideranças, direções, formação de educadores das classes populares) capazes de serem os construtores destes processos; a busca da justiça e solidariedade; e a busca da vivência de relações democráticas, participativas e transparentes, a autonomia e a democracia de base. (PALUDO, 2001, p.99)

A década de 90 representa importantes mudanças econômicas no Brasil e no mundo. A abertura política de 1980 constitui novas configurações no campo político, o que levou os movimentos de educação popular a refundamentar seus pressupostos. Essa fase, intitulada por Moacir Gadotti (apud PAUDO, 2001) por Escola cidadã, tenta implantar uma escola pública onde a manutenção fica à cargo do Estado e a

comunidade fica responsável em participar da gestão. Segundo a definição do autor, essa escola seria sinônimo de escola pública popular, entretanto, ela não ocorreu na prática. Na contramão do que ocorreu na década anterior, a concepção de educação popular cai na marginalidade e a proposta educativa popular acaba se restringindo a educação básica e alguns programas institucionalizados, já que, na década de 90 as ONGs se consolidaram.

Entretanto, nessa década alguns movimentos sociais populares se fortaleceram, como o MST (Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra, surgidos no período de 1984-1989). Eles desenvolveram um projeto de educação popular também nos espaços formais de educação, já que “esses movimentos pensam na educação estrategicamente, isto é, articulada à perspectiva de projeto” (PALUDO, 2000, p.240). Atualmente, o MST prossegue com o trabalho de educação popular enquanto formação política da classe, mas também, traz essa proposta para espaços de educação formais, como as escolas oficiais coordenadas pelo MST.

A educação popular, portanto, estabelece novos caminhos. Frente a essa realidade, a educação popular descentraliza nas questões políticas e passa a enfatizar a necessidade do indivíduo de ter acesso ao conhecimento e dessa forma enfrentar os desafios de uma nova conjuntura se articulando na luta pelo exercício da cidadania.

6.3 MÍDIA-EDUCAÇÃO NO CONTEXTO POPULAR

A educação deve formar cidadãos. Com essa afirmação que iniciaremos esse tópico. O objetivo aqui é propor uma ação conjunta, unindo as teorias de mídia-educação e educação popular. Buscando democratizar a educação é que a cidadania aparece em ambos conceitos, afinal, elas caminham juntas pois quanto mais educados, mais serão capazes de lutar e exigir seus direitos.

Tanto a mídia-educação quanto a educação popular objetivam o exercício da cidadania. O educador popular, assim, trabalha como mediador e mídia-educador. Mesmo fora dos bancos escolares, o processo educativo popular, na perspectiva da mídia-educação, estimula os sujeitos a mudarem sua forma de pensar, agir e falar. A preocupação com a educação, comprometimento com sua cidadania e a reivindicação de uma vida melhor, faz com que a participação leve à educação mesmo que no âmbito informal.

A mídia-educação finaliza à formação do sujeito ativo e crítico. Belloni (2001, p.2) aponta que essa proposta educativa é condição de “educação para a cidadania, sendo um instrumento fundamental para a democratização de oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, de redução das desigualdades sociais”(BELLONI, 2001, p.2). Podemos encontrar esse objetivo também na educação popular, uma vez que através do engajamento dos sujeitos com suas comunidades é possível uma mudança sociocultural, de um cidadão sem voz, para uma cidadania plena.

Assim, compartilhamos da afirmação de Gohn (2006), na qual “a transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não-formal. Esta se fundamenta no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo” (GOHN, 2006, p.30). Deste modo, percebe-se que esta representação de educação se caracteriza pelo aprendizado das diferenças, buscando na diversidade cursar uma trajetória que almeje uma sociedade mais humana, cidadã, justa e igualitária.

7 JORNAL PISA LIGEIRO

Apresentaremos a metodologia para a realização da práxis envolvendo a comunicação comunitária e a mídia-educação na ocupação Nova Primavera. Como salientamos na introdução, esse trabalho objetiva estimular uma prática comunicativa comunitária na perspectiva da mídia-educação, ou seja, através de oficinas com base nos conceitos de mídia-educação incitar a comunidade para que desenvolvam um processo comunicativo comunitário. Assim, cabe nesse capítulo, pontuar todas as etapas metodológicas necessárias para a produção do Jornal Pisa Ligeiro, bem como, todas dificuldades enfrentadas pela autora no trabalho de campo.

A pesquisa aplicada seguirá o conceito da técnica metodológica da pesquisa participante, que será utilizada neste trabalho para que a autora se insira no ambiente do grupo a ser investigado. Uma das primeiras experiências dessa técnica metodológica foi a aplicação da enquete operária, por Karl Marx, em 1880. Para o pesquisador Michel Thiollent (1987), Marx realizou uma pesquisa que permitia ao pesquisador associar-se ao grupo investigado e inserir-se na rede de comunicação informal deste. Ainda de acordo com Thiollent (1987), a pesquisa participante tem caráter interdisciplinar, já que a mesma pode abordar diversas especialidades, tais como sociologia, educação e comunicação. Diante disso, com a interdisciplinaridade, a pesquisa participante pode ser aplicada nos processos educativo e comunicativo, como esse trabalho sugere.

Para Michel Thiollent (1987), a exigência principal de uma pesquisa participante é a integração e participação de todos os envolvidos no processo de pesquisa. A pesquisa participante implica na participação, tanto do pesquisador no contexto que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa. Esta afirmação, no caso desta pesquisa, será contemplada, uma vez que a autora assuma um papel de mediadora entre as propostas teóricas desta pesquisa e a aplicação prática junto à comunidade que está mobilizada e com anseio de um processo comunicacional.

De acordo com Peruzzo (2003), utilizando a pesquisa participante o investigador compartilha de modo consistente e sistematizado das atividades do grupo, ou do contexto que está sendo estudado. Assim, o pesquisador interage também como membro. Além de observar, ele se envolve, assume um papel no grupo. Trata-se de uma opção que exige acentuada capacidade de distanciamento a fim de

não criar vieses de percepção, interpretação e responsabilidade para com o ambiente pesquisado de modo a não criar expectativas que não poderão ser satisfeitas, até pela circunstância de posição transitória do pesquisador no grupo. (PERUZZO, 2003, p. 14). A pesquisa participante, assim como outras modalidades de estudos qualitativos, se concretiza na coleta e análise de dados primários empíricos. Ela se ancora na integração entre o pesquisador e o grupo estudado e dessa relação que depende a captação adequada dos dados. Se eles forem sonegados ou mal compreendidos, toda a pesquisa pode ficar comprometida (PERUZZO, 2003, p. 21).

Com base nos pressupostos teóricos apontados, três etapas da pesquisa aplicada foram delimitadas: Quem são os sujeitos que compõe a ocupação (apresentada no Capítulo 3); Oficinas na perspectiva da comunicação comunitária e mídia educação; e a produção do Jornal Pisa Ligeiro.

7.1 PRIMEIRA TENTATIVA

A segunda etapa da pesquisa aplicada compreenderia as oficinas na perspectiva da mídia-educação. Com base nos conceitos teórico que foram expostos nos capítulos 5 e 6, foram elaboradas propostas de dinâmicas de grupo, com o intuito de possibilitar uma maior participação dos moradores da ocupação, além de incitar um processo educacional para os meios de comunicação. Dessa forma, através das dinâmicas, seria possível saber o que pensam, além de incluir novos elementos que permitem explicar e entender os processos vividos por eles, resultando, na construção de uma criticidade para a leitura dos meios de comunicação e do mundo.

A relevância do estudo da dinâmica grupal é apontada pelo pesquisador Luiz Carlos Osório (1986) como um fato que sinaliza a necessidade do ser humano em buscar compreender os movimentos presentes no interior dos grupos, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento e melhoria da sociedade. Segundo Paulo Freire (1974), quando a proposta pedagógica para o sujeito não é aplicada de forma tradicional, formal e fechada, cria-se a possibilidade de repensar e não meramente reproduzir conhecimentos e comportamentos que lhe são passados.

Em um primeiro momento foram propostas oficinas que contemplem os temas: Identidade; Cidadania; Comunidade; Leitura Crítica da Mídia; Comunicação. A sequência das oficinas foi um trabalho desenvolvido ao longo dos anos pela pesquisadora Luzia Deliberador (2011). Segundo a autora, essas dinâmicas são

importantes para o desenvolvimento do processo de formação cidadã “tanto em relação aos meios de comunicação quanto aos ideais de pertença e comprometimento” (DELIBERADOR, 2011, p.3).

Em um primeiro momento, foi necessário realizar um levantamento dos interessados em participar dessa proposta educativa. Na assembleia do dia 1 de agosto de 2015, colocamos a proposta em pauta, e como o índice de desempregados é maior entre as mulheres, estas tiveram maior interesse e disponibilidade em participar do grupo. Inicialmente 16 mulheres assumiram o compromisso de participar das oficinas que iriam ocorrer entre setembro e outubro de 2015.

Entretanto, o contexto em que a pesquisa foi realizada, no mês de setembro, foi de grande turbulência, em decorrência dos problemas vividos dentro da comunidade com o tráfico de drogas. O que fez com que muitas famílias deixassem a comunidade, o que incluía muitos dos primeiros participantes da oficina. As outras participantes, não quiseram mais assumir o compromisso, com medo e receio de ficarem mais vulneráveis. Assim, somente duas oficinas ocorrem (que estão descritas no APÊNDICE A), com baixo nível de participação, o que fez a autora repensar as estratégias e iniciar outro processo de comunicação comunitária.

O problema com o tráfico de drogas, assombra todas às ocupações do MPM (Nova Primavera, 29 de Março e Tiradentes). Em uma leitura da própria organização do Movimento Popular de Moradia, as ocupações se apresentam como uma área sem disputa, já que inicialmente se trata de um terreno de baixa renda e que, até então, não existia o tráfico. Assim, muitos traficantes veem nas ocupações um espaço ‘livre’ que não pertencem à nenhuma facção e propicia para os negócios. Uma vez à margem da sociedade, as áreas da ocupação estão localizadas em territórios inacessíveis, inclusive para a polícia.

Assim, os traficantes, na maioria adolescentes e jovens, expulsam as famílias dos barracos e ali se instalam. Um problema sem solução, já que os moradores e nem a organização do MPM possuem força para coibir essas expulsões. Tanto a organização, quanto os traficantes, assumem uma postura ‘cega’, na qual nenhum interfere nas ações dos outros. Resultando assim, na lei do dia – imposta pelo MPM – e na lei da noite – estipulada pelos traficantes.

A única regra ali instalada é não ter mortes dentro da ocupação, mas nada impede que os assassinatos aconteçam nos terrenos próximo. Esse é um problema

enfrentado por muitas ocupações, e que deverá continuar depois da construção dos apartamentos da Minha Casa Minha Vida Entidades.

O tráfico é recorrente em toda a proximidade da ocupação. A Nova Primavera está localizada ao lado da comunidade “Corbélia”, que é considerada a mais violenta de Curitiba. Segunda uma matéria vinculada na Gazeta do Povo¹⁴, a região registrou 84 homicídios do ano passado, 15% do total da cidade de Curitiba e apenas uma viatura do batalhão circula durante o dia na região, que protocola, em dias de pico, média de 100 ocorrências diárias.

Se é possível identificar algo de positivo nestes lastimáveis acontecimentos, talvez seja a predisposição dos envolvidos para enfrentar as causas que provocam tais injustiças. A percepção de situações-limite nem sempre são evidentes aos que estão inseridos cotidianamente nela, porém quando a consciência de sua existência emerge, a necessidade de tomada de atitude ganha ares de urgência. Paulo Freire (1971) afirma: “embora as 'situaçõeslimite' sejam realidades objetivas e estejam provocando necessidades nos indivíduos, se impõe investigar, com eles, a consciência que delas tenham” (FREIRE, 1974, p.107).

Entretanto, embora os sujeitos esperam atitudes que acabem com os ocorridos, os mesmo se sentem coagidos e fragilizados pela realidade vivida diariamente, mas as tentativas de oficina tiveram um papel fundamental para provocar a tomada de consciência da realidade. Pois as expulsões ocorridas evidenciaram um problema cotidiano, mas que nunca é problematizado, assim, o fato de trazerem à tona o problema, contribui para que aqueles que estão vivenciando vislumbrem sua realidade sob outra perspectiva. Os moradores, muitas vezes, entendem as expulsões como um ocorrido natural, sem a problematização eles não enxergam que os traficantes também são vítimas do sistema, já que não se enquadram na sociedade. O tráfico de drogas representa, para os jovens envolvidos, muitas vezes, a única forma de sobrevivência.

O que estava previsto para se encerrar no final do mês de outubro de 2015 teve que se reinventar e dar início a outro processo que durou até fevereiro de 2016, época de finalização deste trabalho.

¹⁴ Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/bairro-mais-violento-de-curitiba-nao-tem-viatura-por-falta-de-manutencao-0mpd3le76a6k497ujal92k4no> . Acessado em : 1 mar 2016

7.2 PRODUÇÃO DO JORNAL

Os capítulos anteriores buscaram reconstruir e interpretar os processos históricos em torno da comunicação e da educação e no subtítulo anterior abordamos as primeiras tentativas de instalar um processo comunicativo comunitário. Os subcapítulos que seguem reconstroem e analisam um processo de intervenção no sentido de fortalecer os movimentos populares que atuam na defesa o direito à moradia e comunicação, desenvolvidos a partir da metodologia de pesquisa participante.

Esta experiência buscou favorecer a articulação de atores sociais envolvidos com a questão da comunicação comunitária, no período de novembro de 2015 a março de 2016. Na qual resultou na produção do Jornal Pisa Ligeiro, que abordou: história de luta, com entrevistas de lideranças e moradores antigos da área; informes: com informações acessíveis aos moradores.

7.2.1 Pensando o comunicar – 1º encontro

Embora o processo da pesquisa participante tenha emergido a partir da participação da autora a partir de vários acontecimentos já descritos, consideramos o dia 6 de novembro de 2015 como data oficial para o início do projeto.

Em reunião com a organização do movimento e alguns coordenadores, discutimos a inviabilidade de oficinas com longa duração e a precária participação dos moradores, já que esses são cíclicos na comunidade. Assim, tomamos como sendo a melhor alternativa, trabalhar com a ideia do processo de comunicação comunitária com os próprios coordenadores, já que estes, tem maior envolvimento e se apresentam como moradores mais estáveis, tendo em vista que não tinham a intenção de mudarem da ocupação durante o processo de comunicação proposto.

Assim, no dia 6 de novembro de 2015, apresentamos a proposta de pesquisa participante, com o objetivo de produzir algum produto comunicativo comunitário que evidenciasse as problemáticas dos moradores, buscando caminhos para a participação. Cabe ressaltar que, durante essa etapa, a pesquisadora propôs a criação de uma web-rádio, tendo em vista que essa pode ser acessada pelo celular e tem baixo custo de produção. Entretanto, essa ideia não estava engessada e logo a

organização interferiu e propôs um jornal impresso, que mesmo com custos mais altos, este atingiria um número maior de moradores.

Após a apresentação da proposta, os presentes manifestaram interesse em se envolver com a pesquisa, mas com restrições quanto à disponibilidade para participação. Assim, decidimos que os próximos encontros aconteceriam aos sábados, logo após as assembleias gerais. Os cinco coordenadores da ocupação se comprometeram em tornar possível o meio de comunicação. São eles: Beatriz de Lima, Emerson de Lima, Taciane da Silva e Viviam Hildebrant, que foram apresentados no Capítulo 3.

Esse primeiro encontro foi importante para pontuar as falhas existentes no processo anterior, escolher o veículo e as datas dos próximos encontros, bem como a equipe que estaria responsável na elaboração do jornal impresso.

7.2.2 Ressaltando os conceitos de Identidade e Comunidade – 2º encontro

Durante o segundo encontro a autora buscou identificar tendências, resistências e sondar o interesse para a programação do jornal impresso. Esses objetivos foram auxiliados pelo pensamento de Thiollent (1985):

Trata-se de detectar apoios e resistências, convergências e divergências, posições otimistas e céticas, etc. Com o balanço destes aspectos, o estudo de viabilidade permite aos pesquisadores tomarem a decisão e aceitarem o desafio da pesquisa sem criar falsas expectativas. (THIOLLENT, 1985, p. 458)

Foram realizadas entrevistas com cada coordenador envolvido no projeto. Nessa etapa, tão importante quanto as respostas obtidas, é a provocação causada pela natureza das perguntas, pois colocam o entrevistado em situação de reflexão de sua própria condição. Ao se criar condições para que este analise sua realidade, ele é desafiado a posicionar-se sobre ela. Thiollent (1980) resgata o papel estratégico que as perguntas podem cumprir:

A formulação das perguntas oferece às pessoas interrogadas a possibilidade ou mesmo a necessidade de raciocinar para que seja captada uma informação relevante [...] o questionamento consiste em convidar os respondentes, individual ou coletivamente, a fazerem um balanço ou uma

comparação entre elementos da (sua) situação e das de outras classes ou grupos. (THIOLLENT, 1980 p. 64)

As entrevistas aconteceram de modo informal, em três blocos¹⁵, com a intenção de ressaltar os traços de identidade, comunidade e leitura crítica da mídia. Se tornando, assim, um encontro nos moldes proposto pela tentativa anterior, mas com uma roupagem nova e mais rápida.

O primeiro bloco de perguntas, objetivava resgatar os valores de identidade que cada um carrega. Com esse tipo de atividade os sujeitos foram convidados a refletirem sobre sua vida, sua história e sua própria identidade. Com perguntas sobre como chegaram à ocupação, a função do seu trabalho no mercado e acesso à educação. Além da reflexão sobre sua própria existência, esse primeiro bloco foi importante para a criação do perfil dos moradores da ocupação¹⁶.

Essa prática reafirma o pensamento pedagógico de Freire (1979), que aponta para a comunicação como princípio que transforma o homem em sujeito de sua própria história, por meio de uma relação dialética vivida na sua inserção na natureza e na cultura. Assim, com a ação e reflexão sobre si, o homem é levado a novos níveis de consciência e a novas formas de ação.

O segundo bloco de perguntas, envolvia a temática comunidade e propôs uma discussão sobre o contexto que os indivíduos estão cercados, abordando conteúdos ligados aos interesses da comunidade local, ressaltando a importância do convívio e a força da vivência comunitária. Ao trabalhar a relação com a comunidade, a intenção é fazer os participantes se aproximarem mais do local em que vivem, enxergando a ocupação como um espaço de convívio em comunidade, e por meio desse contato, buscar a solução dos problemas que estão inseridos.

Foi possível observar que, ao serem perguntados se gostam do lugar em que vivem, todos afirmam gostar, apesar dos problemas enfrentados. As respostas continham os termos “amizade” e “solidariedade”, o que indica que as relações comunitárias são valorizadas pelos entrevistados. Numa primeira análise podemos até pensar que se trata de uma incoerência a maioria dos entrevistados afirmar gostar de um lugar onde enfrentam problemas diariamente. Porém, isso pode ser explicado pelo fato de que a afirmação de não gostar de uma situação a que está submetido cria

¹⁵ O roteiro de perguntas dos três blocos se encontra no Apêndice B.

¹⁶ Ver o subtítulo 3.2.

um sentimento de que é preciso fazer alguma coisa, enquanto a afirmação de que está tudo bem não exige uma atitude.

A autora, na intenção de inflamar a discussão, perguntou se essas respostas, na opinião deles, exprimia os sentimentos dos outros moradores da ocupação. Eles foram enfáticos ao dizer que todos gostavam muito de viver na ocupação apesar dos problemas. Essa resposta reside no fato da existência contraditória do sentimento de amor ao local onde vive, ainda que este não lhe ofereça as condições mínimas de dignidade. Os vínculos com quem se convive permitem estender esse afeto ao lugar.

Emerson de Paula: As pessoas gostam da onde moram, estão necessitadas, são trabalhadoras, nos receberam muito bem, a solidariedade é grande e não querem muita coisa.

Beatriz de Lima: As pessoas são desacreditadas e o apoio dos vizinhos é importante.

Emerson de Lima: Elas gostam do lugar, mas não conseguem identificar o porquê.

Viviam Hildebrant: O maior problema é de infraestrutura, mas eles já estão acostumados,

Taciane da Silva: Mostram falta de vontade em participar. Só fazem isso porque são obrigados.

O terceiro, e último, bloco de perguntas, faz referência à leitura crítica da mídia e objetivava entender o posicionamento dos sujeitos à frente dos meios de comunicação e fazê-los problematizar as questões que envolve a responsabilidade social dos meios de comunicação, além de compreender as relações de poder que estão por trás dos veículos midiáticos e que interferem na produção de informação.

Entretanto, a autora ficou surpresa ao perceber que eles compreender de maneira clara a manipulação que alguns veículos de massa sofrem. Quando perguntados se eles se sentiam representados pela mídia, o grupo se manifestou:

Emerson de Lima: A TV só mostra os problemas dos ricos. Aqui morre gente sempre e ninguém está interessado.

Emerson de Paula: Quando vejo TV só tem desgraça, mas aqui também é assim.

Taciane da Silva: Quando alguém é assaltado no centro, todo mundo fica sabendo. Mas o que acontece aqui ninguém sabe.

Em análise, foi possível entender que eles vivenciam problemas diários e que seriam de interesse público a cobertura destes, entretanto, os moradores veem que os veículos dispensam as pautas, porque os acampados não se tratam de uma camada inclusa na sociedade.

7.2.3 Reunião de pauta – 3º encontro

O encontro do dia 20 de novembro, previa a escolha das pautas, do nome do jornal e as responsabilidades de cada um, para assim, dar início à produção do jornal. A autora, em pesquisa, já tinha definido um formato viável financeiramente para a produção do jornal, que seria de quatro páginas tamanho A4, preto e branco. O que possibilitava até três pautas e também espaço para anúncios.

Com a estratégia montada, encontramos outro problema, apesar de todos coordenadores serem alfabetizados, estes se mostraram preocupados com a ideia de escreverem matérias, e por isso a autora se comprometeu a ter maior participação na confecção do jornal.

Antes de dar início a reunião de pauta, realizamos um debate com as seguintes perguntas norteadoras e as reflexões do grupo:

1. O que o jornal deve abordar?

Problemas, necessidades, o que tem de bom na comunidade, direitos e deveres, qualidade de vida, consciência ambiental, união, opinião, cotidiano, reconhecer o indivíduo e o coletivo.

2. Qual deve ser o formato do programa?

Quadros com reportagens, informações úteis, talentos e agenda de atividades.

Eles decidiram coletivamente escrever a história da ocupação para demonstrar o retrato de luta dos moradores e com isso evitar o esquecimento. Ficou definido que a matéria seria realizada com o José Luís Ferreira – Luizinho e José Ribeiro da Silva Filho – Seu Zé, já que estes estavam desde os primeiros dias de

ocupação, e deveria conter: a situação que os trouxeram para morar na ocupação; como era a Nova Primavera no início e como ela mudou; além de ressaltar os traços mais positivos da comunidade. Luizinho e Seu Zé se mostraram interessados em relatar sua experiência no jornal, o que resultou no comprometimento destes em escrever a matéria. A entrevista ficou agendada para o próximo encontro e representou uma importante etapa da metodologia pois propõe um início de trabalho na comunidade, onde se problematizou e observou o universo do outro, tentando compreender sua história e condição.

A segunda pauta definida foi para apresentar informações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida Entidades que beneficiará os acampados. Essa pauta surgiu de um problema relatado pelos próprios coordenadores, já que muitos moradores não compreendem o benefício e os questionam diariamente. Para fins informativos, ficou definido que essa pauta deve trazer as informações básicas sobre o benefício, quem seriam os beneficiados e explicando as diversas etapas do processo. Para a concretização dessa pauta, o MPM se disponibilizou a acatar as dúvidas dos coordenadores e redigir um informativo.

A terceira pauta determinou um espaço para mostrar os talentos locais, como os jovens que escrevem raps e grafiteiros que vivem na ocupação. Assim, as pautas foram:

História de Luta: entrevistas das lideranças e moradores antigos da área.

Talentos: entrevistas dos produtores de cultura.

Informes: divulga informações do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades aos moradores.

Depois da reunião de pauta, um segundo momento foi destinado para a discussão em torno ao nome do veículo. Essa etapa contou com a participação da organização do MPM, que junto aos coordenadores, sugeriram os seguintes nomes: Jornal do Povo; Gazeta do Povo Sem Medo; O formigueiro e Jornal Pisa Ligeiro. Os dois últimos nomes fazem referência ao grito de guerra dos acampados: “pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”. A proposta dos nomes foi levada para a assembleia geral e com a votação de todos moradores, foi definido que o jornal se chamaria “Jornal Pisa Ligeiro”.

7.2.4 Entrevistas – 4º encontro

O Jornal Comunitário Impresso tem como objetivo principal, dar voz aos membros da comunidade e estabelecer um diálogo, de exposição de ideias, de divergências e de reivindicações, conforme assinalam: “A função do jornal comunitário transcende o caráter da informação, tornando-se um instrumento de mobilização que estabelece a verdadeira comunicação entre os membros da comunidade, o debate de seus problemas e a participação de todos nas soluções a serem dadas”. (CALLADO; ESTRADA, 1986, p.8). Nesse sentido, com a pauta desenvolvida no encontro anterior, o dia 27 de novembro foi destinado para redigir a matéria de perfil com os moradores Luizinho e Seu Zé. Assim, a autora, no decorrer da entrevista, já decupava as informação¹⁷ e apenas inflamava as discussões, tentando tirar o maior número de história dos moradores.

Em um segundo momento, com as informações já decupadas no computador, a autora leu em voz altas as respostas, para decidir, junto com os moradores as informações que seriam mais importantes conter na matéria. Assim as informações mais relevantes foram: o tratamento que o terreno da ocupação sofreu (carpir o lote); o tempo que ficaram em barracas de lona; a dificuldade de ficar em barracas com lona em dias de chuva; o sentimento de solidariedade dos moradores (os de condições financeiras melhores, ajudam os mais necessitados); as doações recebidas para as instalações da comunidade (comida, fios de energia, tubulação de água).

Com isso, descartamos outras informações e começamos o processo de redigir a matéria. Nesse momento a autora teve maior participação do que esperado, em vista que nenhum dos entrevistados tem ensino fundamental completo, o que dificultava a ideia inicial deles próprios redigirem a matéria. Entretanto, em análise, essa matéria foi confeccionada em torno das informações que eram mais relevantes para o grupo, o que já pode ser caracterizado como comunitário, uma vez que, deu voz para esses moradores e reiterando o raciocínio de Bahia (1990), um jornal se torna comunitário “não na medida em que concentra notícias e opiniões, mas na proporção em que evoca a cidadania, se diversifica e se multiplica para dar voz ao maior número de correntes numa comunidade”. (BAHIA, 1990, p.245)

¹⁷ Apêndice C

7.2.5 Patrocínio – 5º encontro

Com o objetivo de tornar viável o jornal impresso, o encontro do dia 4 de dezembro foi para buscar patrocínio e apresentar as matérias desenvolvida no encontro anterior. Nesse encontro, os coordenadores relataram um problema que ocorreu durante a semana: as outras ocupações também queriam receber o jornal. Segundo os coordenadores, existe uma rixa dentro das três ocupações, o fato do jornal Pisa Ligeiro ser vinculado apenas na Nova Primavera poderia agravar ainda mais esse problema. Assim, decidimos que abriríamos mais espaço para publicidade, para assim poder custear a tiragem de 2.000 exemplares que seria entregue nas três ocupações.

Para custear a impressão, seriam necessários a venda de cinco espaços publicitários, por 80 reais cada. Essa etapa foi protagonizada pela Beatriz de Lima, que procurou patrocínio junto às bancas da própria ocupação e construiu uma estratégia para vender os anúncios: seria informado durante a assembleia geral que o jornal da ocupação estariam a disposição nas bancas anunciantes. Assim, os moradores seriam convidados a irem nas bancas a procura do jornal, o que poderia aumentar as vendas. Essa estratégia, além de facilitar a venda dos anúncios, também resolveria o problema de distribuição do jornal.

Os cinco espaços foram vendidos rapidamente, já que os moradores, já cientes do processo de produção do jornal, acataram a ideia da publicidade. Outras bancas se interessaram pelos anúncios, e ficou definido que nas próximas edições do jornal daríamos espaços para outros vendedores.

7.2.6 Nasce o Jornal Pisa Ligeiro – 6º encontro

O último encontro, realizado no dia 11 de dezembro, foi destinado para: aprovar a pré-diagramação do jornal, elaborado pela autora; apresentar a matéria desenvolvida pelo MPM, explicando o benefício da Caixa Econômica Federal; realizar a matéria correspondente à pauta de cultura e agenda; bem como organizar a festa de natal que aconteceria na próxima semana e a qual a autora estava encarregada.

Com a pré-diagramação e matéria sobre Minha Casa Minha Vida Entidades aprovados, restou tempo para pensarmos a respeito da pauta de cultura. A ideia inicial era proporcionar um espaço para que a comunidade expressasse a produção de

cultura local, entretanto, essa pauta foi deixada de lado. Os coordenadores afirmaram que os grupo de jovens que poderia utilizar esse espaço estavam envolvidos em conflitos internos e que o espaço deveria ser utilizado apenas para agenda cultural, nesse projeto piloto.

Beatriz propôs que colocássemos a agenda de eventos da ocupação, como a data que alguns políticos iriam visitar a ocupação e informações sobre a festa de Natal. Redigimos a agenda de eventos e compromissos da ocupação, mas precisávamos de um plano B, já que a gráfica precisava de 10 dias para a tiragem do jornal e agenda podia ficar obsoleta. Viviam sugeriu montar um explicativo sobre higiene e cuidados ambientais, como cuidado com o lixo e manutenção da limpeza dentro da ocupação. Depois da discussão, ficou definido que um explicativo sobre dengue seria elaborado, já que o número de infectados nas ocupações são altos.

Com as matérias e a pré-driagramação aprovadas, a autora ficou responsável em finalizar o jornal e negociar com a gráfica a data de entrega. Por se tratar de uma época de festas (final de ano), as gráficas com os melhores preços estariam em férias coletivas a partir de 19 de dezembro, o que impossibilitava a entrega do jornal ainda no ano de 2015. Assim, ao invés de conter dados da agenda de eventos da ocupação, o último espaço foi destinado para a elaboração de um guia com cuidados básicos para evitar a proliferação do mosquito¹⁸.

A diagramação foi desenvolvida conforme informações obtidas junto à organização do movimento, que apontou que muitos moradores da ocupação têm baixo grau de escolaridade e por isso dificuldade de leitura com fontes caixa baixa. Por isso, a diagramação conta com letras grande, e na maioria, fontes maiúsculas.

¹⁸ As informação para confecção do guia foram retiradas do site do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/dengue>. Acessado em 20 dez 2015.

FIGURA 1 - CAPA DO JORNAL PISA LIGEIRO

JORNAL

PISA LIGEIRO



ANO 16- Nº 1

MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA

JANEIRO DE 2015



A MORADIA DIGNA É UM DIREITO DO CIDADÃO,
MAS PARA QUE ISSO SE TORNE REALIDADE É
NECESSÁRIO A MOBILIZAÇÃO DO POVO!

PISA LIGEIRO, PISA LIGEIRO, QUEM NÃO PODE COM
A FORMIGA NÃO ATIÇA O FORMIGUEIRO

FIGURA 2 - PÁGINA 2 DO JORNAL PISA LIGEIRO

POLÍTICA

JORNAL PISA LIGEIRO

VOCÊ SABE O QUE É O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA ENTIDADES?

O PROGRAMA MCMV ENTIDADES SE DIFERENCIA DOS OUTROS PROGRAMAS HABITACIONAIS FINANCIADOS PELO GOVERNO FEDERAL

Por Fernando Marcelino

O QUE É MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES?

O MCMV-ENTIDADES CONSISTE NA CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POR MEIO DE FINANCIAMENTO PARA FAMÍLIAS ORGANIZADAS DE FORMA ASSOCIATIVA EM COOPERATIVAS HABITACIONAIS, ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E DEMAIS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, DENOMINADAS ENTIDADES ORGANIZADORAS (EO'S).

A MODALIDADE ENTIDADES DO PROGRAMA É A RESPONSÁVEL PELOS MAIORES E MELHORES APARTAMENTOS, COM OS MESMOS VALORES PAGOS ÀS CONSTRUTORAS.

A MATEMÁTICA É SIMPLES: O QUE SERIA DESTINADO AO LUCRO É CONVERTIDO NA PRÓPRIA OBRA.

QUAL A DIFERENÇA DO MCMV E O MCMV ENTIDADES?

SUA PRINCIPAL DIFERENÇA É O PAPEL CENTRAL ASSUMIDO POR MOVIMENTOS SOCIAIS - INTITULADAS "ENTIDADES ORGANIZADORAS"(EOS).

SÃO AS ENTIDADES QUE ELABORAM O PROJETO HABITACIONAL, DESDE A COMPRA DO TERRENO À SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS A SEREM BENEFICIADAS.

QUEM PODE SER BENEFICIADO PELOS PROJETOS DO MCMV- ENTIDADES?

FAMÍLIAS INDICADAS PELA ENTIDADE ORGANIZADORA E QUE ESTEJAM DENTRO DA FAIXA DE RENDA ESTIPULADA.

QUAIS SÃO AS FAIXAS DE RENDA DO MCMV-ENTIDADES?

O MCMV TAMBÉM DIVIDE O PÚBLICO ALVO POR FAIXAS DE RENDA.

FAIXA 1: FAMÍLIAS COM RENDA ATÉ R\$1800.

FAIXA 1,5: NA FAIXA INTERMEDIÁRIA O BENEFICIÁRIO PRECISA TER RENDA MENSAL ENTRE R\$ 1.800 E R\$ 2.350. ELE PAGARÁ UMA TAXA DE JUROS DE 5% AO ANO PELO IMÓVEL. E TERÁ SUBSÍDIO DE ATÉ R\$ 45 MIL DO GOVERNO.

ATENÇÃO!

É PERMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COM RESTRIÇÃO CADASTRAL NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO SPC E/OU SERASA.

O ÍNICIO DA LUTA PELA MORADIA NA OCUPAÇÃO NOVA PRIMAVERA



Por Luizinho, Maiara e Seu Zé

Quem chegou agora nas ocupações encontra uma comunidade pronta, com bancas, água, luz, barracos de compensado e cobertos com telhas. Talvez não saibam, mas a Nova primavera foi a primeira ocupação do Movimento Popular por Moradia (MPM) e possui uma história de luta que só quem viveu de perto conhece.

A ocupação Nova Primavera nasceu no dia 28 de setembro de 2012 e no ano passado e comemorou 3 anos de existência, luta e resistência. Um dos primeiros moradores foi o servente de pedreiro Luiz, também conhecido como Luizinho, que está na ocupação desde o primeiro dia e passou por todas as dificuldades do começo. Ele conta que para ocupar o terreno tiveram que carpir todo o lote para depois construir os barracos com lonas. “Ficamos mais ou menos 6 meses na lona e não era fácil. Quando chovia, as lonas estouravam e tínhamos que construir os barracos novamente”, conta Luizinho.

Já o aposentado José, conhecido como Seu Zé, conta que para sair do barraco de lona foi necessária a ajuda da comunidade. Quem tinha condições financeiras ia comprando madeira e telha, os que não tinham dependiam de doações e da ajuda dos companheiros. Tudo foi construído com o trabalho comunitário e assim surgiu a ocupação que conhecemos hoje.

Mesmo com a estrutura que conhecemos hoje, o espírito de comunidade permanece vivo nas ocupações. Luizinho explica que manter a forma de ocupação foi uma opção que influencia o espírito de comunidade, “aqui não é loteamento e sim ocupação, com um barraco em cima do outro e todo mundo junto se ajudando”, diz. Para quem chegou a pouco tempo fica aqui um registro de luta e o ensinamento de que o povo unido tem poder e força!

FIGURA 4 - PÁGINA 4 DO JORNAL PISA LIGEIRO

SAÚDE

JORNAL PISA LIGEIRO

SAIBA COMO EVITAR A DENGUE

COMBATER A DENGUE É UMA TAREFA SÉRIA QUE DEVE SER REALIZADA TODOS OS DIAS.

O MOSQUITO QUE TRANSMITE A DENGUE É O MESMO QUE CAUSA A ZICA E A CHIKUNGUNYA. ESSE MOSQUITO SE REPRODUZ ONDE HÁ ÁGUA PARADA. POR ISSO, É PRECISO ELIMINAR TODOS OS OBJETOS QUE PODEM ACUMULAR ÁGUA PARA EVITAR QUE O MOSQUITO NASÇA.

VEJA A SEGUIR QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS FOCOS DO MOSQUITO DA DENGUE E APRENDA A SE PREVINIR:



Mantenha bem tampados tonéis e barris d'água.



Encha de areia até a borda os pratos das plantas ou lave-os semanalmente com escova.



Vire todas as garrafas com a boca para baixo, evitando que acumule água dentro delas.



Coloque no lixo todo objeto não utilizado que possa acumular água.



Feche bem o saco de lixo e deixe-o fora do alcance de animais.

PABLO SNOOKER BAR

CERVEJA E DOSES
MESA DE SINUCA

NOVA PRIMAVERA E-85

MERCEARIA DO PABLO

SECOS E MOLHADOS
CASA DE FRUTAS E VERDURAS

29 DE MARÇO 2-206

LANCHONETE JANDIRA

SALGADOS A PARTIR DE R\$1
PASTÉIS FRITOS DA HORA
LANCHES E SUCOS NATURAIS

29 DE MARÇO 2-183

BANCA DA BIA

PÃES, BOLOS, DOCES
LEITE, SALGADOS E VERDURAS

29 DE MARÇO 3-152

BANCA DO PARAGUAI

MERCEARIA E DISTRIBUIDORA
SECOS E MOLHADOS
das 8h às 24h

TIRADENTES setor C

EXPEDIENTE

JORNALISTA:

Maiara Orlandini

APOIO:



7.2.7 Jornal Pisa Ligeiro continua

Depois da distribuição do jornal, a autora realizou outro encontro com os coordenadores, para saber a opinião destes sobre o processo de criação do jornal. Apesar de todos os problemas enfrentados, os moradores estavam animados com a ideia de dar continuidade ao projeto.

Emerson de Lima: O pessoal da Tiradentes [ocupação] já veio me procurar. Tem um cara escrevendo um livro e quer publicar no jornal e também tem uma galera que quer oferecer uma oficina de grafite e veio aqui perguntar se dava para anunciar a data.

Beatriz de Lima: O pessoal gostou bastante, acho que dá para cobrar mais nos anúncios e fazer mais cópias do jornal.

Essa primeira impressão animou a autora, que já está se articulando para dar continuidade ao projeto junto a contribuição de outros coletivos. Entretanto, apesar do resultado final ser satisfatório, é possível perceber muitos erros que servem como experiência para os próximos.

Poderíamos ter avançado mais quanto aos conteúdos, mas foi falha da autora a falta de habilidade em facilitar a autonomia do coletivo, pois havia uma grande insegurança do grupo em conduzir os trabalhos e o exercício do potencial crítico e criativo dos acampados não foi favorecido. Era possível ter realizado uma mobilização entorno de questões mais imediatas e concretas como, por exemplo, tratar sobre a violência doméstica e tráfico de drogas, que são problemas recorrentes nas ocupações. Seria importante também contribuir para uma reflexão mais ampla relacionada ao direito universal à moradia. Todavia, a nosso favor, temos o fato que o processo comunicativo não se encerra com o final deste trabalho.

O Jornal Pisa Ligeiro, apesar do conteúdo restrito, ampliou a voz do morador, criando novos fluxos comunicacionais dentro das ocupações e pode ser considerado comunitário, porque como explica Peruzzo (2003), os meios comunitários trabalham principalmente com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais, como assuntos dos bairros e outras problemáticas de camadas excluídas socialmente (PERUZZO, 2003, p.2).

Outro problema foi a frequência e envolvimento da comunidade, que na segunda tentativa, estava ligada a limitação de tempo dos participantes, uma vez que os encontros semanais exigiam grande dedicação, principalmente nos momentos de redigir as matérias. Mas, mesmo com número reduzido de envolvidos, a divisão de tarefas garantiu que o trabalho ocorresse de forma coletiva, ainda que alguns não assumissem integralmente sua parte. Nesse sentido poderíamos ter construído um planejamento com um número maior de participantes, mas o interesse de outros moradores apareceu conforme o projeto se tornava real.

A realização das etapas comentadas acima, embora fundamentais, não garantem, de fato, o exercício pleno da cidadania¹⁹, pois muito mais que realizá-la é preciso assegurar que os sujeitos tenham se sentido efetivamente agentes de transformação. Nesse sentido, também houve falhas, porque os envolvidos dedicam a concretização do jornal à autora e não a eles. Por outro lado, a investida significou principalmente uma investigação no sentido de descobrir quem são os sujeitos deste processo, como se posicionam frente aos problemas e ao mesmo tempo, criar um novo espaço para o diálogo e novas formas de mobilização comunitária, o que pode ser um fator a contribuir com a ampliação da cidadania, mas não de fato, o exercício pleno desta.

As condicionantes para que processos como este sejam deflagrados não residem, como pensávamos no início, na concessão de espaço de um jornal comunitária, mas sobre tudo, na disposição dos envolvidos em ocupar este e outros espaços de comunicação, de forma a reinventar sua práxis.

¹⁹ Conforme aponta o capítulo 3, o exercício pleno da cidadania se dá em âmbito civil, político, social e comunicativo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo pretende analisar e concluir os processos comunicativos implicados na realização de pesquisa participante, que buscou elaborar o Jornal Comunitário Pisa Ligeiro com os protagonistas da ocupação Nova Primavera, no sentido de ampliar a voz dos moradores e divulgar as ações do movimento organizado. Para isso, nos capítulos 2, 3 e 4 analisamos o contexto geral em que os movimentos sociais, cidadania e as questões do direito à moradia estão inseridos, além de apresentar as características da ocupação Nova Primavera. Nos capítulos 5, 6 e 7 detalhamos os conceitos de comunicação comunitária e mídia-educação, bem como os passos dados para a realização da pesquisa participante. Abaixo, confrontaremos o processo vivido com as referências metodológicas que adotamos.

A proposta dessa pesquisa surge como desdobramento do envolvimento da autora com os movimentos populares e envolveu a mobilização dos moradores da ocupação na organização de um grupo que assumisse o planejamento e a produção de um processo comunicativo comunitário, para responder à questão norteadora: de que forma que o processo comunicativo comunitário, na perspectiva da mídia-educação, pode incitar a cidadania. O objetivo desta pesquisa consistiu em avaliar a possibilidade da comunicação comunitária incorporar em sua prática a mídia educação e, conseqüentemente, incitar a promoção de um sujeito atuante, crítico e comprometido com a sua realidade.

Dada a condição objetiva apresentada, nossa intenção objetivou também produzir conhecimentos no campo das ciências sociais aplicadas, principalmente na comunicação comunitária e mídia educação, tendo a cidadania como eixo balizador que articule os dois conceitos. Fundamentadas principalmente no pensamento de Paulo Freire, Mônica Fantin e Círcia Peruzzo, cujas contribuições permitiram construir um arcabouço teórico metodológico para análise das questões abordadas nos capítulos anteriores e que serviram de linha condutora para as escolhas das técnicas para a construção do conhecimento a que nos desafiamos.

Responder à questão norteadora é a dimensão mais desafiadora dessa ação dialógica, pois pressupõe a superação de uma situação de opressão, e nesse sentido não podemos afirmar que a pesquisa propiciou efetivamente processos emancipatório. Porém, a comunicação comunitária, na perspectiva da mídia educação, foi capaz de dar início a um processo que não estava em curso.

Conseguimos superar a barreira do silêncio existente na região e realizar ações participativas que antes não eram implementadas. Assim, ao dar voz à uma população que vive no esquecimento da sociedade, incitamos um processo de ampliação da cidadania. Já que como ressaltamos nos capítulos anteriores, a cidadania jamais será plena somente no âmbito político, civil e social. Ela necessariamente envolve a comunicação, no sentido mais amplo do conceito, e torna-se questão fundamental para conscientizar a população de seus direitos e deveres.

As palavras de Paulo Freire (1982, p, 54) expressam com precisão o processo provocado pela pesquisa:

A desesperança das sociedades alienadas passa a ser substituída por esperança quando começam a se ver com os seus próprios olhos e se tornam capazes de projetar. Quando vão interpretando os verdadeiros anseios do povo. Na medida em que vão integrando com seu tempo e seu espaço e em que, criticamente, se descobrem inacabados. Realmente não há por que desesperar se tem uma consciência exata, crítica, dos problemas, das dificuldades e até dos perigos que se tem a frente.

Os conteúdos identificados no jornal indicam que a comunicação comunitária possibilita a atuação dos acampados como agentes comunicativos e transformadores da sua realidade. Tendo em vista a potencialidade da comunicação comunitária para a difusão de informações e conhecimento, não seria errado afirmar que a mesma contribui significativamente para a promoção da cidadania, principalmente, de populações que sofrem com a exclusão por falta de políticas públicas e desinteresse do Estado.

Com a implantação do Jornal Pisa Ligeiro o processo comunicacional se tornou real, melhorando o fluxo das informações e da comunicação, sendo o mesmo considerado pelos acampados como um espaço para fomentar o conhecimento, a informação e história da comunidade, proporcionando o desenvolvimento e a promoção da cidadania. Isso confirma o que Peruzzo (2007) diz sobre a importância dos meios de comunicação para a promoção do desenvolvimento, disseminando informações e proporcionando oportunidade de participação.

Esse processo só foi possível através do processo de educação informal ocorrida, que resultou em um maior comprometimento dos envolvidos no projeto, no sentido de que contribui com o desenvolvimento intelectual ao selecionar conteúdo ou discutir a linha editorial dos veículos de comunicação. As oficinas para construir um

processo de apropriação das metodologias de pesquisa participativa e produção do jornal foram realizadas dentro de uma proposta educativa pedagógica. Pessoas informadas são preparadas para lutarem por seus direitos e deveres, ampliando, conseqüentemente o exercício da cidadania, e isso não seria diferente nem mesmo numa ocupação.

No início pensávamos em desenvolver a pesquisa numa localidade mais restrita, na ocupação Nova Primavera, porém percebemos o interesse das outras comunidades muito tarde. Ainda com todos esses desafios houve avanços significativos na construção de vínculos e identidade com moradores. Se por um lado o trabalho de comunicação comunitária poderia ser mais dialógico caso a pesquisa fosse realizada com todas as ocupações, por outro, ao abranger somente os coordenadores da Nova Primavera, reforçou o espírito de comunidade aqueles.

De um modo geral foi muito positivo finalizar o processo com os coordenadores, da presença daqueles que estiveram desde o primeiro momento, dos que foram chegando durante e os que compareceram pela primeira vez, todos muito interessados em continuar com a experiência, com a consciência que ela precisa ser aprimorada. A caminhada segue adiante.

9 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Pedagogias em movimento**: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Revista Currículo sem Fronteiras, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica – as técnicas do jornalismo (2)**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBALHO, Alexandra. **Cidadania, minorias e mídia**: ou algumas questões postas ao liberalismo. In: PAIVA, Raquel (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BETTO, Frei. **Cristianismo e Marxismo**. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 1986.

BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e Educação**: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CALDAS, Maria das Graças Conde. Leitura Crítica da Mídia: educação para a Cidadania. In **Comunicarte** ano xx, nº 25, p. 133-143, Campinas: SP, 2002.

CALLADO, Ana Arruda; ESTRADA, Maria Ignez Duque. **Como se faz um jornal comunitário**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O consumo do espaço**. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.). Novos caminhos da Geografia. p. 173-186. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, V.21999.

COGO, Denise M. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

COGO, Denise M. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, C. M. K. (org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

CORTINA, Adela. **Ciudadanos del mundo: hacia una teoría de la ciudadanía**. Madrid: Alianza Editorial, 4. ed., 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D (org). **Políticas de ciudadanía y sociedade civil em tempos de globalización.**, Caracas: FACES, Universidade Central de Venezuela, p.95-110, 2004.

DELIBERADOR, Luzia M. Y. **Importância de Oficinas na prática de mídia educação na perspectiva da comunicação comunitária**. Intercom, 2011. Anais. Recife: 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/r6-1475-1.pdf>. Acessado em: 10 jun 2015.

DELIBERADOR, Luzia Yamashita ; LOPES, Mariana Ferreira . **A comunicação comunitária na contramão da cidadania: o caso da Rádio São Francisco FM**. Comunicação & Sociedade , v. 33, p. 125-147, 2011.

DELIBERADOR, Luzia M. Y.; VIEIRA, Ana C. R. **Comunicação e educação para a cidadania em uma Cooperativa de Assentamento do MST**. São Paulo: Revista Comunicação e Educação, v.11, n.3, 2005p. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37597>. Acesso em: 23 jun 2015.

DOWNMING, John D. H. **Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

FANTIN, Monica. **Mídia-educação: conceitos, experiências diálogos Brasil-Itália**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FANTIN, Mônica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Cultura digital e escola: Pesquisa e formação de professores**. Campinas: Papirus, 2012:

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.). **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7. Ed., 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Notas para uma teoria da comunicação popular**. Cadernos CEAS. Salvador: CEAS, n. 61, p.57-61, maio-jun.1979.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10.ed. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola**. Ensaio: aval.pol.públ.educ., Rio de Janeiro, V. 14, n. 50, p.27-38, jan/mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405> 2006. Acessado em: 17 ago 2015.

_____. **Movimentos e Lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Pedro Gilberto. **O Jornalismo Alternativo no projeto popular**. São Paulo: Paulinas, 1990.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere 6: literatura, folclore, gramática, apêndices**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GUARRESCHI, Pedrinho. **Mídia, educação e cidadania: tudo o que você deve saber sobre mídia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

KAPLÚN, Mario. **El Comunicador Popular**. Buenos Aires: Lumen Hvmánitas, 2.ed., 1987.

KAPLÚN, Mário. **Processos educativos e canais de comunicação: Paradigma informacional impede o diálogo, base da apropriação do conhecimento, transformando educação a distância em (in)comunicação**. In: Comunicação e Educação. São Paulo, v.5, n.14, p. 68-75. jan./abr. de 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/download/36846/39568>. Acessado em: 10 mar 2015.

MANFREDI, Silvia Maria. **Contribuições freirianas para a organização dos movimentos sindical e popular no Brasil**. In: MAFRA, Jason (orgs). Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Esfera, 2009.

MALDONADO, Efendy. **A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade**. Porto Alegre: Compós, 2011

MALERBA, João Paulo. **A comunicação comunitária no limite**. In: PAIVA, Raquel; SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Quem manipula quem?**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARX, Karl.; ENGELS, F Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Centauro, 2002

MATA, Maria Cristina. **Comunicación comunitaria en pos de la palabra y la visibilidad sócia**. In: Área de Comunicación Comunitaria (orgs). *Construyendo comunidades... Reflexiones actuales sobre comunicación comunitaria*. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2009.

_____. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de suarticulación**. Revista *Fronteiras: estudos midiáticos*, São Leopoldo: Unisinos VIII (1): 5-15 jan/abr. 2006.

_____. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competência en Comunicación para América Latina, 2005.

MERLUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Revista *Lua nova*, n.17. CEDEC, 1989.

MIANI, Reginaldo. **Comunicação Popular**. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz, (orgs.) *Noções básicas de folkcomunicação: uma introdução aos principais termo, conceitos e expressões*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático**. Revista *Intexto*, v.2, n.25, p. 221-233, dez. Porto Alegre: UFRGS. 2011.

MORAES, Dênis de. (Org.). **Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

NUNES, Márcia Vidal. **Rádios comunitárias no século XXI: exercício da cidadania ou instrumentalização da participação popular?** In: MOREIRA, Sônia Virgínia; DEL

BIANCO, Nélia R. (Orgs.). *Desafios o Rádio no século XXI*. São Paulo: Intercom/Rio de Janeiro: UERJ. n. 12, 2001.

OSÓRIO, L.C. et al. **Grupoterapia hoje** . Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.

PAIVA, Raquel. **Contra-mídia-hegemônica**. In: COUTINHO, Eduardo. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PAIVA, Raquel. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PALACIOS, Marcos Silva. **Cotidiano e sociabilidade no cyberespaco: apontamentos para uma discussão**. In: NETO, Antonio Fausto; PINTO, Milton José. (Org.). *O indivíduo e as mídias*. RIO DE JANEIRO, 1996.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PEREIRA, Lúcia Helena Mendes. **Comunicação Popular: para além do bem e do mal**. Artigo acadêmico Publicado em 2004. Disponível em: < www.academia.edu/4137640/Comunicacao_popular_para_alem_do_bem_e_do_mal . Acesso em: 18 jul 2015.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. Revista do Pensamento Comunicacional Latino-Americano – PCLA. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UMESP/ALAIC, vl. 4, n. 1, 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>. Acessado em: 14 ago 2015.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Comunicação popular em seus aspectos teóricos**. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling. (org.). *Comunicação e culturas populares*. São Paulo: Intercom, 1995.

_____. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados**. Reelaborações no setor. Revista Palavra Clave, v. 11, n. 2 (2008), Universidad de La Sabana. Colombia. 2008.

_____. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas.** Revista Fronteiras – Estudos midiáticos, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 33-43, 2009.

_____. **Observação participante e pesquisa-ação.** In: Duarte J, Barros A, (orgs.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas; 2003. p. 125-145.

_____. **Rádio Comunitária, Educomunicação e desenvolvimento local.** In: PAIVA, Raquel. O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007.

POLLI, Simone Aparecida; GUSSO, Ramon José. **Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011).** Rio de Janeiro: Encontros Nacionais da ANPUR, V.15, 2013. Disponível em: <http://unuhostpedagogia.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4307/4177> Acessado em: 10 fev 2015

ROLNIK, Raquel. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios.** IPEA, Políticas Sociais-acompanhamento e análise, v.12, p.199-210, 2006.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania.** São Paulo, Caderno n.8 do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2000.

SIMIONATO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci.** In: AGGIO, Alberto (org). Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

THIOLLENT, Jean Marie Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-Ação.** São Paulo : CORTEZ, 1985.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação no campo da comunicação sociopolítica.** Comunicação e Sociedade. V.04 , 1980.

TIENE, Izalene. **Comunicação, cidadania e controle social na gestão pública.** In: BEZZON, Lara Crivelano. Comunicação política e sociedade. São Paulo: Alínea Editora, 2005.

TONELLA. C. **Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?** In: Cadernos MetrÓpole, São Paulo, V. 12, n. 23, p. 239-262, jan/jul, 2010. Disponível em: http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm23_185.pdf. Acesso em: 29 out. 2013.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e sociedade como entidades típicoideais.** In: FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1973.

UTRERAS, Jorge Merino. **Comunicación popular alternativa y participatoria.** Quito: CIESPAL, 1988.

APÊNDICES

APÊNDICE A – RELATÓRIO DAS PRIMEIRAS OFICINAS	133
APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS	135
APÊNDICE C - DECUPAGEM DA MATÉRIA DE PERFIL.....	137

APÊNDICE A – RELATÓRIO DAS PRIMEIRAS OFICINAS

A primeira tentativa com as oficinas de mídia educação ocorreram nos dias 14, 16 e 21 de setembro. O primeiro encontro, tinha como objetivo preparar a entrevista com moradores e ressaltar os laços de identidade. Compareceram 5 mulheres, que não lembravam do compromisso de oficina. A autora foi casa a casa conversar novamente e relembrar do compromisso delas com a produção do jornal. Eram elas: Sonia, Lucilene, Maria, Cida e Josefa.

A oficina do dia foi preparada com o seguinte planejamento: apresentação descontraída: – entrevista entre os participantes.

A entrevista não contou com roteiro, para proporcionar um momento de reflexão sobre o outro e incitar a criatividade. Após a entrevista iniciamos um momento de reflexão sobre o ocorrido.

O grupo apontou a dificuldade em realizá-las sem um roteiro prévio, sobre a importância de selecionar as perguntas e a diferença entre ouvir e escutar as respostas.

O caráter dialógico da entrevista foi ressaltado dentro de uma proposta de pesquisa participativa e de comunicação comunitária, diferenciando-a das abordagens realizada pelos institutos de pesquisa para fins estatísticos. Enfatizou-se também que o diferencial entre uma entrevista dialógica para uma tradicional reside na busca de construção de vínculos na relação entrevistado-entrevistador e no compromisso da devolutiva dos resultados apurados com quem contribuiu com o processo.

O segundo encontro, no dia 16 de setembro, contou com a presença de duas participantes: Sônia e Josefa, que comentaram que Lucilene e Maria haviam sido expulsas da ocupação na mesma noite em que ocorreu a primeira oficina.

Mesmo com duas participantes, demos continuidade à oficina. Essa etapa objetivava construir um questionário para ressaltar o sentimento de pertença à comunidade. Foi apresentado às participantes a seguinte questão: o que queremos saber sobre a região?

Obtivemos as seguintes contribuições: Quem são essas famílias? Qual a identidade e história de vida? Quais as dificuldades que enfrentam? O que fariam em caso de expulsão? Quais as necessidades?

Iniciamos o processo de finalização da atividade, solicitando que os participantes expressassem em uma palavra como estavam se sentindo frente aos desafios futuros. Os comentários foram sobre dúvidas com o projeto, já que a comunidade enfrentava problemas sérios e a responsabilidade com a produção do jornal não era bem-vinda.

Na próxima semana, do dia 21 de setembro, Maria e Josefa disseram não querer mais participar do projeto com medo de repressão. Comentaram sobre o fato desse projeto dar muita visibilidade, e que prefeririam parecer invisíveis dentro da comunidade, com medo de uma possível represália pelo tráfico de drogas

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS

1º BLOCO – IDENTIDADE
Qual sua cidade natal?
Qual grau de escolaridade?
Qual é sua fonte de renda?
Gosta de trabalhar?
O que procura fazer nos momentos de folga?

2º BLOCO – PERTENÇA NA COMUNIDADE
Há quanto tempo está na ocupação?
Como chegou até à Nova Primavera?
Gosta do local em que vive?
O que mais e menos gosta na ocupação?
O que poderia melhorar?
Os seus vizinhos expressam o mesmo sentimento?
O que você aprender com a vivência na ocupação?

3º BLOCO – LEITURA CRÍTICA DA MÍDIA
Acredita em tudo o que vê nos meios de comunicação?
Se veem representados na mídia?
Qual veículo de comunicação você mais consome?
Têm acesso à internet?

APÊNDICE C - DECUPAGEM DA MATÉRIA DE PERFIL

1: José Luís Ferreira - Luizinho

2: José Ribeiro da Silva Filho – Seu Zé.

Como foi a chegada na comunidade?

1-Eu participei de uma reunião do Fernando, e o pessoal me convidou pra entrar pro sítio, na ocupação. Recentemente tinha separado da minha esposa, e quis conhecer. Era pra vir um ônibus lotado, mas nós viemos em 16 pessoas só. Aí nós chegamos ali, fomos fazendo aquele monte de casinha de lona e chegou num final de semana e começou a chegar um pessoal curioso da vila e foi se aproximando.

Como foi a primeira noite?

1-Na primeira noite não tinha nada aqui, água, nem luz. Aí quando foi de manhã começamos a pegar garrafa de 2L e dormíamos na barraca de lona.

Como foi a chegada na comunidade?

2- Eu passei por aqui, porque estava indo no Pesque e Pague e por coincidência vi umas dez barraquinhas. O Crisântemo com a esposa dele me falou que era ocupação pra quem quisesse ocupar, que não tinha casa, moradia e aí eu falei: “Então doutor, é comigo mesmo”.

Vocês sabiam o que era ocupação?

2- Não sabia. Na verdade eu estava andando, porque eu gosto de caminhar e a caminhada deu lucro pra mim.

1-Foi na reunião que o pessoal me explicou. Aí o Crisântemo falou o que era ocupação,

O que vocês fizeram quando chegara?

2- Aqui tudo era um matagal, só tinha um pedaço que era ocupação. Era muita chuva, eu peguei uma loninha preta, armei uma barraquinha, e um rapaz dividiu a lona comigo.

1-Aqui é ocupação, não é loteamento. Ocupação é um barraquinho em cima do outro, tudo pertinho, um ajudando o outro e se ajudando. Quando é loteamento, o terreno é já medido. Aqui é ocupação, se nós ganharmos nós ganhamos, se derem outro canto pra nós não importa, nós estamos lutamos por um pedaço de terra, pela moradia.

Como vocês conseguiram a luz, água?

1-Teve muitas doações pra nós, de madeira, Eternit, porque tem muita gente que não tem condições de comprar.

2- Graças ao nosso esforço, nossa união um com o outro, é igual casa de marimbondo, tá formado sabe.

1- A gente é tipo um vagão de trem, um empurra o outro e vai se ajudando e não pode parar, porque sem trem o Brasil para. Então a gente é assim. E lá em cima tem um relógio de água, que fornece água pra gente.

Mas vocês viram tudo isso acontecer?

1-Sim, vimos tudo.

2- A luz, eles cortavam e nós ligávamos de novo.

1- Tanto que agora eles até ajudam a gente. O cara da copel passa e fala “Oh, vamos engrossar o fio aqui”. Eles ajudam a gente.

2- Conclusão fia, a coisa tá ficando tão boa graças ao nosso esforço, graças a comunidade, graças a nossa luta que cada dia renasce a nossa luta e no meu caso, a Doutora Silvia passou um informe pra mim, um contrato, pra eu pedir doação no mercado e eu pedi doação no mercado, no Ótimo, ele nos agraciou sabe, todo dia eles dão frutas e verduras pra gente.

E aí você distribui pra comunidade?

2- Eu trago pra todo mundo, porque todo mundo se ajuda. Então o esforço é da doutora, da coordenadora também, dos meus amigos que tem ajudado bastante.

E como é viver todo mundo um pertinho do outro?

2- É bom demais.

1- Pra nós é uma felicidade, tipo uma família.

E como era antes de vir aqui? Pagava aluguel?

1- Eu pagava aluguel no Uberaba. 2- Na verdade eu vou ser bem franco. Eu não preciso porque eu tenho a minha casa. Minha filha que precisa, eu to segurando pra ela. São três anos que eu to batalhando por ela, porque ela tem criança pequena, ela trabalha. Eu graças a Deus sou aposentado, não ganho muito, mas pra viver dá.

2- Ainda mais essa crise que deu agora, que deu uma segurada no serviço. Sem contar que a luz disparou, a água disparou

Vocês conseguem guardar o dinheiro.

2- O dinheiro não sobra mesmo. Mas ia faltar né, pelo menos agora não está faltando. Não ta sobrando mas também não ta faltando, isso que é a vantagem. Olha só, pagando aluguel caro, luz um absurdo, água o olho da cara, meu deus do céu. Agora como é que vai ficar remédio, roupa pra criança, calçado, material escolar, comida, gás, como é que fica fia: É só por Deus mesmo.

Vocês que ajudaram a construir o barraco dos outros? Como foi criando a comunidade, porque não tinha ninguém quando vocês chegaram...

1- A gente vai se ajudando. Tipo assim, se a pessoa chega ali a gente ajuda. Tem madeira, tem lona, prego e vai um ajudando o outro. No começo era só um pedaço de terra que tinha barraco.

2- Aqui o trabalho é o seguinte: sabe aquele trabalho comunitário: Meu barraco tá mais ou menos pronto, já da pra dormir, o do vizinho não ta acabado ainda e eu tenho duas ou três madeiras, o que acontece é que eu vou ficar com uma e vou repassar as outras para meus colegas. É trabalho comunitário mesmo, trabalho familiar.

E o povo foi vendo que a comunidade estava crescendo, que todo mundo se ajudava e aí vieram?

2- E graças ao apoio também da coordenação, da Doutora Silvia do Crisântemo, dos coordenadores. Foi muito bom. Sinceramente, sabe que aqui é uma família unida e jamais será vencida.

Agora a comunidade tem estrutura, certo?, tem banca, tem luz....

1 – Não precisa mais ir longe no mercado, vai aqui na banquinha. 2- Foi evoluindo né, foi melhorando. Mas vai melhorar muito mais ainda, vai ficar bem melhor.

Qual é a coisa boa de morar aqui?

1- Aqui é tipo amigo, família, quando um não vê o outro já procura porque fulano não tá ali.

2- A gnt já quer saber o que tá acontecendo, se está doente ou não, então a gente vai atrás.

E vocês fazem comida juntos então?

1- Eu fiz uma feijoada ontem.

2- Eu me encarrego de trazer a mercadoria e ele se encarrega de cozinhar. Nós comemos todos juntos.

E você gosta da comida dele, ele cozinha bem?

2- Pensa num cozinheiro.

E as festas na ocupação, vocês gostam?

2- Sim. Sem contar a coisa que eu acho muito bom não foi relatado até agora. Depois dessa casa aqui, tem uma igreja lá e tem culto também. A gente só não xinga mas também adora a Deus. Comemos juntos, rezamos juntos, graças a Deus.

Vocês ficaram muito tempo nas lonas antes de construir os barracos?

1- Ficamos um tempo. E no começo era assim, quando chovia estourava uma lona aí tinha que refazer porque não tinha como comprar Eternit.

2- A luta foi grande, mas a vitória vai ser bem maior ainda.

1- Nós que estamos aqui desde o começo, nossa luta foi grande. Quando precisava até o pessoal da guarda municipal vinha trazer lona pra gente.

Tinha bastante lona quando vocês resolveram fazer a de madeira ou era pouca gente ainda?

2- Ficamos uns 6, 7 meses na lona antes de construir. Aquele que podia sair da lona, que podia melhorar, saia. Como eu saí da lona e podia ajudar alguém a sair da lona, eu ajudava.

1- Eu trabalhei tempo aqui e até na cozinha comunitária, porque no começo era muita gente que vinha pra ocupação e não tinha fogão e eu fazia aquelas paneladas de comida que vinha de doação. Até polícia vinha trazer doação pra nós.

1- Sem contar, que os primeiros dias o mato tava grande.

2- Sem contar que, eu tava deitado no meu barraco de lona preta e aqui no mato do lado era cheio de cobra. Um dia tinha uma pequena no meu pé. Tinha muito sapo também, porque naquela época era muito mato. Eu com o Luizinho enfrentamos uma barra pesada aqui.

E vocês tiveram que limpar todo o terreno?

2- Trabalhamos muito, o dia inteiro pra limpar. Aqui era um aguaceiro, e estourava tudo nossos barracos de lona. Não foi fácil.

Quanto tempo demorou pra ficar mais ou menos bom?

2- Mais ou menos um ano pra frente.

1- Começou a melhorar de nove meses pra frente.

2- Com mais ou menos quatro meses já tava cheio de gente na Nova Primavera.

1- Tinha umas 400 famílias aqui. Eu era coordenador na época e sabia a quantidade. Estourou o limite, não podia entrar mais ninguém, era um barraco em cima do outro.

2- Então seguinte, a Nova Primavera já está com mais de três anos que estamos lutando e não desistimos não.

Agora tá tudo certo, o pior vocês já passaram. Agora é só conseguir asfalto, esperar o Ministério aprovar o projeto dos prédios.

1-Esse aqui é nossa cachacinha, a gente toma tudo junto.

Vocês trabalham?

1- De vez em quando. Eu trabalho com serviço de pedreiro.

2- A minha origem bem certinho, sou bem pé vermelho. Da região de Rolândia, São Martins, Araongas, Colorado, Santa Inês. Como o senhor veio parar no CIC? 2- Boa pergunta. Estou aqui há 25 anos. A gente que é lá do norte quer melhorias né. Lá a gente mexeu com café, colhia algodão, amendoim, então a gente sempre foi da lavoura. Mas a idade vai chegando e a gente não consegue mais trabalhar e aí o que acontece, tem que vir pra cidade. E vim pra Curitiba, que é a capital pensando “seja o que Deus quiser”. Aqui eu trouxe a minha mãe, que faleceu a 4 meses. Aqui a gente foi batalhando e conseguiu uma casinha.

E quando você veio pra cá trabalhava com o que?

2- Eu consertava tv, som.

1- Eu trabalhava na área de segurança antes de vir pra cá, eu era vigilante, mas eu nasci no norte do Paraná, em Barbosa Ferraz, perto de Campo Mourão. Eu vim pra cá, e quando eu separei da minha esposa, eu era vigilante.

Quando você veio para cá?

1- Tô com 15 anos aqui.

2- eu com 26 anos aqui em Curitiba.